



À

Unidade Regional Colegiada do Conselho Estadual de Política Ambiental

Interessada: Gerdau Aços Longos S.A

Processo Administrativo COPAM nº 03621/2005/007/2015

Assunto: recurso contra arquivamento do processo de revalidação da licença de operação



SUPRAM NORTE DE MINAS

Protocolo nº 2018 3 482/2019 Adm. Cardoso Arruda
MG - 10.361.559

Recebido em 04/12/2019

Visto Recebido e p. c. Arquivado

GERDAU AÇOS LONGOS S.A (GERDAU), pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 07.358.761/0124-18 (doc.1), com sede localizada na Rua Dr. José Maria Lacerda, nº 1340, Cidade Industrial, Contagem/MG, CEP 32.210-120 (doc.2), por seus procuradores (doc.3), apresenta, nos termos do art. 40, III do Decreto estadual nº 47.383/2018, **RECURSO** contra a decisão publicada na Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, pelas razões a seguir aduzidas.

I – Admissibilidade do recurso

I.1 – Tempestividade

1. Conforme disposto no artigo 44 do Decreto estadual nº 47383/2018, o interessado poderá apresentar recurso no prazo de 30 dias contados da data da publicação da decisão impugnada.
2. Considerando que a publicação da decisão de arquivamento do processo de revalidação de licença de operação (REVLO) nº 03621/2005/007/2015 ocorreu em edição da Imprensa Oficial



do dia 02 de novembro de 2019 (sábado) (doc.4), o prazo inicia-se em 04/11/2019 (segunda-feira) e encerra-se em 03/12/2019 (terça-feira), de modo que o recurso é tempestivo.

I.2 – Apresentação e endereçamento

3. Dispõe o art. 41 do Decreto estadual nº 47.383/2018 que “compete às Unidades Regionais Colegiadas – URCs – do Copam decidir, como última instância administrativa, o recurso referente a processo de licenciamento ambiental decidido pela Semad, admitida a reconsideração pelas respectivas unidades.” As mesmas disposições são encontradas no art. 9º, V, a do Decreto estadual nº 46.953/16.

4. Assim, o presente recurso, considerando ainda o disposto no art. 47 do Decreto estadual nº 47.383/18, está sendo protocolado na Supram NM, de modo que deve ser conhecido.

I.4 – Recolhimento da taxa para interposição da defesa administrativa

5. Conforme disposto no art. 46, IV do Decreto estadual nº 47.383/2018, é requisito para o conhecimento do recurso a apresentação do comprovante de recolhimento integral da taxa de expediente prevista no item 6.22.1 da tabela A do regulamento das taxas estaduais.

6. Atesta o comprovante anexo (doc.5) que a taxa foi devidamente recolhida pela Recorrente, razão pela qual o recurso deve ser conhecido.

II – Síntese dos fatos

1. Gerda Aços Longos S.A. protocolou em 08/10/2015 o processo de Revalidação de Licença de Operação (REVLO) para o empreendimento composto pelas Fazendas Riacho dos Porcos, Vale das Embaúbas I e Vale das Embaúbas II, processo administrativo número 3621/2005/007/2015, onde são desenvolvidas as atividades de produção de biorredutor oriundo de floresta plantada e Silvicultura.

2. Após tramitação anormal e demasiado longa, tendo GERDAU respondido, por mais de uma oportunidade às informações complementares expedidas pelo órgão ambiental responsável pela análise de seu licenciamento, foi a empresa surpreendida com a publicação na Imprensa Oficial,



da notícia de arquivamento de seu processo, sob a motivação de "*apresentação insatisfatória de informações complementares*".

3. Diligentemente, GERDAU providenciou vistas dos autos do processo administrativo objetivando conhecer quais informações complementares teriam sido insatisfatoriamente apresentadas, uma vez que sempre atendeu integralmente aos pedidos feitos pelos analistas do órgão ambiental.

4. De posse dos autos, GERDAU teve conhecimento do parecer técnico exarado por intermédio da papeleta de despacho nº 93/2019 (nº SIAM 0676378/2019) (doc. 6) que sugeriu o arquivamento do processo de REVLO.

5. Da análise do referido parecer extrai-se que, segundo juízo do analista responsável pela sua elaboração, não só teria havido apresentação insatisfatória de informações complementares, mas também o descumprimento de condicionantes fixadas nas licenças de operação objeto de revalidação.

6. Embora extensa análise das condicionantes e informações complementares tenha sido desenvolvida ao longo do texto da papeleta que sugere o arquivamento, a sua conclusão foi exarada nos seguintes termos: "*Considerando a apresentação de informações complementares insatisfatórias e a impossibilidade de legal de condicionar as correções necessárias no caso do PEA, a equipe técnica da SUPRAM NM sugere o arquivamento do processo de Revalidação de Licença de Operação PA número 3621/2005/007/2015, do empreendimento Gerdau Aços Longos S.A/Fazenda Riacho dos Porcos, Vale das Embaúbas I e Vale das Embaúbas II, município de Rio Pardo de Minas/MG.*" (grifos no original)

7. Da leitura da papeleta extrai-se que as informações complementares reputadas insatisfatórias referem-se (i) ao levantamento de espécies exóticas em área de reserva legal (ii) delimitação das bordas de chapadas e PTRF (iii) boletim de ocorrência da invasão (iv) complementação dos estudos de fauna (v) proposta de cercamento /proteção de reservas (vi) programa de educação ambiental.

8. No que se refere ao levantamento de espécies exóticas em área de reserva legal sugere o analista responsável pela confecção da papeleta de arquivamento que em razão de averbações de reserva legal em áreas anteriormente destinadas ao cultivo do eucalipto, essas áreas



especialmente protegidas contaria com presença muito grande de espécies exóticas. O Ofício nº 3221/2018 – Supram NM (doc. 7) estabeleceu as seguintes informações complementares:

2. Levantamento de espécies exóticas na reserva legal (Eucalipto)

- a) Apresentar um levantamento da presença e densidade de árvores de eucalipto abrangendo todas as áreas de reserva legal do empreendimento, nas fazendas Riocho dos Porcos e Vale das Embaúbas I e II;
- b) O levantamento deverá produzir um relatório com a classificação das áreas de reserva de acordo com a densidade da espécie exótica levantada e sua representação geográfica através de mapas;
- c) Este estudo deverá, também, ser realizado nas áreas de corredores ecológicos existentes no empreendimento;
- d) Anotação de responsabilidade técnica (ART) dos profissionais responsáveis pelo estudo.

9. Note-se que não há metodologia definida para o levantamento da presença e densidade de espécies exóticas na área de reserva legal. Nada obstante, de posse do estudo realizado pelo processamento de imagens áreas feitas por *drones* o analista ambiental e confrontando-o com as apurações de campo, entendeu ele que o "levantamento deveria ter sido estratificado", sugerindo, portanto, e após a entrega do estudo, uma metodologia que antes não fora prevista.

10. Quanto à delimitação das bordas de chapadas e PTRF o ofício de informações complementares pediu o seguinte:

4. Delimitação de bordas de chapada

- a) Considerando a existência de relevo acidentado nas fazendas que compõem o empreendimento, pede-se para que seja feito o levantamento de bordas de chapada e a proposição dos afastamentos de talhões ou adequação dos recuos já existentes, considerando o artigo 9º, incisos V e VI da lei estadual 20.922/2013;
- b) O critério utilizado deverá ser harmonizado entre as duas fazendas;
- c) Apresentar PRAD/PTRF para os pontos em que forem necessários os afastamentos em função de bordas de chapada;
- d) Anotação de responsabilidade técnica (ART) dos profissionais responsáveis pelos estudos e projetos.

11



11. As informações prestadas foram consideradas insatisfatórias. Segundo o analista, a partir do levantamento das bordas de chapada, GERDAU propôs delimitação das APPs. Tanto o levantamento, quanto a delimitação foram aprovados pela SUPRAM NM. Entretanto, a proposta de recuperação das áreas não teria atendido a equipe da SUPRAM.

12. Segundo consta na papeleta de arquivamento a *"equipe da SUPRAM entende que os trechos de estrada deveriam ser recuperados, salvo aqueles para os quais não houvesse alternativa locacional ou aqueles em que o afastamento da estrada implicasse em remoção de vegetação nativa"*.

13. Quanto ao boletim de ocorrência da invasão, após reconhecer que a informação lançada na papeleta de que teria ocorrido supressão de vegetação em área de reserva legal é equivocada, solicitou-se apresentação do registro junto à PMMG que comprovaria que a intervenção ambiental irregular ocorreu por terceiros e não pela GERDAU. Após a apresentação do BO apurou-se, a partir da verificação das coordenadas geográficas disponíveis, que a área intervinda não era correspondente àquela sobre a qual o boletim versava.

14. Quanto à complementação dos estudos de fauna a própria papeleta de arquivamento deixa claro que não houve solicitação de informações complementares nesta temática, senão vejamos:

Complementação dos estudos de fauna

Os estudos de fauna referente às classes apresentadas pelo empreendedor foram analisados e considerados satisfatórios, no entanto há necessidade de complementação com a realização do levantamento da entomofauna que não foi contemplada na informação complementar original. No PCA apresentado não consta proposta de Programa de Monitoramento de Fauna para nenhum grupo, bem como nenhuma documentação para emissão da Autorização de Manejo de Fauna.

Programa de Educação Ambiental (PEA)

15. Destaque-se, inclusive, que os estudos de fauna, segundo trecho em recorte acima, *"foram analisados e considerados satisfatórios"*.

16. No que se refere à proposta de cercamento /proteção de reservas destacamos o item do ofício de informações complementares que estabeleceu a obrigação:



11. Proposta de cercamento

Considerando o acesso de animais domésticos às áreas de reserva legal em recuperação, identificados em vistoria e nos relatórios de acompanhamento apresentados, pede-se para que seja apresentada uma proposta de cercamento das áreas de reserva e APP, identificando os pontos críticos de acesso de animais.

17. GERDAU apresentou proposta alternativa de cumprimento da obrigação que foi de plano rechaçada pela SUPRAM NM, conforme se detalhará adiante.

18. Finalmente, quanto ao Programa de Educação Ambiental a obrigação foi imposta no Item 9 do ofício, senão vejamos:

9. Programa de Educação Ambiental (PEA)

Apresentar novo PEA conforme diretrizes da Deliberação Normativa 214 de 26 de abril de 2017, conforme determinado pelo §1º do artigo 14º da referida norma.

19. Argumenta-se que no estudo protocolizado perante a SUPRAM NM nenhuma justificativa foi apresentada para a elaboração de um PEA "conjunto" envolvendo outros processos de licenciamento ambiental, diversos do licenciamento de REVLO objeto do arquivamento.

20. O Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSP) também teria sido considerado insatisfatório.

21. A sugestão de arquivamento foi acatada sem ressalvas pelo Ilmo. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Unidade que assinou o ato de arquivamento, aderindo aos fundamentos expostos na papeleta.

22. Ocorre que, conforme se exporá, o ato de arquivamento está assentado sobre premissas equivocadas, merecendo revisão por este d. Colegiado, na hipótese de não ser reconsiderada a decisão pela instância a quo.

III – Das razões recursais

III.1 – Da ausência de correspondência entre a decisão da autoridade



administrativa e o ato que lhe dá suporte. Desnecessidade de impugnação específica⁹ da do suposto descumprimento de condicionantes.

23. Como visto, no parecer técnico alinharam-se diversos argumentos que deveriam, segundo juízo do analista ambiental, levar ao arquivamento do processo de REVLO nº 3621/2005/007/2015.

24. Em meio às informações complementares reputadas insatisfatórias, foram ainda analisados os cumprimentos de condicionantes atrelados às licenças de operação em revalidação, especialmente as condicionantes nº 3, 4 e 5 do processo 3621/2005/002/2009 e a condicionante nº 2 do processo 3621/2005/005/2014.

25. Ocorre que a decisão proferida pelo Superintendente Regional – ato de arquivamento (doc. 8) – não foi motivada pelo suposto descumprimento de condicionantes e tal fato, por si só, já afastaria a necessidade de se impugnar essa informação que está lançada no parecer técnico que lastreia a decisão administrativa do Superintendente Regional.

26. GERDAU não só cumpriu as referidas condicionantes, como de fato ainda cumpre aquelas cuja execução é diferida no tempo. Porém não é esta a questão. O que motiva o presente recurso é o ato injusto e arbitrário de arquivamento do processo de licenciamento ambiental que tem, por expressa disposição normativa, hipóteses de cabimento:

Decreto estadual nº 47.383/18

Art. 33 – O processo de licenciamento ambiental ou de autorização para intervenção ambiental será arquivado:

I – a requerimento do empreendedor;

II – quando o empreendedor deixar de apresentar a complementação de informações de que trata o art. 23 ou a certidão a que se refere o art. 18;

III – quando o empreendedor não efetuar, a tempo e modo, o pagamento das despesas de regularização ambiental;



IV – quando o empreendedor não apresentar a manifestação dos órgãos e entidades públicas intervenientes, somente no caso em que essa for exigida para prosseguimento do processo de licenciamento ambiental, nos termos do § 4º do art. 26.

27. Como se vê, a via do arquivamento não poderia ser adotada caso houvesse descumprimento de condicionantes, o que não é o caso!

28. Pelo exposto, e ante a clara incongruência entre o parecer técnico e a decisão de arquivamento que o toma por fundamento, o suposto descumprimento de condicionantes deixa de ser impugnado especificamente neste recurso.

III.2 – Do cumprimento satisfatório das informações complementares – necessária revisão do ato de arquivamento.

III.2.1 – Das divergências quanto ao levantamento de espécies exóticas em área de reserva legal

29. Como anteriormente exposto, entendeu o analista autor do parecer técnico, que existiria quantidade grande de espécies exóticas e que tal fato se daria em decorrência da metodologia adotada para levantamento de espécies que *"deveria ter sido estratificado, agrupando especialmente as áreas com maior presença da espécie em vez de utilizar como base os talhões antigos, que não refletem a realidade atual já que a rebrota do eucalipto não foi uniforme"*.

30. Ocorre que à época da realização do levantamento foram feitas consultas às referências normativas para se definir a metodologia de medição, uma vez que no item 2 do ofício de informações complementares, citado acima, não havia qualquer direcionamento acerca da metodologia para a sua realização.

31. Assim, não tendo sido encontradas referências normativas, ou qualquer direcionamento da SUPRAM NM, adotou-se no estudo a identificação dos indivíduos de eucalipto nas áreas de reserva legal por meio de imagens de uma Aeronave Remotamente Pilotada (RPA) e cálculo da densidade, observando-se os seguintes critérios:



- Identificação visual dos indivíduos nas áreas de estudo, avaliando o formato das copas dos eucaliptos nas ortofotos geradas. Isso se torna possível pois os indivíduos exóticos apresentam um formato mais regular quando comparado a indivíduos nativos do cerrado;
- Concomitante à análise de forma, foram também realizadas mudanças de tonalidades nas imagens com combinações de bandas e alteração de brilho. Neste processo são obtidos resultados em que os brilhos dos indivíduos exóticos se destacam de forma mais regular que indivíduos nativos do cerrado;
- Para destacar os parâmetros referentes ao crescimento superior dos indivíduos exóticos quando comparado aos indivíduos nativos do cerrado, foi realizada uma avaliação por meio das alturas. Neste processo foram comparados os Modelo Digital de Superfície com o Modelo Digital do Terreno. Desta forma, nos locais onde se destacaram valores pontuais na área de estudo com observações onde a diferença nos modelos foi superior a 5 metros de altura representaria uma potencial ocorrência de indivíduo exótico.
- Por fim, para avaliar se os pontos apresentavam padrões de distribuição dos antigos plantios, foram realizadas avaliações das linhas de plantio e espaçamento dos indivíduos nas imagens da base histórica de imagens do Google Earth, sendo perceptivo em alguns pontos as linhas dos antigos plantios em função da continuidade espacial dos indivíduos.

32. Desta forma, para o tratamento das informações seria necessária a utilização de algum critério espacial, o que foi feito a partir dos limites dos antigos talhões a fim de facilitar a operacionalização das ações necessárias em caso de remoção/recuperação destas áreas.

33. A área apresentada nas imagens 4 e 5 do parecer técnico são as mesmas apresentadas no estudo como de alta densidade dentro da faixa de 40 a 50 indivíduos/ha, como mostram as figuras abaixo. Como essas áreas foram classificadas na faixa mais alta de densidade de eucalipto, não haverá prejuízo em campo, já que elas estão contempladas no PTRF e haverá a supressão dos indivíduos de eucalipto.



Figura 1 – Imagem obtida com o uso de RPA das áreas apresentadas nas Figuras 4 e 5 do ofício SUPRAM NM 3962/2019.

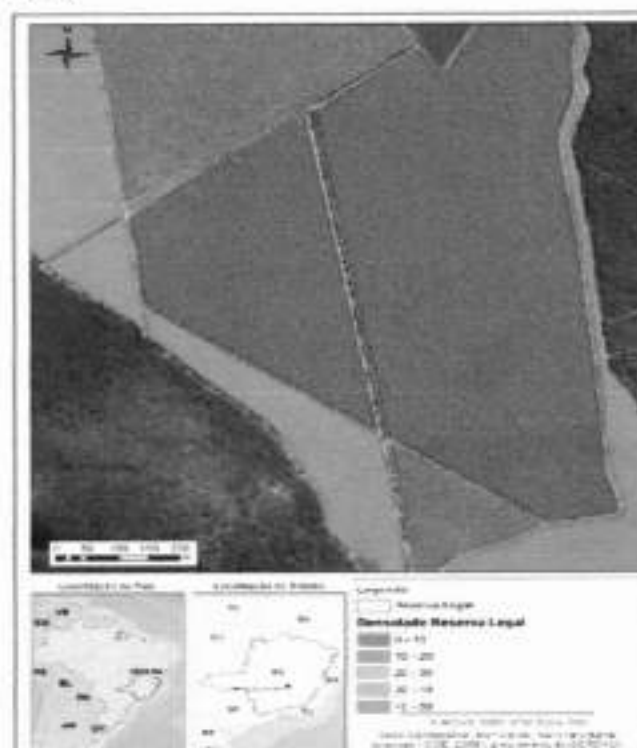


Figura 2 – Classificação das áreas apresentadas nas Figuras 4 e 5 do ofício SUPRAM NM 3962/2019.



34. Houve uma revisão nos demais pontos considerados no levantamento apresentado em atendimento às informações complementares, e verificou-se que os talhões 31, 34 e 38 apresentam uma densidade real maior do que o apresentado no estudo (

35.

36. **Figura 3)**, que pode ser justificada principalmente, por inconsistências no critério relacionado à altura. Ressalta-se que estes talhões poderão ser incluídos no PTRF e correspondem a uma área de 47,3853 ha dentro das Reservas Legais, que totalizam 980,8495ha. Esse montante representa menos de 5% da área de estudo atendendo assim as exigências de avaliação da qualidade dos produtos cartográficos da Norma da Especificação Técnica para Controle e Qualidade de Dados Geoespaciais (ET-CQDG – 1ª Edição 2016, p. 65), que determina um erro máximo de 10%.

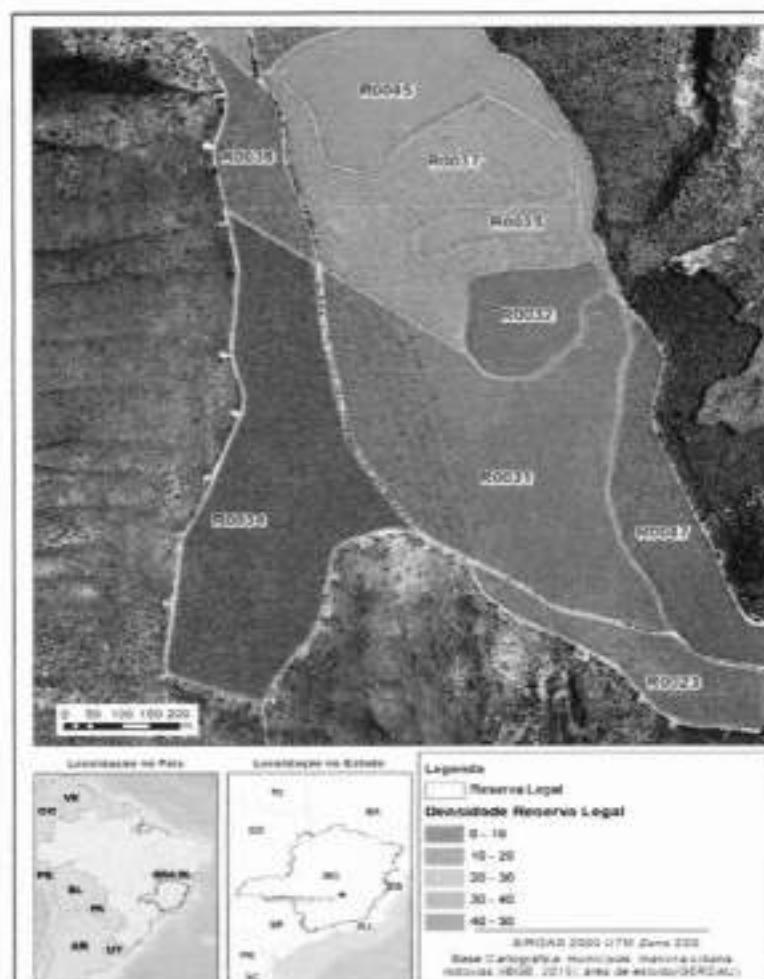


Figura 3 – Classificação dos talhões 31, 34 e 38, que apresentaram inconsistência.



37. Do exposto, percebe-se que a metodologia adotada por GERDAU para a realização do levantamento de espécies exóticas em área de reserva legal pode e deve ser considerado satisfatório.

38. Ademais, ainda que assim não fosse, a informação complementar solicitada no item 2 do ofício de encaminhamento não trouxe ou definiu a metodologia que deveria ser aplicada *in casu*, motivo pelo qual, a identificação posterior, já no parecer técnico e com promoção de arquivamento, fere os direitos de GERDAU de reapresentar as informações nos termos solicitados, tornando o ato de arquivamento desproporcional e ilegal.

39. Há claro maferimento do direito de defesa e manifestação de GERDAU nos autos do processo administrativo, ferindo de morte a garantia constitucional do devido processo legal, estabelecida no art. 5º, LIV da CRFB/88.

40. Pelo exposto, a decisão de arquivamento neste aspecto deve ser revista, sendo o que desde já se requer.

III.2.2 – Da satisfatoriedade das propostas de recuperação das APPs de bordas de chapada

41. Como visto, muito embora o levantamento das bordas de chapada e delimitação das suas APPs tenham sido considerados satisfatórios pelo órgão ambiental, a proposta de recuperação das áreas apresentadas por GERDAU não o foram.

42. Segundo juízo dos analistas da SUPRAM *“os trechos de estrada deveriam ser recuperados, salvo aqueles para os quais não houvesse alternativa locacional ou aqueles em que o afastamento da estrada implicasse em remoção de vegetação nativa.”*

43. Ocorre que, como explanado por GERDAU quando da apresentação de resposta ao ofício de informações complementares, a proposta de manutenção de acessos foi apresentada e justificada para aqueles acessos que se encontram em divisa de propriedade e, por esse motivo, não é possível fechá-los, sob pena de, assim procedendo, GERDAU encravar o prédio vizinho, afetando direito de terceiro.



44. A matéria – direito de vizinhança e servidões – é extensamente regulada no Código Civil, e, certamente, seria oposta à GERDAU caso a mesma obstaculizasse as estradas de acesso entre propriedades limítrofes.

45. Por outro lado, para os acessos que se verificam entre talhões, foi proposta a recuperação, através da técnica de condução da regeneração natural, o que é plenamente compatível com o que foi solicitado em sede de informações complementares.

46. As propostas apresentadas por GERDAU estão plenamente de acordo com a legislação florestal e com a melhor técnica, não sendo crível que o juízo meramente solipsista do analista ambiental prevaleça na presente situação e determine o arquivamento de um processo de revalidação que tramita por extensos 4 anos!

47. Por todo o exposto, pugna GERDAU pelo reconhecimento da satisfatoriedade desta informação complementar, afastando-se, assim, a inconsistência motivadora do arquivamento.

III.2.3 – Da entrega equivocada de outro boletim de ocorrência. Informação complementar que não tem o condão de determinar o arquivamento do processo

48. GERDAU foi instada a apresentar, conforme item 10 do Ofício de informações, boletim de ocorrência que havia afirmado possuir e que comprovaria que a intervenção ambiental identificada em sua propriedade decorreria da invasão de seu terreno por terceiro.

49. O BO foi apresentado e se constatou que as coordenadas do local da intervenção, registradas no BO, divergiam amplamente do local fiscalizado pelos agentes do Estado.

50. GERDAU reconhece que o BO apresentada refere-se à outra área que não aquela referida pelos agentes de fiscalização. Mas desse fato NÃO PODERIA DECORRER a afirmação de inconsistência no cumprimento de informação complementar capaz de acarretar no arquivamento de seu processo.

51. Ora, se o BO não comprova que a intervenção foi realizada por terceiro, o que no caso não procede, já que a área fiscalizada foi, de fato, intervinda por vizinho que se autônoma



proprietário, o máximo que se poderia esperar dessa situação seria a lavratura de um auto de infração pela intervenção irregular. O que, inclusive, aconteceu!

52. Mas o que não pode ocorrer, porque é ilógico, desarrazoado, desproporcional e sem propósito, é o arquivamento do processo de revalidação, sob esse argumento.

53. A exigência de apresentação de um boletim de ocorrência sequer deveria poder ser realizada por intermédio de informações complementares, já que não agrega ao procedimento de licenciamento ambiental qualquer informação útil e necessária à sua instrução e conclusão.

54. Se a dúvida da SUPRAM girava em torno do cometimento de uma infração ambiental, que fosse instaurado procedimento próprio.

55. O arquivamento do processo fundado na inconsistência do BO é desproporcional e deve ser revista por esta autoridade julgadora.

III.2.4 – Da ausência de previsão no ofício nº 3221/2018 de complementação dos estudos de fauna

56. O parecer técnico que sugeriu o arquivamento do processo é taxativo ao afirmar que “os estudos de fauna referentes às classes apresentadas pelo empreendedor **foram analisados e considerados satisfatórios (...)**”.

57. O mesmo parecer, lavrado um ano mais tarde ao Ofício nº 3221/2018, estabeleceu, entretanto, outra e nova obrigação que GERDAU, em razão da tramitação do parecer ao Superintendente e deste à publicação de decisão, sequer teve condições de tomar conhecimento e, eventualmente, atender.

58. O parecer técnico afirma que “há necessidade de complementação com a realização do levantamento da entomofauna **que não foi contemplada na informação complementar original.**”

59. Ora, se o levantamento de entomofauna não foi contemplado na informação complementar original, como pode o processo de REVLO da GERDAU ser arquivado ao fundamento de informações complementares insatisfatórias??



60. Há clara conduta contraditória da Administração Ambiental não só perniciosa, mas extremamente prejudicial à empresa, na medida em que determina o arquivamento de um processo oneroso, mas vital para as suas atividades.

61. Trata-se, como se pode ver, de mais uma incongruência da análise processual que deve ser rechaçada para se manter em tramitação o requerimento de revalidação de licença, sendo o que desde já se requer.

III.2.5 – Da proposta de cercamento de áreas de reserva legal e APPs

62. GERDAU, conhecendo a propriedade onde desenvolve suas atividades, bem como as comunidades locais com as quais interage, informou à SUPRAM que a proposta de cercamento de áreas de RL e APP seria inócua devido às constantes violações de cerca para passagem de animais.

63. Caso viesse a realizar o cercamento, como pedido em complementação de informações, constantes seriam as violações e inefetiva seria a medida. Por esse motivo, alternativamente e em diálogo transparente com o órgão ambiental, sugeriu, em detrimento do cercamento, que fosse realizado um trabalho de conscientização com a vizinhança, partindo da premissa que instruir e orientar é sempre melhor do que punir.

64. Ocorre que a SUPRAM, sumariamente, informando tratar-se de um processo instruído com EIA/RIMA e que, por isso, necessariamente deveria contar com um programa de educação ambiental (PEA), negou, por intermédio do ato de arquivamento, a alternativa aventada.

65. Aqui, não diferentemente do que se verificou nos tópicos precedentes, a Administração Ambiental simplesmente olvidou os direitos mais basilares da empresa que deveriam ser garantidos em um processo administrativo, como é o caso do contraditório e da ampla defesa, previstos no já referido art. 5º LIV da CRFB 88.

66. Não se pode negar que uma decisão que viola direitos e garantias constitucionais é amplamente ilegal e padece, portanto, de insanável nulidade, devendo ser revista integralmente!

III.2.5 – Do Programa de Educação Ambiental



67. Preliminarmente, neste tópico, deve-se salientar que o processo de adequação das empresas à Deliberação Normativa COPAM nº 214, de 26 de abril de 2017 não foi realizado sem ranhuras. Esse processo gerou dúvidas e questionamentos, bem como entendimentos diversos, tanto por parte dos empreendedores, quanto por parte dos analistas e técnicos do próprio órgão ambiental, uma vez que as novas disposições acerca da educação ambiental foram ampliativas e bem diversas daquelas previstas na DN COPAM nº 110/07.

68. As dúvidas e divergências anotadas acabaram por provocar a edição da Instrução de Serviço SISEMA nº 04 de 2018 que visava esclarecer os "procedimentos para elaboração, análise e acompanhamento dos programas de educação ambiental exigíveis nos processos administrativos de licenciamento ambiental".

69. A referida IS é posterior às complementações de informação solicitadas à GERDAU o que, de antemão, revela que o cenário e contexto de incertezas e dúvidas.

70. Feitas essas considerações preliminares, passa-se a análise dos pontos que teriam sido insatisfatoriamente atendidos.

71. De acordo com o parecer nº 93/2019, a AID não foi definida de acordo com os impactos do empreendimento e o estudo foi apresentado em conjunto para todas as fazendas, sem que fosse feita justificativa para tal. Destaca-se no parecer que existem dois processos de licenciamento, um para as fazendas Riachos dos Porcos e Vale das Embaúbas I e II e outro para as Fazendas cercado de Cima e de Baixo.

72. Tanto a DN COPAM nº 214/2017, quanto a IS 04/2018 apontam para a possibilidade de elaboração e execução dos Programas de Educação Ambiental de forma integrada, somando forças e possibilitando sinergias. Neste sentido, o PEA apresentado mostra-se adequado e em consonância com as determinações normativas.

73. Em relação às Áreas de Influência Direta, informa-se que não foram consideradas as comunidades do entorno de cada um dos empreendimentos. Neste sentido, cumpre dizer que o processo de mobilização e reconhecimento de campo foi realizado nas comunidades onde havia sido identificadas associações comunitárias ou de moradores, sendo consideradas as informações repassadas pelos representantes dessas associações para análise das visitas posteriores.



74. É importante destacar que a dinâmica populacional da região enquadra a maior parte dos moradores no que o IBGE define como povoados ou outros aglomerados rurais isolados, que são caracterizados por contarem com número de casas inferior a 50 e menos de 250 moradores.

75. De acordo com as informações obtidas em campo com os *stakeholders* entrevistados e com o reconhecimento realizado pela equipe de campo, a maior parte da região (excetuando-se as comunidades visitadas e onde ocorreram as entrevistas com lideranças) possui ocupação humana espaçada, formada por pequenos aglomerados de casas.

76. Ainda assim os moradores desses povoados ou aglomerados foram mobilizados e participaram do diagnóstico nas comunidades que contavam com o mínimo de estrutura para a realização da atividade, tendo sido disponibilizado transporte pelo empreendedor. As informações da atividade de mobilização estão apresentadas no Quadro 1, abaixo. As comunidades atendidas por cada reunião de DSP bem como o número de participantes de cada reunião estão apresentados no Quadro 2. Destaca-se que os DSPs realizados na região de Rio Pardo de Minas atingiram 248 pessoas, um quantitativo que não pode ser desconsiderado.

Fazenda	Entidade	Comunidade	Entrevistado	Função	Contato
Riacho do Porcos	Associação Comunitária dos Moreiras	Moreiras	Vitor Maria do Carmo	Presidente Vice-presidente	(38) 99199-2694 (38) 99868-4912
	Associação Comunitária dos Pequenos Proprietários Rurais de Bomfim II	Bomfim II	José Milton Ribeiro	Diretoria	(38) 99996-0227 Elson-Presidente
	Associação Comunitária dos Pequenos Proprietários Rurais Fazenda Pintado	Pintado	Denilson Nascimento de Sá	Presidente	(38) 99932-5556
	Associação dos moradores de Brejinho e São Camilo	Brejinho	Jovanito Dias dos Santos	Diretoria	
Vale das Embaúbas I	Associação Comunitária de Bonito	Bonito	Antônio Pereira dos Santos	Presidente	(38) 99135-8062
Vale das Embaúbas II	Associação Comunitária de Água Boa	Água Boa II	Alda Ribeiro Araújo	Presidente	(38) 99139-7152
Cercado de Baixo	Associação Comunitária de Aurora	Aurora	Clea Márcia Evangelista	Presidente	(38) 99231-7038



Fazenda	Entidade	Comunidade	Entrevistado	Função	Contato
Cercado de Cima	Associação Comunitária da Rocinha	Rocinha	Anderson Barbosa da Cruz	Presidente	(38) 99122-0743 (38) 99117-9245 (wapp)
	Associação Comunitária do Gênio	Gênio	Geralda Ferreira Serva	Diretoria	(38) 99138-5652 (38) 99167-3317 Presidente

Quadro 1 – Listagem de entrevistados durante a atividade de mobilização

Fazenda	Data/Hora	Lokal de realização	Comunidades Participantes	Nº de participantes
Fazenda Riacho dos Porcos	25/10 - 18h	Moreiras	Moreiras	16
	23/10 - 18h	Bomfim	Pintado, São Camilo, Brejinho	53
Fazenda Cercado de Buixo e de Cima	23/10 - 19h	Aurora	Rocinha, Gênio e Prata	89
Fazenda Vale das Embaúbas	24/10 - 18h	Bonito	Estiva, Santa Cruz, Passagem do Meio e Jaguaripe	30
	24/10 - 18h	Água Boa	Fetal, Corisco, Cambaio, Atolciro	60
TOTAL DE PARTICIPANTES				248

Quadro 2 – Listagem das comunidades participantes do DSP, por fazenda

77. Deve-se considerar, portanto, que o DSP foi realizado em cada uma de suas áreas de influência, sendo consideradas as relações entre as comunidades e aglomerados rurais para a realização de reuniões em conjunto, inclusive com o fornecimento de transporte pelo empreendedor, facilitando e incentivando a participação dos comunitários.



78. De acordo com a avaliação da SUPRAM NM, a atividade de mobilização foi insatisfatória por ter sido realizada através da aplicação de questionários semiestruturados junto às principais lideranças das comunidades. Neste sentido, cabe destacar que as normas não abarcam os procedimentos necessários para o processo de mobilização. A conversa inicial com as lideranças comunitárias é importante para conhecer o território, escutar os representantes dos moradores e preparar a equipe técnica para os pontos que poderão surgir durante a atividade de diagnóstico.

79. Assim, a aplicação dos questionários semiestruturados pode ser encarado como um pré-diagnóstico.

80. A conversa com as lideranças teve também como objetivo a avaliação das melhores datas e horários para a realização da atividade, bem como a definição do local e da logística de transporte a ser fornecido para as comunidades que se encontravam mais afastadas do local definido para o DSP.

81. O contato prévio também era importante para a consolidação da parceria entre empresa e comunidade, já que as lideranças foram fundamentais na mobilização do restante da comunidade que, deve-se destacar, foi feito também com a fixação de cartazes em locais frequentados pelos moradores com as informações relacionadas ao evento.

82. Por fim, e não menos importante, deve-se destacar que se o processo de mobilização não tivesse sido satisfatório, não haveria o comparecimento massivo da comunidade às reuniões.

83. De acordo com o parecer, a devolutiva foi realizada apenas com lideranças, sem envolver as comunidades interessadas. No entanto, a reunião foi agendada na sede do município considerando duas questões principais: i) o alinhamento de temática em todas as comunidades, relacionado à escassez de água e as dificuldades que a falta do recurso causa à agricultura; e ii) atendimento logístico.

84. Neste sentido foram convidados representantes de instituições locais e os moradores das comunidades, totalizando 75 pessoas presentes, sendo 49 das comunidades atendidas e 26 representantes de diversas instituições que poderiam potencializar e apoiar as ações do PEA. A lista de presença encontra-se em anexo a este documento.

85. Quanto ao público externo, o parecer informa que a metodologia foi considerada insatisfatória e apresentou-se inconsistente com o DSP, sem esclarecer quais pontos teriam deixado



de atender às normas. É preciso destacar que o projeto está aderente às demandas comunitárias, voltadas para a escassez de água, secamento de nascentes e as dificuldades que tal contexto provoca na agricultura local.

86. Por todos os ângulos em que se examina a questão, resta claro e notório que o PEA seguiu as diretrizes normativas vigentes e, em meio às dúvidas sobre a adequada condução dos novos procedimentos estabelecidos, deve ser considerado satisfatório, sobretudo por que alcançou seu público-alvo.

87. Aqui, como nos demais tópicos, mostra-se que as informações complementares apresentadas são amplamente satisfatórias e, por esse motivo, a decisão de arquivamento deve ser revista.

IV – Conclusão e pedidos

88. Pelas razões de fato e de direito expostas, GERDAU AÇOS LONGOS S.A requer que o presente recurso seja conhecido e provido para:

- a) que a autoridade prolatora da decisão de arquivamento reconsidere a sua decisão;
- b) não sendo reconsiderada a decisão, que a instância julgadora competente reforme a decisão do Superintendente Regional de Meio Ambiental da SUPRAM NM, que determinou o arquivamento do processo REVLO 3621/2005/007/2015, ante a integral e satisfatória apresentação das informações complementares aviadas através do OF. Nº 3221/2018;

89. Para todos os fins legais e processuais, sob pena de nulidade, requer que as intimações, comunicações e notificações relativas ao presente recurso e processo administrativo correlato sejam remetidas, via postal, em nome exclusivo da Gerdau Aços Longos S.A, para o endereço da Rua Dr. José Maria Lacerda, nº 1340, Cidade Industrial, Contagem/MG, CEP 32.210-120.



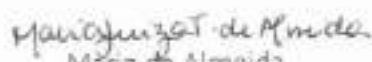
90. Protesta provar os fatos alegados por todos os meios legalmente admissíveis e requer, desde já, a juntada dos documentos em anexo. Protesta, ainda, neste ato, pela juntada de outros documentos até que o processo administrativo seja remetido à autoridade julgadora.

Pede deferimento.

Belo Horizonte, 2 de dezembro de 2019

Marcelo Azevedo
OAB/MG 130.790


Bruno Malta
OAB/MG 96.868


Maria de Almeida
OAB/MG 186.307


Bianca Barbosa
OAB/MG 197.142



LISTA DE DOCUMENTOS

Doc.1 – Cartão CNPJ

Doc.2 – Atos constitutivos

Doc.3 – Procuração

Doc. 4 – Extrato de publicação da decisão de arquivamento – 02/11

Doc. 5 – Comprovante de pagamento de taxa de expediente

Doc. 6 – Parecer técnico Supram NM - papeleta de despacho nº 93/2019

Doc 7 - Ofício nº 3221/2018 – Supram NM

Doc. 8 – Ato de arquivamento



WILLIAM FREIRE
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Doc.1 – Cartão CNPJ

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 07.358.761/0124-18 FILIAL		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 25/01/2010	
NOME EMPRESARIAL GERDAU ACOS LONGOS S.A.			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 02.10-1-01 - Cultivo de eucalipto			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 02.10-1-08 - Produção de carvão vegetal - florestas plantadas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada			
LOGRADOURO ESTM RIO PARDO DE MINAS/VARGEM GRANDE DO RIO PARDO, KM 18		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO : FAZENDA VALE DAS ; : EMBAUBAS.;
CEP 39.530-000	BARRIO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO RIO PARDO DE MINAS	UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO LUCIA.VARGAS@GERDAU.COM.BR		TELEFONE (51) 3450-7665	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 25/01/2010
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 02/12/2019 às 17:06:31 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)

Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)



WILLIAM FREIRE
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Doc.2 – Atos constitutivos



Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento Nacional de Registro do Comércio

00-2017/149449-0
JUCERJA
33300275819
GERDAU ACOS LONGOS S/A

04 mai 2017 14:43
Guia: 102295720

Ato: 304

HASH: M17051494490Q
Junta - Calculado: 554,00 Pago: 554,00
DNRC - Calculado: 21,00 Pago: 21,00

Cumprir a exigência no
mesmo local de emissão
ULT ARO: 00003032003 25/04/2017 308

NIRE (se não for de novo, quando se trata de alteração) 333 00 27 5819
CÓDIGO DA NATUREZA JURÍDICA 203.4
(Ver Tabela 1)

1 - REQUERIMENTO

ILMº SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO RJ

NOME: GERDAU ACOS LONGOS S/A

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
NIRE: 333 00 27 5819
Protocolo: 002017149449-0 - 04/05/2017
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO

00003036681
DATA: 05/05/2017

Secretário Geral

2º Tabelionato de Notas de Porto Alegre, RS
2017 MAR 21 10:00:00
Certificado de Autenticidade de Nota de 2017
Pelo Tabelião de Notas de Porto Alegre, RS
Em Testemunha da Verdade
Sandro Pranta Menezes, Tabelião Autorizado
Inscrição: RS 4.50 - Seu digital: RS 40-104211 1689077 50672 182

D323.258

ATO
FEAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA (2017/449)

2.1.2 CUCULAR DE DIRETORIA

Porto Alegre

Local

24.04.2017
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio

Nome: OTAVIO AUGUSTO TEIXEIRA DE MIRANDA

Assinatura:

Telefone do contato: (51) 8323 2371

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em ordem.
A decisão.

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência.
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publicar-se e arquivar-se.

☐ Processo indeferido. Publicar-se.

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência.
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☒ Processo deferido. Publicar-se e arquivar-se.

☐ Processo indeferido. Publicar-se.

Rubens Orlando da Silva
Vogal - JUCERJA
ID Funcional: 4405234-5
Presidente da Junta

Marcelo Antonio de O. Simão
Vogal
ID Funcional: 5071780-4
Vogal

Ronaldo Mansur
Vogal - JUCERJA
ID Funcional: 5075825-0
Vogal

OBSERVAÇÕES:

16/02/554

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819

Protocolo: 002017149449-0 - 04/05/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE276563C1D4EC8D6B27C756659B4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017

Secretário Geral

136

GERDAU AÇOS LONGOS S.A.
CNPJ nº 07.358.761/0001-69
NIRE nº 33300275819

ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS, CUMULATIVAMENTE, NA SEDE SOCIAL, NO RIO DE JANEIRO-RJ, NA AV. JOÃO XXIII, 6.777, SANTA CRUZ, ÀS 16h00min, DO DIA 20 DE ABRIL 2017.

1. As demonstrações financeiras foram publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (páginas 22 a 27) e no Valor Econômico Edição Regional Rio de Janeiro (páginas E13 a E16), no dia 17/03/2017 e as assembleias foram convocadas através de editais publicados nos dias 11; 12; e 17 de abril de 2017, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (páginas 32; 40; e 87, respectivamente) e nos dias 11; 12; e 13 de abril de 2017, no Valor Econômico Edição Regional Rio de Janeiro (páginas E-3; E-3; e E-5, respectivamente), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2016; 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de resultados; 3. Eleger os membros da Diretoria, indicar os membros do Comitê Executivo e fixar a remuneração dos Administradores; 4. Deliberar sobre os jornais que veicularão as publicações da Sociedade, previstas na Lei nº 6.404/76; 5. Ratificar a relação de imóveis constante do Anexo II da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28/03/2013; e 6. Consolidar o Estatuto Social, face às alterações procedidas anteriormente.
2. Estavam presentes acionistas representando mais de dois terços do capital social com direito a voto, bem como o representante dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, Adriano Machado, inscrito no CRC PR-042584/0-7. Os trabalhos foram abertos pelo Diretor Harley Lorentz Scardobelli que, eleito para presidi-los, convidou a mim, Otávio Augusto Trois de Miranda, para secretário.
3. A Assembleia Geral Ordinária, por unanimidade, deixando de votar os legalmente impedidos, deliberou tomar as seguintes resoluções.

"RESOLUÇÃO Nº 47/2017-AGO:

A Assembleia Geral Ordinária da Gerdau Aços Longos S.A. resolve aprovar as contas do exercício social findo em 31/12/2016 e as respectivas demonstrações financeiras."

"RESOLUÇÃO Nº 48/2017-AGO:

A Assembleia Geral Ordinária da Gerdau Aços Longos S.A. resolve aprovar a proposta da administração de absorver integralmente os prejuízos verificados no exercício findo em 31/12/2016, no valor de R\$ 548.615.654,05, utilizando o saldo existente na conta de Reserva para investimentos e Capital de Giro, no valor de R\$ 403.327.967,56, e parcialmente o saldo existente na conta de Reserva Legal, no valor de R\$ 145.287.686,49. Em razão dos prejuízos, não serão distribuídos dividendos aos acionistas."

"RESOLUÇÃO Nº 49/2017-AGO:

A Assembleia Geral Ordinária da Gerdau Aços Longos S.A., nos termos do art. 6º, § único do Estatuto Social, determinou a eleição dos seguintes membros da Diretoria, com mandato até a



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C756658B4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017


Bernardo F. S. Benveniste
Secretário Geral

Assembleia Geral Ordinária de 2018: **Diretor Presidente:** ANDRÉ BIER GERDAU JOHANNPETER, brasileiro, natural de Porto Alegre, RS, casado em regime de separação total de bens, administrador de empresas, domiciliado em Porto Alegre, RS, na Av. Farrapos, 1811, Bairro Floresta, CEP 90220-005, portador da CI/SSP-RS nº 6002167903 e CPF 404.841.220-53; **Diretores Vice-Presidentes:** CLAUDIO JOHANNPETER, brasileiro, natural de Porto Alegre, RS, separado judicialmente, engenheiro, domiciliado em Porto Alegre, RS, na Travessa Azevedo, 5, Bairro Floresta, CEP 90220-200, portador da CI/SSP-RS nº 3002596629 e CPF nº 404.840.330-34; GUILHERME CHAGAS GERDAU JOHANNPETER, brasileiro, natural de Porto Alegre, RS, casado em regime de separação total de bens, advogado, domiciliado em Porto Alegre, RS, na Rua Luciana de Abreu, 471/802, Bairro Moinhos de Vento, CEP 90570-060, portador da CI/SSP-RS nº 1024145052 e CPF nº 481.716.320-91; FRANCISCO DEPPERMAN FORTES, brasileiro, natural de Porto Alegre, RS, casado, em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, residente e domiciliado em Porto Alegre, RS, na Av. Túlio de Rose, 400, apto. 901, Torre A, Bairro Passo d'Areia, CEP 91340-110, portador da CI/SSP-RS 9016133861 e CPF 403.690.130-34; e HARLEY LORENTZ SCARDOELLI, brasileiro, natural de Porto Alegre, RS, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, residente e domiciliado na Rua Engenheiro Veríssimo de Matos, 10, apto. 601, Bairro Bela Vista, Porto Alegre, RS, CEP: 90440-180, portador da CI/SSP-RS nº 3002593238 e do CPF nº 447.421.500-15; e **Diretores:** FLADIMIR BATISTA LOPES GAUTO, brasileiro, viúvo, natural de Porto Alegre, RS, administrador de empresas, residente e domiciliado na Alameda Colômbia, 920, Residencial 2, Alphaville, Barueri, SP, CEP 06470-010, portador da CI/SJTC-RS nº 8020206317 e do CPF nº 352.524.130-53; e GUSTAVO WERNECK DA CUNHA, brasileiro, natural de Belo Horizonte, MG, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro mecânico, residente e domiciliado em São Paulo, SP, na Rua Guararapes, 2073, apto 1102-B, Torre Magenta, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, CEP 04561-004, portador da CI/SSP/MG nº 4.072.110 e do CPF nº 972.434.346-49. A Assembleia Geral Ordinária da Gerdau Aços Longos S.A., em face do que dispõe o art.9º do Estatuto Social, resolve designar o Diretor Presidente e os Diretores Vice-Presidentes, eleitos nesta data, para que, cumulativamente, integrem o Comitê Executivo da Sociedade, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2018."

"RESOLUÇÃO Nº 50/2017-AGO:

A Assembleia Geral Ordinária da Gerdau Aços Longos S.A., resolve fixar as remunerações individuais de seus administradores, obedecendo o seguinte limite global: a remuneração média individual do conjunto de administradores não pode ultrapassar, no período de até a Assembleia Geral Ordinária de 2018, o montante mensal de R\$ 500.000,00. O pagamento será feito em 12 parcelas mensais, mais uma 13ª parcela acrescida de 1/3 de seu valor.

"RESOLUÇÃO Nº 51/2017-AGO:

A Assembleia Geral Ordinária da Gerdau Aços Longos S.A., resolve aprovar que as publicações previstas na Lei 6.404/76 sejam efetuadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e Jornal Valor Econômico - Caderno Regional do Rio de Janeiro."

4. A Assembleia Geral Extraordinária, por unanimidade, deixando de votar os legalmente impedidos, deliberou tomar as seguintes resoluções:

"RESOLUÇÃO Nº 17/2017-AGE:

A Assembleia Geral Extraordinária da Gerdau Aços Longos S.A., resolve re-ratificar a relação de imóveis constante do Anexo II da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28/03/2013,



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75865B84B1C1EEA472FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036881 - 05/05/2017


Bernardo F.S. Barreiros
Secretário Geral

incluindo o seguinte imóvel: O imóvel objeto da matrícula nº 37.261, aberta no Tabelionato Agualar de Registro de Imóveis de Dourados, MS, Livro 2, folha 1, Registro Geral, a saber: Um terreno determinado por arte do quarteirão nº 118, situado no perímetro urbano da cidade de Dourado, totalizando 1.228,7 m² de área edificada e 4.285,7m² de área de terras.

Valor contábil: R\$ 298.935,63

"RESOLUÇÃO Nº 18/2017-AGE:

A Assembleia Geral Extraordinária da Gerda Aços Longos S.A., resolve consolidar o Estatuto Social, face às alterações procedidas anteriormente, como segue: **GERDAU AÇOS LONGOS S.A.** CNPJ nº 07.358.761/0001-69. NIRE Nº 33300275819. **ESTATUTO SOCIAL, CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E OBJETO.** Art. 1º. A GERDAU AÇOS LONGOS S.A. com sede e foro no Rio de Janeiro-RJ, na Av. João XXIII nº 6.777, Santa Cruz, CEP nº 23.565-235, é uma sociedade anônima que se rege pelo presente Estatuto e pela legislação em vigor. Art. 2º. A Sociedade tem por objeto principal a indústria e o comércio de produtos de aço e respectivas matérias-primas e subprodutos, comercialização de combustíveis sólidos, dentre eles, carvão metalúrgico, carvão térmico, antracito, coque metalúrgico, coque fundição e coque verde de petróleo, podendo ainda exercer atividades complementares destas e quaisquer outras que, direta ou indiretamente, se relacionem com o seu objeto, incluindo mineração, construção, transformação de laminados e prestação de serviços técnicos especializados, elaboração, execução e administração de projetos de florestamento e reflorestamento, bem como a exportação e importação de bens de ou para sua indústria e atividades relacionadas à produção de carvão vegetal, o transporte via rodoviária, ferroviária, marítima e ou pluvial de bens de sua indústria, as atividades portuárias fora de área de porto organizado e as de operador portuário, de que trata a Lei nº 8.630, de 25.02.93, e ainda, a geração, transmissão e comercialização de energia elétrica. § 1º. A sede social da Companhia terá o título de "GERDAU COSIGUA" e os estabelecimentos que têm por objeto principal a indústria e o comércio de produtos de aços longos terão os seguintes títulos: o situado no Estado do Rio Grande do Sul, Município de Sapucaia do Sul, "GERDAU RIOGRANDENSE"; os situados no Estado do Paraná, Municípios de Curitiba e Araucária, "GERDAU GUAÍRA"; o situado no Estado da Bahia, Município de Simões Filho, "GERDAU USIBA"; o situado no Estado do Ceará, Município de Maracanaú, "GERDAU CEARENSE"; os situados no Estado de Pernambuco, Município de Recife, "GERDAU AÇONORTE". Os estabelecimentos que têm por objeto indústria e beneficiamento de armaduras para construção civil e o comércio de produtos siderúrgicos e metalúrgicos em geral, sucata de metais, laminados de ferro e aço inclusive a importação e exportação desses produtos, localizados em todo o território nacional terão como título "GERDAU ARMAFER". Os estabelecimentos que têm por objeto a compra, beneficiamento e o comércio atacadista de sucata de metais, metálicos ferrosos e não ferrosos e de produtos de aço em geral, inclusive a importação e exportação desses produtos, em todo o território nacional terão como título "GERDAU METÁLICOS". Os estabelecimentos inscritos no CNPJ nº 07.358.761/0183-78 a 07.358.761/0285-00, localizados em todo o território nacional terão como título "COMERCIAL GERDAU". § 2º. A Companhia, respeitadas as disposições legais, pode participar de outras sociedades, no País e no exterior. Art. 3º. A duração da Companhia é por tempo indeterminado. **CAPÍTULO II - DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES.** Art. 4º. O Capital Social é de R\$ 3.654.212.262,98 (três bilhões, seiscentos e cinquenta e quatro milhões, duzentos e doze mil, duzentos e sessenta e dois reais e noventa e oito centavos), dividido em 200.544.497 (duzentos milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, quatrocentas e noventa e sete) ações, sendo 200.526.235 (duzentos milhões, quinhentos e vinte e seis mil, duzentas e trinta e cinco) ações ordinárias e 18.262 (dezoito mil, duzentas e sessenta e duas) ações preferenciais, todas sem valor nominal. § 1º. As ações são todas escriturais, gozando as preferenciais dos mesmos direitos das ordinárias, exceto o de voto, e conferindo, ainda, a seus titulares, prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 05/05/2017. E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2785563C1D4EC8D6B27C75665B84B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017

Bernardo F. S. Barwanger
Secretário Geral

liquidação da Companhia. § 2º. A Companhia poderá, mediante deliberação da Assembleia Geral, criar classes de ações preferenciais ou promover aumento de classe existente sem guardar proporção com as demais, observando o limite de metade do total das ações emitidas. § 3º. Nos aumentos de capital, por subscrição, poderá deixar de ser observada a proporcionalidade existente entre as diversas espécies e/ou classes de ações de emissão da Companhia. **CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO. SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS. Art. 5º.** A Administração da Companhia incumbe à Diretoria. § 1º. A investidura de cada um dos membros eleitos da Diretoria far-se-á mediante termo lavrado em livro próprio, independentemente de caução. § 2º. A remuneração dos membros da Diretoria será fixada pela Assembleia Geral, podendo ser votada individual ou globalmente, cabendo à Assembleia Geral deliberar sobre sua distribuição. **SEÇÃO II - DIRETORIA. Art. 6º.** A Diretoria se compõe de: a) um Diretor Presidente; b) dois a dez Diretores Vice-Presidentes; e, c) um a quarenta Diretores, com ou sem designação especial. § único. Os Diretores, pessoas físicas residentes no País, serão eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de um ano. **Art. 7º.** A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, nas ocasiões por ela determinadas e, extraordinariamente, sempre que necessário ou conveniente, por convocação do Diretor Presidente ou qualquer dos Diretores Vice-Presidentes ou, ainda, por dois dentre seus membros. § 1º. As reuniões da Diretoria instalar-se-ão com a presença da maioria de seus membros, em primeira convocação. As deliberações serão tomadas por maioria de votos e constarão de atas lavradas em livro próprio. § 2º. Tanto para os fins do "quorum" de instalação quanto do "quorum" de deliberação, é admitido o voto escrito antecipado. O Presidente terá, nas reuniões, o voto de qualidade, além do seu próprio. **Art. 8º.** Compete à Diretoria praticar todos os atos necessários à consecução do objeto social e a responsabilidade pela adequada execução das deliberações dos órgãos sociais. § 1º. O Diretor Presidente presidirá o Comitê Executivo e será responsável pela condução geral dos negócios, devendo voltar-se ao direcionamento estratégico da Companhia e pelo acompanhamento de seus resultados. § 2º. O Diretor Presidente será responsável pelo desenvolvimento e realização dos objetivos da Companhia e exercerá a coordenação operacional dos diversos negócios, buscando maximizar sinergias e resultados. **Art. 9º.** Os Diretores, sem prejuízo de suas funções individuais, agirão sob orientação do denominado Comitê Executivo, órgão de deliberação colegiada constituído pelo Diretor Presidente e pelos Diretores Vice-Presidentes para tanto especificamente designados pela Assembleia Geral. **Art. 10.** Incumbe ao Comitê Executivo elaborar: a) o planejamento estratégico, da Companhia, e seu respectivo plano de execução, bem como seus programas de expansão e investimentos; b) o portfólio de negócios da Companhia; c) as propostas de alterações relevantes na estrutura organizacional da Companhia. **Art. 11.** Incumbe, ainda, ao Comitê Executivo: a) estabelecer as diretrizes básicas da ação executiva dos Diretores, e zelar pelo estrito cumprimento das mesmas; b) fixar a estrutura administrativa da Companhia, obedecida a atribuição de funções dos Diretores; c) definir e sistematizar os processos e operações, aprovar suas políticas, estratégias e diretrizes, avaliando o respectivo desempenho por seus titulares, o grau de excelência alcançado e as técnicas de gestão empregadas; d) aprovar a concessão de empréstimos ou outros créditos, inclusive a colaboradores ou membros dos órgãos sociais da Companhia; e) elaborar e submeter à Assembleia Geral as políticas e práticas financeiras, mercadológica e de recursos humanos, incluindo remuneração e participação nos lucros ou resultados; f) orientar e prover a capacitação e desenvolvimento profissional aos executivos estratégicos, bem como cuidar de seus planos de sucessão; g) autorizar a participação em outras sociedades, bem como a formação de consórcio, "joint ventures" e alianças estratégicas, no Brasil e no exterior; h) elaborar os programas de expansão ou investimentos, considerando os riscos envolvidos e retornos esperados; i) autorizar a captação de recursos, contratação de empréstimos e financiamentos, no País ou no exterior, inclusive mediante a emissão de títulos e valores mobiliários, bem como a prática de atos que impliquem em alienar, mesmo fiduciariamente, ou onerar bens sociais do ativo permanente, inclusive hipotecar, empenhar, caucionar, dar em anticrese, dar aval ou fiança, confessar, renunciar a direito, transigir, acordar, estabelecer ainda quando julgar conveniente, quais membros da Diretoria ou



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75665884B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017


Derminto F. S. Barwanger
Secretário Geral

procuradores deverão praticar o ato autorizado; j) estabelecer critérios para a prática, pela Companhia, de atos gratuitos razoáveis em benefício dos empregados ou das comunidades de que a mesma participe, inclusive doação de bens inservíveis; k) acompanhar e controlar as atividades das empresas coligadas e controladas da Companhia; l) instruir os representantes da Companhia nas reuniões de grupo de controle e de quotistas e nas Assembleias Gerais das empresas coligadas e controladas; m) autorizar a abertura de filiais, sucursais, agências e escritórios; n) promover o intercâmbio de experiências e máxima sinergia entre os processos e operações da Companhia; o) disseminar os valores e a cultura da Companhia para todos os níveis funcionais; p) zelar e responder pela imagem institucional da Companhia; q) resolver os casos omissos. **Art. 12.** O Comitê Executivo reunir-se-á, ordinariamente, nas ocasiões por ele determinadas e extraordinariamente, sempre que necessário ou conveniente, por convocação do Diretor Presidente ou por dois dentre seus membros. **§ 1º.** As reuniões do Comitê Executivo instalar-se-ão com a presença da maioria de seus membros, em primeira convocação. As deliberações serão tomadas por maioria de votos e constarão de atas lavradas em livro próprio. **§ 2º.** Cada membro do Comitê terá direito, nas reuniões, a um voto, sendo que o Diretor Presidente terá o voto de qualidade, além do seu próprio. **§ 3º.** Tanto para os fins do "quorum" de instalação quanto do "quorum" de deliberação, é admitido o voto escrito antecipado. O Presidente terá, nas reuniões, o voto de qualidade, além do seu próprio. **Art. 13.** O Comitê Executivo poderá deliberar a criação de comitês auxiliares, a serem integrados por um ou mais dentre os seus membros e ou os demais Diretores, empregados da Companhia e terceiros contratados, para promover o intercâmbio de experiências e a máxima sinergia entre as operações da Companhia, ou com o fito de coordenar, orientar, facilitar ou apoiar determinados processos ou operações. **§ único.** Os comitês assim criados encaminharão ao Comitê Executivo cópias das atas de suas reuniões e prestarão ao mesmo as informações que permitam avaliar o desempenho das suas atividades. **Art. 14.** Os Diretores, salvo casos excepcionais autorizados pelo Comitê Executivo (art. 12), exercerão seus cargos com dedicação integral de tempo e não darão aval, fiança, nem de qualquer forma garantirão dívidas de terceiros. **Art. 15.** Compete aos Diretores representar a Companhia ativa e passivamente em juízo ou fora dele, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes e as deliberações tomadas pelos órgãos sociais. **Art. 16.** Como regra geral e ressalvados os casos objeto dos parágrafos subseqüentes, a Companhia se obriga validamente sempre que representada por 2 (dois) membros quaisquer da Diretoria, ou ainda, 1 (um) membro da Diretoria e 1 (um) procurador, ou 2 (dois) procuradores, no limite dos respectivos mandatos. **§ 1º.** Os atos para cuja prática o presente Estatuto exija autorização prévia do Comitê Executivo só poderão ser praticados uma vez preenchida tal condição preliminar. **§ 2º.** A Companhia poderá ser representada por apenas 1 (um) membro da Diretoria ou 1 (um) procurador, quando se tratar de receber e dar quitação de valores que sejam devidos à Companhia, emitir e negociar, inclusive endossar e descontar, duplicatas relativas às suas vendas, bem como nos casos de correspondência que não crie obrigações para a Companhia e da prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive os praticados perante repartições públicas em geral, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, Junta Comercial, Justiça do Trabalho, IAPAS, FGTS e seus bancos arrecadadores, e outros de idêntica natureza. **§ 3º.** O Comitê Executivo poderá autorizar a prática de atos que vinculem a Companhia, por apenas um dos Diretores ou um procurador, ou ainda, pela adoção de critérios de limitação de competência, restringir, em determinados casos, a representação da Companhia a apenas um Diretor ou um procurador. **§ 4º.** Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras: a) todas as procurações terão de ser previamente aprovadas pelo Comitê Executivo, ou, então, outorgadas, em conjunto, por dois de seus membros ou por dois Diretores pelo Comitê designados; b) quando o mandato tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização do Comitê Executivo, a sua outorga ficará expressamente condicionada à obtenção dessa autorização; c) exceto nos casos de representação judicial ou similar, em que seja da essência do mandato o seu exercício até o encerramento da questão ou do processo, todas as demais procurações serão por prazo certo, não superior a um ano, e terão



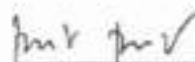
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494480 - 04/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6827C758658B4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017


Fernando F. S. Derwanger
Secretário Geral

poderes limitados. § 5º. Serão nulos e não gerarão responsabilidades para a Companhia os atos praticados em desconformidade às regras dos parágrafos precedentes. **CAPÍTULO IV - DO CONSELHO FISCAL.** Art. 17. O Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e de suplentes em igual número, acionistas ou não, sendo instalado e eleito em assembleia-geral. § único. Se os titulares de ações preferenciais e de ações minoritárias não exercerem os direitos que a Lei lhes conferem na eleição do Conselho Fiscal, haverá, uma única votação, na qual serão eleitos todos os membros deste. Art. 18. O Conselho Fiscal considerar-se-á em exercício de funções a partir da Assembleia que o elegeu, e escolherá o seu Presidente na primeira reunião. Art. 19. O Conselho funcionará com a presença da maioria de seus membros e deliberará por maioria dos votos presentes, tendo o respectivo Presidente, além do voto pessoal, o de desempate. Art. 20. Ocorrendo impedimento, temporário ou definitivo, de um membro efetivo, o suplente será convocado pelo Presidente do Conselho Fiscal ou, sendo ele o impedido, pelo Diretor-Presidente. § 1º. Os suplentes, que não sejam os previstos no parágrafo único do Art. 27, serão chamados pela ordem em que foram eleitos. § 2º. O suplente cessará as suas funções logo que termine o impedimento do substituído. **CAPÍTULO V - DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS.** Art. 21. A Assembleia Geral, convocada e instalada na forma da lei e deste capítulo, tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia, e tomar as resoluções que julgar convenientes à defesa e ao desenvolvimento da Companhia. Art. 22. A Assembleia Geral será instalada por um Diretor, ou, na sua ausência, por um Acionista presente, sendo presidida e secretariada por Acionistas escolhidos na ocasião. § 1º. A Sociedade poderá exigir, em prazo fixado no anúncio de convocação, o depósito de comprovante de titularidade de ações, expedido pela instituição financeira depositária dos mesmos, assim como suspender, pelo mesmo período, os serviços de transferência e desdobramento de ações. § 2º. Ressalvados os casos para os quais a lei determine "quorum" qualificado, as deliberações da Assembleia serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco. Art. 23. Dos trabalhos e das deliberações da Assembleia Geral serão lavradas atas em livro próprio, com os elementos, indicações, requisitos e assinaturas exigidas em lei. Art. 24. A Assembleia Geral será Ordinária ou Extraordinária conforme a matéria sobre a qual versar. A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária poderão ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, instrumentadas em ata única. Art. 25. A Assembleia Geral Ordinária deverá se realizar no prazo da lei e terá por objeto: i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; iii) eleger os membros da Diretoria e, quando for o caso, do Conselho Fiscal; **CAPÍTULO VI - DO EXERCÍCIO SOCIAL, DOS LUCROS E SUA DISTRIBUIÇÃO.** Art. 26. O exercício social se inicia a 1º de janeiro e se encerra a 31 de dezembro de cada ano. § 1º. Ao fim de cada exercício social a diretoria fará elaborar, com observância dos preceitos legais pertinentes, as seguintes demonstrações financeiras: i) Balanço Patrimonial; ii) Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; iii) Demonstração do resultado do exercício; e iv) Demonstração das origens e aplicações de recursos. § 2º. Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, a diretoria apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste estatuto e na lei. Art. 27. Em cada exercício, os acionistas têm direito de receber dividendo correspondente, a pelo menos, 30% do lucro líquido, ajustado nos termos do art. 202, da Lei 6.404/76. § 1º. A Companhia poderá declarar, por deliberação da Diretoria, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento, dividendos intermediários, à conta de: a) lucro apurado em balanço semestral ou em periodicidade inferior; b) lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. § 2º. Os membros da Diretoria fazem jus a uma participação no lucro da Companhia, a ser deliberada pela Assembleia, observados os limites de Lei. É condição para o pagamento de tal participação a atribuição aos Acionistas do dividendo obrigatório a que se refere o caput deste artigo. Sempre que forem levantados balanços semestrais e com base neles forem pagos dividendos intermediários em valor ao menos igual ao percentual do



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171484490 - 04/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE27655683C1D4EC8D6827C75865B84B1C1EEA47F2FE5874C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036881 - 05/05/2017


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

dividendo obrigatório sobre o lucro líquido do período, poderá ser paga, por deliberação da Diretoria, aos administradores que indicar, participação no lucro semestral, "ad referendum" da Assembleia Geral. **Art. 28.** A Assembleia Geral Ordinária, mediante proposta da Diretoria, poderá fixar, em cada ano, respeitadas as eventuais limitações da Lei, o valor a atribuir à participação dos empregados e administradores nos lucros do exercício, depois de feitas as deduções legais e estatutárias. **Art. 29.** Ao deliberar sobre a destinação do lucro líquido, a Assembleia Geral Ordinária observará as seguintes prioridades: a) 5% do referido lucro para constituição de reserva, até os limites fixados no art. 193, da Lei 6.404/76; b) a quantia necessária para distribuição de dividendo; c) o saldo para livre aplicação pela Assembleia Geral. **§ único.** A Diretoria poderá propor, e a Assembleia deliberar, deduzir do lucro líquido do exercício, uma parcela de ao menos cinco por cento para a constituição de uma Reserva para Investimentos e Capital de Giro, que obedecerá aos seguintes princípios: a) sua constituição não prejudicará o direito dos Acionistas de receber o dividendo obrigatório previsto no Art. 27, supra; b) seu saldo, em conjunto com o saldo das demais reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição em dinheiro do excesso; c) a reserva tem por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente, ou acréscimos do capital de giro, inclusive através de amortização das dívidas da Companhia, independentemente das retenções de lucro vinculadas ao orçamento de capital, e seu saldo poderá ser utilizado: i) na absorção de prejuízos, sempre que necessário; ii) na distribuição de dividendos, a qualquer momento; iii) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei; iv) na incorporação ao Capital Social, inclusive mediante bonificações em ações novas. **Art. 30.** Os dividendos serão pagos na forma e no prazo da Lei nos locais determinados pela Diretoria. **CAPÍTULO VII - DA LIQUIDAÇÃO. Art. 31.** A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral, cabendo a esta, em qualquer caso, estabelecer o modo de liquidação, eleger os liquidantes e os membros do Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação e fixar-lhes a remuneração."

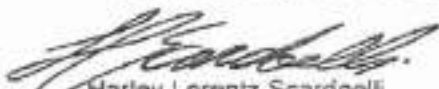
5. Nada mais foi tratado.

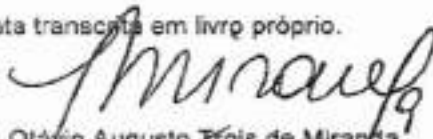
Rio de Janeiro, 20 de abril de 2017.

(Ass.) Harley Lorentz Scardocelli - Presidente. Otávio Augusto Trois de Miranda - Secretário.
Acionistas: GERDAU S.A. p.p.: Otávio Augusto Trois de Miranda. Auditores Independentes:
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. p. Adriano Machado.

Declaração

Declaramos, que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio.


Harley Lorentz Scardocelli
Presidente


Otávio Augusto Trois de Miranda
Secretário e Advogado
OAB/RS nº 23.728

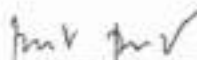
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171484490 - 04/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75665B84B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017


Bernardo F. S. Barwanger
Secretário Geral



5108052

334

DECLARAÇÃO

Eu, **ANDRÉ BIER GERDAU JOHANNPETER**, brasileiro, natural de Porto Alegre, RS, casado em regime de separação total de bens, administrador de empresas, domiciliado em Porto Alegre, RS, na Av. Farrapos, 1811, Bairro Floresta, CEP 90220-005, portador da CI/SSP-RS nº 6002167903 e CIC nº 404.841.220-53, declaro, sob as penas da lei, que não estou impedido, por lei especial, de exercer a administração da sociedade e nem condenado ou encontrar-me sob os efeitos da condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

Porto Alegre, 20 de abril de 2017.

ANDRÉ BIER GERDAU JOHANNPETER

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6827C756658B481C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017

Bernardo F. S. Barwanger
Secretário Geral



GERDAU AÇOS LONGOS S/A

CNPJ Nº 07.058.741/0001-41

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores ACIONISTAS

Rendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Gerdau Aços Longos S/A, apresenta-lhes e segue o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, presentes do acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, referentes ao exercício social de 2016. As vendas atingiram 2,3 milhões de toneladas no ano de 2016, volume inferior ao de 2015, principalmente pela redução dos volumes vendidos no mercado interno em função do menor nível de atividade da construção e da indústria. Por outro lado, as exportações apresentaram aumento em relação a 2015 devido às oportunidades no mercado internacional. A receita líquida de vendas alcançou R\$ 13 bilhões em 2016. A margem bruta ficou muito reduzida pela queda líquida de vendas, ficou em 22% no período. A Companhia obteve um resultado líquido negativo de R\$ 548,6 milhões no ano de 2016, apresentando ROZ, 14 por cento. Esse resultado negativo foi decorrente, principalmente,

do menor resultado operacional, influenciado pela perda de equivalentes patrimoniais. Em função desse prejuízo, a Companhia não distribuiu dividendos no exercício de 2016. Em 31 de dezembro de 2016, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 135 milhões, representando um valor patrimonial de R\$ 37,26 por ação. Os investimentos em ativo imobilizado totalizaram R\$ 220,0 milhões no exercício. A dívida bruta da Companhia somou R\$ 1.178,5 milhões em 31 de dezembro de 2016, dos quais 18,6% eram de curto prazo e 81,4% de longo prazo. Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, acionistas, fornecedores, representantes, instituições financeiras e órgãos governamentais pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017
A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais

ATIVO				PASSIVO			
	Nota	2016	2015		Nota	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	31.352	662.523	Fornecedores		581.520	552.352
Aplicações financeiras em títulos para negociação	4	339.440	75.590	Emprestimos e financiamentos	12	210.480	234.322
Cortos a receber de clientes	5	923.511	806.952	Impostos e contribuições a receber	14	75.510	95.481
Empréstimos	6	1.093.050	1.088.937	Salários e pagar		115.844	91.991
Créditos tributários	7	129.628	175.463	Projeção para passivos ambientais	18	3.027	3.476
Impostos de renda e contribuição social a receber		53.515	476.771	Outros passivos circulantes		83.255	82.248
Outros ativos circulantes		125.271	49.944			1.059.059	1.051.473
		2.613.767	2.815.480	PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
ATIVO NÃO CIRCULANTE				Emprestimos e financiamentos	12	989.988	750.840
Créditos tributários	7	20.089	34.340	Partes relacionadas	16	2.671.803	4.330.495
Impostos de renda e contribuição social a receber	8	1.325.436	1.340.658	Provisão para passivos tributários, ambientais e civis	19	1.520.480	1.300.025
Partes relacionadas	16	66.145	62.567	Provisão para passivos ambientais	18	839	10.789
Depósitos judiciais	15	1.341.233	1.225.638	Outros passivos não circulantes		27.620	40.623
Outros ativos não circulantes		75.796	149.955			5.179.790	6.462.112
Investimentos	9	4.650.082	5,3 6.558	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado	10	3.186.505	3.345.083	Capital social		3.654.212	3.654.212
Intangível	11	408.523	448.415	Reservas de capital		1.236.147	1.235.122
		9.174.258	12.911.128	Reservas de lucros		336.326	1.485.637
TOTAL DO ATIVO		13.788.025	15.726.608	Ajustes de avaliação patrimonial		1.594.705	2.538.617
						2.485.770	5.012.586
				TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.788.025	15.726.608

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINIDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2016	2015
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS			
Receita das vendas	21	1.251.882	8.438.296
	22	5.122.701	(3.985.214)
LUCRO BRUTO		1.109.181	4.453.082
Despesas com vendas	22	(324.942)	(325.844)
Despesas gerais e administrativas	22	(450.746)	(599.525)
Outras receitas operacionais	22	9.285	9.534
	23	45.719	13.807

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINIDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais

	Nota	2016	2015
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(548.910)	2.236.589
Ajustes para reconciliação patrimonial no fluxo de caixa das atividades operacionais			
Depreciação, amortização e recuperação	21	457.067	495.415
Resultado de equivalentes patrimoniais	9	515.685	350.236
Variação cambial líquida	21	(808.100)	1.470.653
Perdas pelo não recuperabilidade de ativos	18	-	743.330
Benefícios pós-emprego		9.531	19.730
	8	14.286	(524.594)

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494480 - 04/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765583C1D4EC8D6B27C75665B84B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D26D00

Arquivamento: 00003036861 - 05/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

LUCRO BRUTO	519.091	662.095	
Despesas com vendas	21	129.940	105.844
Despesas gerais e administrativas	21	148.149	589.535
Outros resultados operacionais	22	8.236	8.554
Outros resultados operacionais	22	45.610	19.907
Perdas por não responsabilidade de ações	10	-	743.130
Ajustado do equivalente patrimonial	9	1.519.599	350.138
PRELUIZIO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS	894.313	1.157.691	
Receitas financeiras	23	163.726	236.733
Despesas financeiras	23	471.948	470.071
Variação cambial líquida	23	598.108	3.470.583
PRELUIZIO ANTES DOS IMPOSTOS	570.293	924.353	
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-
Correção	8	-	67.630
Elencos	9	114.288	981.367
PRELUIZIO DO EXERCÍCIO	548.619	9.236.598	
Prejuízo por ação em R\$ - bilhões e dígitos	23	1.29	11.19

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO		
Valores expressos em milhares de reais		
	2018	2019
Prejuízo apurado na demonstração dos resultados	548.619	9.236.598
Valores potencialmente realizáveis para a demonstração dos resultados no futuro		
Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira (*)	199.238	1.534.657
Ganhos ou prejuízos em ativos financeiros disponíveis para venda	-	(7)
Valores potencialmente não realizáveis para a demonstração dos resultados no futuro		
Remunerações com ações/bônus e empregados (*)	111.203	7.148
Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	939.421	1.881.809
Resultado abrangente para o exercício, líquido de impostos	1.542.047	564.789

(*) Correspondem a outros resultados abrangentes de investimentos em empresa controlada e participações.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Depreciação, exatidão e amortização	22	48.087	496.419
Resultado de equivalência patrimonial	9	3.689	350.238
Variação cambial líquida	23	628.103	1.475.030
Perdas por não responsabilidade de ações	10	-	743.330
Benefícios por emprego	-	9.571	19.720
Imposto de renda e contribuição social	8	14.288	624.594
Elencos Perdas na alienação de ativos	-	11.580	19.481
Perdas por não responsabilidade de ações	9	7.699	63.655
Provisão para passivos tributários, trabalhistas e previdenciários	15	219.675	126.897
Perdas de juros de aplicações financeiras	-	160.102	85.593
Despesas de juros sobre dívidas financeiras	23	82.312	58.790
Juros sobre títulos com empresas ligadas	16	252.982	354.030
Provisão para ajuste ao valor líquido residual de estoque	6	110.051	14.588
		405.043	874.714
Variação de ativos e passivos			
Aumento Resultado de juros e receber	-	130.838	194.110
Redução de estoques	-	35.053	392.105
Redução/Aumento de contas a pagar	-	126.800	38.954
Outros ganhos de atividades operacionais	-	181.059	1476.270
Realização de dividendos	9	112.265	72.395
Aplicações financeiras de longo prazo para negociação	-	6.330.634	5.045.490
Resgate de aplicações financeiras de longo prazo para negociação	-	2.602.587	5.316.353
Caixa gerado pelas atividades operacionais		871.582	1.655.026
Aumento de lucros de empreendimentos e financiamentos	-	979.523	671.650
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	-	117.298
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		871.582	1.579.617
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	10	(130.951)	(367.982)
Realização pela venda de imobilizado	-	2.740	991
Aquisição de outros ativos intangíveis	11	(30.496)	(89.710)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(958.707)	(467.599)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-	-	(74.512)
Emprestimos e financiamentos obtidos	-	206.131	8.897
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-	(154.735)	(459.405)
Financiamentos com empresas ligadas, líquido	-	6.200.270	869.473
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		6.251.546	11.224.455
Redução/Aumento de caixa e equivalentes de caixa	-	619.121	21.768
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	665.523	638.765
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		9.284.790	660.523

(*) Correspondem a outros resultados abrangentes de investimentos em empresa controlada e participações.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Valores expressos em milhares de reais

	2016	2015
Prejuízo apurado na demonstração dos resultados	548.619	9.236.598
Valores potencialmente realizáveis para a demonstração dos resultados no futuro	-	-
Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira (*)	582.238	1.524.057
Correção não realizada em ativos financeiros disponíveis para venda	-	7
Valores potencialmente não realizáveis para a demonstração dos resultados no futuro	-	-
Reversões com planos benefícios a empregados (*)	11.203	7.149
Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	953.471	1.681.509
Resultado abrangente para o exercício, líquido de impostos	1.542.047	554.789

(*) Correspondem a outros resultados abrangentes de investimentos em empresa controlada e subsidiária.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Valores expressos em milhares de reais

	Reserva de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
	Capital social	Reserva de capital	Legal	Reserva de lucros			
Saldos em 31/12/2015	3.654.212	1.277.979	475.716	801.839	3.811.113	866.312	9.596.619
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(9.236.598)	(9.236.598)
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	1.681.509	1.681.509
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	1.681.509	1.681.509
Adições de reservas	-	57.162	-	-	-	-	57.162
Efeitos de alterações de participação em controlada e coligadas	-	-	-	-	-	4.376	4.376
Efeito com plano de incentivos a longo prazo	-	-	-	-	-	6.080	6.080
Distribuições propostas à Assembleia Geral	-	-	-	-	-	-	-
Absorção de prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	2.716.598	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	81.679	325.678	-	407.357
Saldos em 31/12/2016 (Nota 18)	3.654.212	1.335.141	475.716	883.518	4.136.791	2.598.417	9.912.598
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(548.619)	(548.619)
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	953.471	953.471
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	953.471	953.471
Adições de reservas	-	15	-	15	15	-	45
Efeitos de alterações de participação em controlada e coligadas	-	-	-	-	-	1.340	1.340
Efeito com plano de incentivos a longo prazo	-	-	-	143	143	18.479	18.765
Distribuições propostas à Assembleia Geral	-	-	-	-	-	-	-
Absorção de prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	548.619	-
Saldos em 31/12/2017 (Nota 18)	3.654.212	1.335.156	475.716	883.661	4.151.239	1.998.105	10.497.989

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

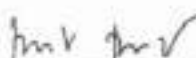
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6827C75665BB4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036881 - 05/05/2017


Bernardo F. S. Benavente
Secretário Geral



GERDAU AÇOS LONGOS S.A.

CONFERÊNCIA ANUAL
DE 14 DE MARÇO DE 2017

CONTABILIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

1 - INFORMAÇÕES GERAIS

Gerdaú Aços Longos S.A., a "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, capital. A Gerdaú Aços Longos S.A. é uma empresa controlada pela Gerdaú S.A., a qual, em conjunto com suas filiais controladas, é líder no segmento de aço longo nas Américas e uma das principais fornecedoras de aço do mundo. No Brasil, também produz aço de ferro e produtos de ferro, atividades que estão impulsionando o uso de produtos oferecidos ao mercado e a competitividade das operações. Além disso, é a maior produtora de América Latina e, no mundo, transforma anualmente milhões de toneladas de sucata em aço, reforçando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável das regiões onde atua. As ações das empresas Gerdaú estão listadas nas bolsas de valores de São Paulo, Nova Iorque e Madrid. As Demonstrações Financeiras da Gerdaú Aços Longos S.A. foram aprovadas pela Administração em 17/03/2017.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) **Demonstrações Financeiras** - as Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e observam todas as informações relevantes previstas nas Demonstrações Financeiras, e, conseqüentemente, as suas conclusões são consistentes com as informações da Administração e da Gerdaú. A aprovação das Demonstrações Financeiras requer a utilização de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que exigem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as Demonstrações Financeiras, estão demonstradas na nota 3.15. As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto para valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, que estavam em vigor em 31/12/2016. b) **Demonstrações Financeiras Consolidadas** - conforme permitido pelo parágrafo 4 da Lei do CPC 36 (RDC) - Demonstrações consolidadas, a Sociedade não está apresentando suas Demonstrações Financeiras Consolidadas, tendo em vista que sua controladora final Gerdaú S.A., em conjunto com as demais propriedades controladas, não apresenta as Demonstrações Financeiras Consolidadas. A Sociedade não possui instrumentos de dívida supramercado registrados em mercado aberto, a Sociedade não registra ou está em processo de registro de suas Demonstrações Financeiras no Conselho de Valores Mobiliários de seu órgão regulador, e suas demonstrações finais, assim elaboradas, disponíveis ao público suas Demonstrações Financeiras Consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas conforme descrito nas práticas contábeis a seguir: 3.1 - **Conversão de saldos em moeda estrangeira** a) **Moeda funcional e de apresentação** - É a moeda do ambiente econômico primário em que as operações da Demonstração Financeira são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. b) **Transações e saldos** - As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais (R\$) usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos reais e passivos, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos na Demonstração do Resultado. c) **Investimentos** - Os resultados e a posição financeira de todos os investimentos que são reconhecidos pelo método de equidade e patrimonial, cuja base a moeda funcional difere da moeda de apresentação, são convertidos para reais (R\$), sendo: i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das Demonstrações Financeiras. ii) os ganhos e resultados são convertidos para o mesmo método mensal de câmbio; e iii) todos os diferentes resultados do conversão de taxa de câmbio são reconhecidos na Demonstração dos Resultados. 3.2 - **Ativos financeiros** - A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, em as seguintes categorias, mensurados ao valor justo reconhecido no resultado, em passivos e recebíveis e disponíveis para venda, quando aplicável. A classificação depende da intenção para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, como resultado da nota 3.3. a) **Ativos financeiros de valor justo reconhecido no resultado** - São ativos financeiros mantidos para negociação,

classe que tem incidência, e Companhia estima o valor recuperável do ativo. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base no fluxo de caixa descontado antes dos impostos derivados pelo contrato ou de um ativo até o fim de sua vida útil, independentemente da existência de obrigação de não resgate ou de seu valor contábil, saldos de aço originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação mensurada pelo menos uma vez por ano, em dezembro. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo imediatamente. A redução do valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício. Exceto com relação à redução do valor do ativo, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão de vendas circunstanciais está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria se não fosse vendido, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada, conforme demonstrado na Nota 3.10. A Companhia não acredita que existam incóvenos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas na cálculo de perdas por recuperabilidade de ativos de vida longa. Entretanto, se os atuais resultados não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas nos fluxos de caixa futuros estimados e valor justo dos ativos, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais. 3.3 - **Investimentos** - Os investimentos em empresas controladas e coligadas são reconhecidos pelo método de equidade patrimonial, sendo a data que o investimento foi adquirido. De acordo com este método, as participações sobre os investimentos são reconhecidas no Balanço Patrimonial ao custo, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos destas em comparação de resultado de equivalência patrimonial e por outras variações ocorridas nos ativos líquidos adquiridos. Adicionalmente, as participações podem também ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento imediatamente. Adicionalmente, as dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos. 3.4 - **Passivos financeiros e instrumentos patrimoniais** a) **Classificação como dívida ou patrimônio** - Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de acordo com a substância das transações comerciais. b) **Empreendimentos e financiamentos** - São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método do custo de juros efetivos. c) **Instrumentos de patrimônio** - Um instrumento patrimonial é baseado em um contrato que demonstra a participação nos ativos de uma entidade após serem deduzidos todos os seus passivos. 3.5 - **Imposto de renda e contribuição social corrente e diferida** - A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de encerramento das Demonstrações Financeiras. Periodicamente a Administração avalia as posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento do imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro supracitado tributável de exercício, a alíquota de impostos com vigência na data base das Demonstrações Financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Impostos de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, para as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes a valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras e são determinados considerando-se alíquotas e leis vigentes na data de propagação das Demonstrações Financeiras. Além de imposto de renda e contribuição social diferido, são reconhecidos o custo de encerramento de exercício e sendo reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, ou diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em Outros resultados abrangentes. 3.6 - **Benefícios e empregados** - A Companhia possui planos de benefícios e empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, participação nos lucros e ações. Eventos supracitados com planos de benefícios de contribuição definida e empregados são reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da administração para estes planos. As remunerações atuais geradas por ajustes e alterações nas premissas atuais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados. 3.7 - **Outros ativos e passivos diferidos e não classificados** - São demonstrados pelo valor de realização líquido e pelo valor de mercado ou de liquidação, quando aplicável, das respectivas operações e valores monetários líquidos resultantes. 3.8 - **Reservas para ações**

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819
Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75865B84B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00
Arquivamento: 00003036881 - 05/05/2017

Bernardo F. S. Benavente
Secretário-Geral

reconhecidas no Demonstrativo das Reservas Abonadas, 3.2 - **Ativos financeiros**: A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: Mercadorias de valor justo reconhecido no resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda, dentre outros. A classificação depende da intenção para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, como detalhado na nota 15. **Ativos financeiros em valor justo reconhecido no resultado**: São ativos financeiros mantidos para negociação, reconhecimento, inicialmente, pelo valor justo e os custos de transação são debitados no Demonstrativo do Resultado. Os **Recebíveis e disponíveis para venda** são classificados, com pagamento fixo ou determinável, que não são cotados em um mercado ativo. Compreendem "Contas a receber de clientes e demais partes", "Contas a receber de terceiros" e "Depósitos bancários". São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após o data de emissão do balanço, os quais são classificados como ativos não circulantes. Os **Ativos e equivalentes de caixa** incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimentos originados de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros acumulados, quando aplicável. A Companhia não possui montantes de caixa ou equivalentes de caixa restritos para os objetivos especificados. **Aplicações financeiras**: São classificadas como título para negociação se valor justo reconhecido com compensação no resultado líquido para negociação, em virtude do propósito do investimento ser a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo. Os juros, comissão intermediária e variação cambial, quando aplicável, assim como as variações decorrentes da variação do valor justo, são reconhecidas no resultado quando ocorridas. **Contas a receber de clientes**: São apresentadas a valores de custo amortizado, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão avaliadas com base no taxa de câmbio vigente na data das Demonstrações Financeiras. A provisão para risco de crédito foi calculada com base na análise de risco dos créditos, que contempla a reputação creditícia, a situação econômica dos clientes, a situação de grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os créditos e a avaliação dos indicadores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Informações referentes à abertura de contas a receber em valores a receber e vendas, além da provisão para risco de crédito, estão demonstradas na nota 5. A aplicação máxima no risco de crédito da Companhia, líquida do período para risco de crédito e o valor das vendas a receber, a qualidade do crédito dos clientes a receber e vendas é considerada adequada, sendo que o valor do risco efetivo de eventual perda no prazo e montante de vendas encontra-se apresentado como provisão para risco de crédito. **Avaliação da responsabilidade de ativos financeiros**: Ativos financeiros classificados como produto bancário para identificação de recuperabilidade de ativos impairment. Estes ativos financeiros são considerados ativos parcialmente ou totalmente não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem, entre outros fatores: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou do devedor; (ii) condições econômicas relevantes do local que se correlacionam com as incertezas sobre os ativos no período; (iii) **Erros**: São avaliados com base no menor valor entre o custo histórico de aquisição e produção e o valor líquido realizável. O custo de aquisição e produção é acrescido de gastos relativos a transações antecipejadas e impostos não recuperáveis. O valor líquido realizável é o preço estimado de venda no curso normal das negociações, deduzido dos custos estimados para conclusão e despesas de vendas diretamente relacionadas. Informações referentes à abertura de valor líquido realizável estão demonstradas na nota 5. **3.4 - Imobilização**: A Companhia utiliza o custo histórico, deduzido das respectivas depreciações, 1) exceto das terrenos, que não são depreciados. A Companhia aplica mensalmente ao custo de aquisição ou imobilizado em formação os custos de empreitadas e transações considerando os seguintes critérios para contabilização: (a) o período de capitalização corre quando o imobilizado encontra-se em fase de construção, sendo iniciada a capitalização das contas de empreitadas quando o item do imobilizado anteriormente disponível para utilização; (b) os custos de empreitadas são capitalizados considerando a sua média ponderada das empreitadas vigentes durante a capitalização ou à taxa específica, no caso de empreitadas para a aquisição de imobilizado; (c) os custos de empreitadas capitalizadas mensalmente não excedem o valor das despesas de juros acumuladas no período de capitalização; e (d) os custos de empreitadas capitalizadas são depreciados considerando os mesmos critérios e está em determinantes para o item do imobilizado ao qual foram incorridos. A depreciação é calculada pelo método linear ajustado pelo nível de utilização de certos ativos, e todos que vivem em consideração a vida útil estimada dos bens e o valor residual estimado dos ativos no final de sua vida útil. O valor residual ao final da vida útil e o valor líquido estimado dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item econômico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e o valor se mensurável de forma confiável. O saldo residual do item subtraído é baixado. Demais reavaliações e melhorias são reconhecidas diretamente no resultado quando ocorridas. O valor residual do item do imobilizado é reduzido imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável. **3.5 - Intangível**: É avaliado ao custo de aquisição e subsequentemente deduzido da amortização acumulada e perdas por ação do valor recuperável, quando aplicável. São amortizados por valores que representam a capacidade de geração de valor agregado de companhias adquiridas com base no histórico de relacionamento com fornecedores e software. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico. O valor residual dos bens do intangível é baseado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota 3.6). O intangível de relacionamento com fornecedores é amortizado com base em um método que considere o futuro benefício econômico esperado fornecido ao longo do tempo por estes novos fornecedores adquiridos. A Companhia revera o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com base na análise ao final de cada exercício. **3.6 - Provisão para redução do valor recuperável dos ativos e reversão da provisão constituinte**: Na data de cada Demonstração Financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se

participação para esses bens. As demonstrações anuais geradas por ajustes e alterações nas premissas utilizadas para a avaliação dos benefícios do período e aporamento são reconhecidas diretamente no Demonstrativo das Reservas Abonadas. **3.7 - Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes**: São demonstrados pelo valor de aquisição líquido e pelos valores corrigidos de calculáveis, acrescidos, quando aplicável, das correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos). **3.12 - Transações sem partes relacionadas**: Os contratos de mútuo são avaliados pelos encargos contidos na variação cambial, quando aplicável. As transações de compra e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e preços pactuados entre as partes, como descrito na nota 16. **3.13 - Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio**: É reconhecida como passivo no momento em que os dividendos são aprovados pela assembleia da Companhia. O Estatuto Social prevê que, no máximo, 30% do lucro anual seja distribuído como dividendos; portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício em que o dividendo mínimo obrigatório decorre sobre o lucro. **3.14 - Reconhecimento do resultado de vendas**: A parcela de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos despesas incididas sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são efetuadas, e os descontos sobre vendas quando concedidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, ou custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação possuem um mensuramento de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. Os fretes sobre vendas são incluídos no custo das vendas. **3.15 - Investimentos em prevenção de danos ao meio ambiente e provisão para passivos ambientais**: Custos ambientais são reconhecidos em operações normais e são registrados como despesa ou contrapartida conforme o caso. Os que são relacionados a uma condição existente causada por operações de passivo e que não contribuem para gerar os futuros benefícios gerados ou redução de custos são registrados como despesa. Passivos são registrados quando a avaliação ambiental ou estudos de restauração são prováveis e o custo pode ser razoavelmente estimado, discutidos com autoridades ambientais e outros peritos relevantes para estimativa de natureza e extensão da restauração que pode ser necessária. O custo final é determinado de fatores que não podem ser controlados como o escopo e metodologia dos requerimentos da ação de restauração e se aprovada pelas autoridades ambientais e de saúde pública, novas leis ou regulamentações governamentais, rápida mudança tecnológica e o surgimento de algum tipo de recurso. Passivos ambientais são ajustados à valor presente se o montante agregado da obrigação e o montante e prazo dos desembolsos de caixa foram todos o puderem ser determinados de uma maneira confiável. **3.16 - Uso de estimativas**: Na elaboração das Demonstrações Financeiras é necessário utilizar estimativas para reconhecer contrapartidas, passivos e outros intangíveis. Para efetuar essas estimativas, a Administração utilizou diversas informações disponíveis na data de preparação das Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou similares, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras incluem, portanto, estimativas relevantes, principalmente, o estimativo do valor de recuperação de ativos de vida longa (nota 10), provisão necessária para passivos tributários, trabalhistas e civis (nota 15) e estimativas referentes à seleção de taxa de juros, valor agregado dos ativos, escolha de nível de mortalidade e expectativa de aumento dos preços (nota 17). O resultado das transações e informações quanto à efetiva realização são divergentes das estimativas. **3.17 - Novos pronunciamentos**: O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não adotou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados à IFRSs novas e revisadas emitidos durante 2016. Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas qualificações feitas pelo International Accounting Standards Board - IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam adotados pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória. A Companhia não espera ter impacto de adoção destas normas revisadas em suas Demonstrações Financeiras.

4 - CADA E EQUIVALENTES DE CAIXA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS

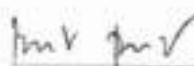
	2016	2015
Caixa	378	5.351
Depósitos e aplicações de liquidez imediata	91.377	854.672
Caixa e equivalentes de caixa	91.755	859.993
Títulos para negociação		
Aplicações em renda fixa	388.384	350.880
Aplicações em debêntures	51.128	352.142
Aplicações financeiras	339.512	702.992

As aplicações financeiras em títulos para negociação incluem custos do Fundo Passagelo comprado por Certificado de Depósito Bancário - CDB, Letras Resgatáveis do Tesouro, operações compromissadas, entre os custos fixos de investimentos, overnight e debêntures da Gerda S.A., os quais são registrados pelo seu valor justo. A aplicação gerida por estes investimentos é registrada como receita financeira. As debêntures são demonstradas em nível, com juros relativos a um percentual de taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. A taxa nominal média anual de juros foi de 14,02% e 13,24%, para o exercício findo em 31/12/2016 e 31/12/2015, respectivamente.

5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2016	2015
Contas a receber de clientes	329.151	313.175
Provisão para risco de crédito	(106.129)	(95.136)
	223.022	218.039

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A
Nire: 33300275818
Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 3CE2765663C1D4EC6D6B27C75665B54B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D2B000
Arquivamento: 000030368B1 - 05/05/2017


Bernardo F. S. Benveniste
Secretário Geral



GERDAU AÇOS LONGOS S.A.

COMPANHIA ABERTA
CNPJ Nº 13.676.700/0001-49

Continuação

A composição das contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	2016	2015
Valores a receber:	774.557	818.779
Vencidos:		
Até 30 dias:	35.473	130.382
Entre 31 e 60 dias:	13.814	25.394
Entre 61 e 90 dias:	12.120	19.134
Entre 91 e 180 dias:	21.903	73.229
Entre 181 e 360 dias:	41.544	40.859
Acima de 360 dias:	21.270	29.510
(1) Provisão para risco de crédito:	706.129	776.124
	<u>820.872</u>	<u>836.995</u>

A movimentação da provisão para riscos de crédito está demonstrada abaixo:

	2016	2015
Saldo em 01/01/2016:	59.391	-
Créditos provisionados no exercício:	56.838	-
Créditos recuperados no exercício:	13.173	-
Créditos baixados definitivamente do passivo:	47.927	-
Saldo em 31/12/2016:	175.231	-
Créditos provisionados no exercício:	71.863	-
Créditos recuperados no exercício:	29.139	-
Créditos baixados definitivamente do passivo:	47.927	-
Saldo em 31/12/2016:	<u>175.231</u>	<u>-</u>

4 - ESTOQUES

	2016	2015
Produtos prontos:	988.529	820.320
Produtos em elaboração:	143.545	129.862
Materiais-primas:	128.572	222.521
Materiais de acabamento:	72.781	86.149
Aparatos e ferramentas:	54.081	48.384
Impermeabilizantes em estoque:	1.374	2.905
(1) Provisão para ajuste ao valor líquido realizável:	14.558	74.559
	<u>1.283.555</u>	<u>1.285.533</u>

O saldo da provisão para ajuste ao valor líquido realizável de estoques, cuja provisão é reversível, tem como contrapartida o custo das vendas, está demonstrado abaixo:

	2016	2015
Saldo em 01/01/2016:	115.108	-
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável:	65.543	-
Reversão de ajuste ao valor líquido realizável:	700	-
Saldo em 31/12/2016:	181.351	-
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável:	192.927	-
Reversão de ajuste ao valor líquido realizável:	20.812	-
Saldo em 31/12/2016:	<u>14.558</u>	<u>-</u>

7 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

	2016	2015
Cientista:		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços:	70.242	85.164
Imposto sobre Produtos Industrializados:	37.032	27.156
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social:	14.189	37.886

9 - INVESTIMENTOS

	Gerdau Internacional Empreend. Ltda. - Grupo Gerdau	Gerdau Aperturas Overseas Ltd. Overseas S.A.	Chopin Energia S.A.	Total
Saldo em 01/01/2016:	4.541.426	12.045	11.279	4.564.750
Resultado de equificação patrimonial:	355.969	5.610	(162)	355.757
Ajustes de equificação patrimonial:	1.686.195	-	-	1.686.195
Aumento de capital social:	102.000	-	1.000	103.000
Dividendos:	(12.359)	-	-	(12.359)
Saldo em 31/12/2016:	6.373.231	17.655	11.117	6.391.993
Resultado de equificação patrimonial:	(522.179)	5.712	(226)	(516.693)
Ajustes de equificação patrimonial:	961.190	-	-	961.190
Aumento de capital social:	-	-	100	100
Dividendos:	(112.269)	-	-	(112.269)
Saldo em 31/12/2016:	4.875.852	17.655	11.191	4.894.698
Capital social:	71.084.139	178.349	26.570	71.489.058
Patrimônio líquido ajustado:	22.340.645	9.287	23.876	22.373.808
Participação no capital total (R\$):	28,92%	100%	50%	-

As informações financeiras da coligada Gerdau Internacional Empreend. Ltda. - Grupo Gerdau estão demonstradas a seguir:

	2016	2015
Pagamento no exercício:	2.484.870	1.683.148
Curios resultados abrangentes:	14.745.451	8.079.921
Total dos resultados abrangentes:	<u>12.260.581</u>	<u>6.396.773</u>

10 - IMOBILIZADO

a) Composição da movimentação do ativo imobilizado:

	Terrenos, predios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamentos eletrônicos	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Saldo em 01/01/2016:	1.967.145	4.829.311	230.421	76.719	626.222	8.333.818
Adições:	971	57.950	1.825	234.320	96.326	385.392
Junta capitalização:	-	-	-	11.803	-	11.803
Transferências:	29.919	161.912	5.329	(252.940)	2.405	-
Baixas:	(44.242)	(12.687)	(4.135)	-	(23.710)	(84.774)
Perda pelo não reconhecimento de ativos:	(32.195)	(186.669)	-	(545.729)	-	(764.593)
Saldo em 31/12/2016:	1.920.698	4.910.915	232.416	260.371	699.238	7.924.638
Adições:	21.154	43.122	414	91.577	35.666	152.333
Junta capitalização:	-	-	-	1.854	-	1.854
Transferências:	50.054	223.795	6.680	(281.329)	2.786	-
Baixas:	(11.100)	(29.499)	(14.261)	(2.820)	(22.148)	(77.828)
Saldo em 31/12/2016:	1.950.707	4.925.323	235.212	278.563	805.536	8.035.141

	Terrenos, predios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamentos eletrônicos	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Saldo em 01/01/2016:	(74.594)	(3.126.375)	(274.278)	-	(61.428)	(4.136.675)
Depreciação e amortização:	(22.989)	(258.178)	(10.885)	-	(66.116)	(357.168)
Transferências:	(19.613)	9.283	234	-	14.083	-
Baixas:	39.230	(2.862)	2.147	-	(23.710)	77.844
Saldo em 31/12/2016:	(75.966)	(3.386.332)	(272.737)	-	(61.161)	(4.496.196)

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171484490 - 04/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8DB27C75865B84B1C1EEA47F2FE5B74C7748DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036881 - 05/05/2017

Bernardo F. S. Benavente
Secretário Geral

Imposto sobre Produtos Industrializados	14.080	14.080	Imposto sobre Produtos Industrializados	14.080	14.080
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	37.021	37.021	Taxas e taxas	37.021	37.021
Programa de Integração Social e outros	14.080	14.080	Saldo em 31/12/2015	14.080	14.080
	14.080	14.080	Depreciação e amortização	14.080	14.080
Não disponível			Taxas e taxas	14.080	14.080
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e outros	37.021	37.021	Saldo em 31/12/2016	37.021	37.021
	37.021	37.021	Imposto sobre Produtos Industrializados	37.021	37.021
Estimativa de recuperação de créditos tributários de 2016 e 2017			Saldo em 31/12/2015	37.021	37.021
			Depreciação e amortização	37.021	37.021
			Taxas e taxas	37.021	37.021
			Saldo em 31/12/2016	37.021	37.021

I - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DEFERIDAS

Os impostos sobre a renda incluem o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), que representam um imposto adicional. As alíquotas oficiais para imposto de renda e contribuição social aplicáveis são de 25% e de 9%, respectivamente, para as entidades (dados em 31 de dezembro de 2016 e 2015). a) **Reconciliação dos efeitos do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) no resultado:**

	2016	2015
Provisão antes do imposto de renda e da contribuição social	134.333	2.981.180
Ajustes nominais	34%	34%
Despesa do imposto de renda e contribuição social (ajustes nominais)	181.632	871.325
Ajustes dos impostos referentes:		
- sequência patrimonial	(75.673)	(118.081)
- juros sobre o capital próprio	-	29.971
- resultados não operacionais	-	(15.928)
- não constituição de ativos fixos diferidos	-	(185.253)
- alterações permanentes, liquidez	(30.289)	(49.729)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(114.289)	(884.594)
Correção	(67.153)	-
Diferido	(14.285)	92.347

b) Geração e reconhecimento dos ativos do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31/12/2015	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2016
Provisão fiscal	82.955	238.561	291.456
Bem negativo da contribuição social	37.021	75.258	112.277
Provisão para perda	7.516	(118.238)	238.481
Provisão para passivos tributários, trabalhistas e civis	442.337	74.799	516.966
Outros diferidos temporários	(18.458)	24.830	2773
Ativo não disponível	(1.340.595)	(14.289)	(1.354.884)
Provisão fiscal	82.955	238.561	291.456
Bem negativo da contribuição social	37.021	75.258	112.277
Provisão para perda	7.516	(118.238)	238.481
Provisão para passivos tributários, trabalhistas e civis	442.337	74.799	516.966
Outros diferidos temporários	(18.458)	24.830	2773
Ativo não disponível	(1.340.595)	(14.289)	(1.354.884)

c) Estimativa de recuperação de créditos de imposto de renda e contribuição social

	2016	2015
2016	-	38.145
2017	191.303	24.148
2018	130.638	220.436
2019	156.047	252.030
2020	235.512	337.509
2021	189.698	120.041
2022 em diante	280.245	170.294
	1.228.489	1.342.602

d) **Ativos fiscais não disponibilizados:** Devido à falta de oportunidade de uso dos créditos fiscais e base negativa de contribuição social, a Companhia não contabilizou uma porção de ativos fiscais de R\$ 64.146 em 31/12/2015, os quais não têm uma data final para expirar.

A taxa média de capitalização de juros no exercício de 2016 é de 0,5% e 0,4% em 2015. As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo de depreciação e amortização:

	Vida útil dos ativos imobilizados
Edifício, construção e melhorias	10 a 25 anos
Móveis, equipamentos e instalações	10 anos
Máquinas e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos eletrônicos de dados	3 a 5 anos

ii) **Valores classificados em gerência:** a) Companhia classifica base do ativo imobilizado em gerência de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 32,9 milhões em 31/12/2016 (R\$ 28,6 milhões em 31/12/2015). ii) **Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado:** a Companhia não identificou evidências de qualquer perda pela não recuperabilidade de imobilizado no período R\$ 30,330 em 31/12/2016. A Companhia mantém ao longo do período exercício seu constante monitoramento do mercado imobiliário, em busca de identificar uma eventual deterioração, queda significativa na demanda dos setores consumidores de serviços prestados de imóveis de pontos industriais ou mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro.

VI - INTANGÍVEL

O saldo de intangível refere-se, substancialmente, ao fundo de comércio decorrente da aquisição de empresas e ao desenvolvimento de software.

	Relacionamentos com fornecedores	Desenvolvimento de software	Total
Saldo em 01/01/2015	56.554	251.071	443.655
Aquisição	-	66.710	66.710
Amortização	(1.083)	(61.869)	(62.952)
Saldo em 31/12/2015	47.571	255.912	443.415
Aquisição	-	33.496	33.496
Amortização	(1.045)	(71.452)	(72.497)
Saldo em 31/12/2016	46.526	217.956	404.572
Vida útil média estimada	5 a 20 anos	7 anos	

12 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

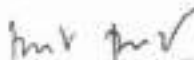
	2016	2015
Res. (BRL)	1.127.913	939.962
Dólar Norte-Americano (USD)	25.545	41.195
Total dos financiamentos	1.153.458	981.157
Créditos	218.493	234.322
Não circulante	928.966	750.843
Valor do principal dos financiamentos	1.153.458	981.157
Valor dos juros dos financiamentos	25.545	41.195
Total dos financiamentos	1.179.003	1.022.352

A taxa média ponderada nominal de juros em 31/12/2016 é de 0,34% e 0,32% em 31/12/2015. Os empréstimos e financiamentos, denominados em real, são corrigidos por taxa fixa ou indexados conforme as seguintes indicações: TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), CDI (Certificado de Depósito Interbancário), IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado), IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). O cronograma de pagamento de parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

	2016	2015
2017	-	181.182
2018	521.840	142.063
2019	121.753	118.212
2020	118.482	118.039
2021	48.282	47.144
2022 em diante	141.877	138.730
	958.998	750.843

Garantias: Em garantia dos financiamentos contratados na modalidade PRIMEIRAS, não estão disponíveis, em 31/12/2016, em de R\$ 32,9 milhões (R\$ 28,6 milhões em 31/12/2015), foram oferecidos os bens colaterais, em alienação fiduciária.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819
Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6827C75665B94B1C1EEA7F2FE5974C7746DEF54D28D00
Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017


Bernardo F. S. Benavente
Secretário-Geral



GERDAU ACOS LONGOS S.A.

COMPANIA ROMANA
DE MATERIE PLASTICE

References

13. INSTRUMENTS BRANDED

As **Condições gerais** da Carta Apoiadores E.A., são comuns e obrigadas a serem respeitadas por signatários financeiros, cujo nome são informados através de estatísticas de posições financeiras e sistemas de controle de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão sujeitas ao reconhecimento de contabilidade e registros na Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, Contas a receber de clientes, Fornecedores, Empresas e Bancos/empresas, Prêmios assegurados, Dívidas judiciais, Custos com despesas. Outros ativos são criativos, Custos passivos estruturais e Contas passivas do governo. No valor justo Os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas Demonstrações Financeiras são: o valor contábil, ou substancialmente inferior ou que sejam ativos se fossem liquidados no mercado. Enquanto um ativo que não seja negociado no mercado, oferece o poder de se tornar liquidado imediatamente. O Fornecedor de risco que podem sofrer as seguintes consequências: **Risco de preço das commodities** É o risco de variações nos preços das commodities vendidas no mercado, tais como metais e demais insumos utilizados no processo de produção. Em razão de operar num mercado de commodities a Companhia poderá ter sua receita de vendas e seu custo dos produtos vendidos afetados por variações nos preços mensurados de seus produtos ou insumos primários. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as condições de preço no mercado nacional e internacional. **Risco de taxa de juros** É o risco de alteração das taxas de juros no valor dos ativos

passivos financeiros ou de juros de taxa a taxas fixas. A Companhia avalia sua exposição e presta risco. O comprometimento e passivos financeiros denominados em taxa de juros fixa e flutuante e/ou monitorando os movimentos de taxas de juros como Libor e CDI. Desta forma, a Companhia pode contrair swaps de taxa de juros com objetivo de reduzir sua exposição. **Risco de taxa de câmbio:** É o risco de efeito de flutuações das taxas de câmbio no valor dos ativos e passivos financeiros de taxa fixa de dólares e moedas estrangeiras. A Companhia avalia sua exposição cambial mensurando a diferença entre o valor de seus ativos e de seus passivos em moeda estrangeira. A Companhia entende que os custos e benefícios originados por exposições a esse câmbio são equivalentes de ativos denominados em moeda estrangeira mais do que o custo. Além disso, seus passivos denominados em moeda estrangeira. Maximize o gerenciamento destas exposições como também a nível de cada operação, fazendo um desdobramento de seu risco de câmbio e passivos denominados em moeda em dólares. A Companhia pode contrair instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar o efeito das flutuações de taxa de câmbio. **Risco de crédito:** Esse risco se refere à possibilidade da Companhia não receber valores acordados de operações de vendas ou de outros direitos junto a instituições financeiras e garantias por operações de investimento financeiro. Para reduzir este risco, a Companhia adota como política a análise detalhada de situação financeira e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu valor contábil. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com bom risco de crédito avaliado por agências de rating. Além disso, cada operação possui um limite máximo de valor de aplicação, determinado pelo Comitê de Crédito. **Risco de gerenciamento de capital:** A falta de escolha da Companhia em adotar uma estrutura de financiamento para suas operações. A Companhia entende que sua estrutura de capital é a que consiste em uma relação entre os dívidas financeiras e o capital próprio. **Pretórium Liquidado:** baseado em políticas internas e determinadas. Os indicadores chave (KPI) - Retorno sobre o Capital (ROIC) relacionado ao objetivo "Estratégia de Estrutura de Capital" são: WACC (Custo Médio Ponderado do Capital), Dívida Líquida/EBITDA, Índice de Cobertura das Despesas Financeiras Líquidas e Retorno sobre o Capital (ROIC) e Retorno sobre o Capital (ROIC). **Dívida Controlada:** É a Dívida Líquida formada pelo principal da dívida reduzido pelo caixa, equivalente ao caixa e aplicações financeiras (Item 4). A Dívida Controlada Total é formada pela Dívida Total (somada pelo principal da dívida) e pelo Pretórium Liquidado (Item 1B). A Companhia pode alterar sua estrutura de capital conforme condições econômicas/financeiras, fazendo similar aos indicadores financeiros e ao perfil de dívida. No mesmo tempo, a Companhia procura melhorar sua ROCE (Retorno sobre Capital Empregado) através da implementação de um plano de capital de giro e de um programa eficiente de investimentos em capital. No longo prazo, a Companhia busca manter-se dentro dos seguintes níveis, admitindo variações pontuais nos custos operacionais.

19 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS				2015	
a) Considerações gerais: A Citicard Açúcar Longos S.A., sua controlada e controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujo risco são administrados através de estratégias de passivos financeiros e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todos os contratos estão integralmente reconhecidos no balanço e relativos ao Caixa e equivalentes de caixa. Adotamos, portanto, Contas a receber de clientes, Fornecedores, Empreendimentos e financiamentos, Perdas relacionadas, Dívidas judiciais, Outros ativos circulantes, Outros ativos não circulantes, Outros passivos circulantes e Outros passivos não circulantes. ii) Valor justo: Os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nos Demonstراتivos Financeiros são os seguintes: a) Subordinadamente inferior aos que seriam classificados se fossem negociados no mercado. Exatamente uma vez que tal ativo inferior não pode estar negociado, oferecendo assim assim se tiver liquidez imediatamente. b) Perdas de risco que podem afetar os negócios da Companhia. Risco de preço das commodities. É o risco de variações nos preços dos produtos vendidos ou na preço dos insumos primários e demais insumos utilizados no processo de produção. Em razão de operar num mercado de commodities a Companhia poderá ter sua receita de vendas e seu custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços marginais de seus produtos ou insumos primários. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preços no mercado nacional e internacional. Risco de taxa de juros: É o risco de variações futuras de taxas de juros em valores atuais e		Ativos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos no resultado		Outros passivos financeiros no balanço amortizado	
	Empreendimentos e recebíveis	Total	Passivos		
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	680.520	-	680.520	Fornecedores	953.760
Aplicativos financeiros	-	745.960	745.960	Empreendimentos e financiamentos	995.742
Contas a receber de clientes	336.932	-	336.932	Perdas relacionadas	4.393.418
Perdas relacionadas	62.567	-	62.567	Outros passivos circulantes	89.24
Dívidas judiciais	1.221.638	-	1.221.638	Outros passivos não circulantes	40.930
Outros ativos circulantes	48.544	-	48.544		
Outros ativos não circulantes	148.580	-	148.580		
	2.986.244	745.960	3.732.204		8.023.042

		Mostrando as unidades:					
		Preços cotados em mercados ativos para ativos similares (Novel 1)		Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Novel 2)			
		2016	2015	2016	2015		
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		91.382	950.523	-	-	31.392	950.523
Aplicações financeiras em fluxo para negociação		339.440	345.980	298.334	383.650	51.106	382.140
Contas a receber de clientes		823.612	836.982	-	-	823.612	836.982
Outros ativos circulantes		105.273	48.944	-	-	105.273	48.944
Ativo não circulante							
Participações		66.165	62.967	-	-	66.165	62.967
Depósitos (juízo)		1.341.233	1.225.638	-	-	1.341.233	1.225.638
Outros ativos não circulantes		75.796	143.580	-	-	75.796	143.580
		1.682.567	1.779.134	298.334	383.650	1.384.233	1.395.484
Passivo circulante							
Fornecedores		561.953	552.263	-	-	561.953	552.263
Empréstimos e financiamentos		219.489	334.303	-	-	219.489	334.303

MACC	entre 10%-15% a.a.
Divida Líquida/EBITDA	menor ou igual a 2,5

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819
Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017
Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D68270
Arquivamento: 00003038681 - 05/05/2017

Bernardo F. S. Barwanger
Secretário Geral

WACC	entre 10%-12% a.a.	metodo circular			
Divida Liquida/ETDA	menor ou igual a 2,5x	Fornecedores	501.933	501.263	501.933
Índice de Cobertura das Despesas Financeiras Líquidas	menor de igual a 5,5x	Emprestimos e financiamentos	218.485	234.321	218.485
Relação Divida/Capitalizável Total	menor ou igual a 66%	Outros passivos circulantes	83.296	83.248	83.296
Esses indicadores chave são usados para monitorar os objetivos descritos acima e podem não ser utilizados como indicadores para outras finalidades, tais como testes de recuperabilidade de ativos. Risco de Liquidez: A política de gestão do endividamento e recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas comprometidas e de disponibilidade efetiva de linhas de crédito, com ou sem lastro em recebíveis de exportação, para garantir níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazo. O cronograma de pagamento dos prazos de longo prazo dos empréstimos e financiamentos é apresentado na nota 12.					
Passivo não circulante					
Emprestimos e financiamentos	268.286	750.840	268.286	750.840	
Partes relacionadas	2.671.803	4.361.456	2.671.803	4.361.456	
Outros passivos não circulantes	27.163	41.933	27.163	41.933	
	4.527.581	6.021.061	4.527.581	6.021.061	
	1.375.527	6.154.296	1.375.527	6.154.296	

14 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER					
Obrigações contratuais	Total	Menos de 1 ano	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	501.933	501.933	-	-	-
Emprestimos e financiamentos	1.178.487	218.485	949.572	107.542	141.897
Partes relacionadas	2.671.803	-	-	-	2.671.803
	4.152.223	720.418	949.572	107.542	2.814.691
2015					
Obrigações contratuais	Total	Menos de 1 ano	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	501.263	501.263	-	-	-
Emprestimos e financiamentos	234.321	234.321	-	-	-
Partes relacionadas	4.361.456	-	-	-	4.361.456
	5.096.980	735.584	234.321	-	4.361.456

15 - PROVISÃO PARA PASSIVOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS					
Encargos sociais sobre folha de pagamento	23.943	24.055			
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	34.945	27.288			
Imposto sobre Produtos Industrializados	5.131	2.287			
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	2.322	1.272			
Imposto de Renda Retido na Fonte	1.587	12.529			
Programa de Integração Social e outras	4.796	1.120			
	73.624	68.481			

Análise de sensibilidade:					
Impacto na Demonstração dos Resultados					
Previsões		Variação	2016	2015	
Variações na moeda estrangeira	5%	200.581	286.543		
Variações nas taxas de juros	10 bps	8.872	8.959		
Variações no preço dos produtos vendidos	1%	116.171	132.514		
Variações no preço das matérias-primas e demais insumos	1%	72.876	81.075		

Variações na moeda estrangeira: A Companhia está exposta a variações entre o Real e o Dólar. A análise de sensibilidade efetuada considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% entre o Real e o Dólar em suas dívidas que não possuem hedge. Nesta análise, caso o Real se aqueça em relação ao Dólar, isto representaria um prejuízo de R\$ 233.981 (R\$ 286.543 em 31/12/2015). Caso o Real se deprecie em relação ao Dólar, isto representaria um ganho de R\$ 233.981 (R\$ 286.543 em 31/12/2015). Os valores líquidos de contas a receber e a pagar em moedas estrangeiras não apresentam riscos relevantes de impacto em virtude da cobertura no caso da câmbio. **Variações nas taxas de juros:** Considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 10 pontos percentuais sobre a taxa de juros média aplicável à parte fluída de sua dívida. O impacto calculado, considerando uma variação na taxa de juros média, em 31/12/2016, foi de R\$ 8.872 (R\$ 8.959 em 31/12/2015) a mais (a menos) em despesas financeiras na Demonstração dos Resultados. As taxas de juros aplicáveis que a Companhia está exposta, as quais são relacionadas aos empréstimos e financiamentos, são apresentadas na nota 12, e são principalmente compostas por linhas de crédito. **Variações no preço de venda das mercadorias e no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados na produção de produtos:** A Companhia está exposta a variações no preço de seus produtos. Esta exposição está relacionada à variação do preço de venda dos produtos e a custos dos materiais-primas e demais insumos utilizados na produção de produtos. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 1% sobre ambos os preços. O impacto calculado considerando essa variação no preço dos produtos vendidos foi de R\$ 116.171 em 31/12/2016 (R\$ 132.514 em 31/12/2015) e das matérias-primas e demais insumos foi de R\$ 72.876 em 31/12/2016 (R\$ 81.075 em 31/12/2015). Os impactos no preço dos produtos vendidos e matérias-primas serão registrados nos índices de Receita Líquida de vendas e Custo das vendas, respectivamente, na Demonstração dos Resultados.

Instrumentos financeiros por categoria					
2016					
Ativos	Empréstimos e financiamentos	Ativos a valor justo sem prejuízo e perda	Total Passivos	Outros passivos	Integrado
Caixa e equivalentes de caixa	51.193	-	51.193	Fornecedores	501.933
Aplicações financeiras	-	336.442	336.442	Emprestimos e financiamentos	1.178.487
Contas a receber de clientes	820.912	-	820.912	Partes relacionadas	2.671.803
Partes relacionadas	68.185	-	68.185	Outros passivos	83.296
Outros ativos não circulantes	-	-	-	Outros passivos	27.163
Outros ativos não circulantes	-	-	-	Outros passivos	27.163
	1.375.527	-	1.375.527		
	1.375.527	-	1.375.527		

2015					
Caixa e equivalentes de caixa	501.263	-	501.263	Fornecedores	501.263
Aplicações financeiras	-	234.321	234.321	Emprestimos e financiamentos	218.485
Contas a receber de clientes	820.912	-	820.912	Partes relacionadas	4.361.456
Partes relacionadas	68.185	-	68.185	Outros passivos	83.296
Outros ativos não circulantes	-	-	-	Outros passivos	27.163
	1.375.527	-	1.375.527		
	1.375.527	-	1.375.527		

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
 Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A
 Nire: 33300275819
 Protocolo: 0020171484490 - 04/05/2017
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
 Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6827C756658B481C1EEA47F2FE5874C7746DEF54D28D00
 Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017

Bernardo F. S. Baranger
 Secretário Geral



GERDAU

GERDAU AÇOS LONGOS S.A.

CNPJ Nº 07.156.701/0001-69

Corrupção

2.518.780 correspondem a dois processos que discutem administrativa II se encerra e se encerram atualmente em fase de cobrança administrativa, sendo que, para um deles, a Companhia já possui garantia judicial, em sede de medida cautelar, mediante Seguro Garantia no montante de R\$ 2.808.300; ii) R\$ 505.361 correspondem a dois processos da Companhia que aguardam julgamento de seus Recursos Interiores na primeira instância do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF); e iii) R\$ 555.789 correspondem a um processo cuja instauração foi determinada pela Companhia em 13/01/2017 e atualmente se encontra pendente de julgamento pelo Delegado de Registro Federal no Brasil. Para os demais processos do CARF no âmbito desses processos, e sobre temas envolvendo a Companhia incluídos na denominada Operação Inteira (a "Operação"), serão feitas investigações por autoridades federais brasileiras, iniciada pelo Provi Auditor, a fim de lavar suportes aos fatos. Considerando o envolvimento de nome da Gerdaú nas notícias divulgadas pela imprensa relacionadas à Operação, o Conselho de Administração da Gerdaú S.A. decidiu contratar assessores jurídicos independentes, com regência a um Comitê Especial do Conselho de Administração para conduzir uma investigação para determinar, entre outras coisas: i) se, à luz das práticas existentes, a prática adotada foi seguida no relacionamento da Companhia com as autoridades governamentais, inclusive o CARF; e ii) se a contratação de empresas que representam a Companhia nos casos penais o CARF; iii) se estas empresas se mantiveram dentro do escopo do contrato contratado; iv) se os termos de contratação destas empresas incluem cláusulas com a intenção de obter a prática de atos que violam os códigos de ética e a legislação vigente; v) se os termos de contratação destas empresas incluem a previsão de sanções em caso de qualquer violação cometida ou de outra forma; e vi) se existe qualquer outro fato, fato, fato, fato, de qualquer outra natureza de potencial de comprometimento de boa-fé por parte das administrações ou equipes da Companhia ou seu relacionamento com as autoridades governamentais, inclusive o CARF, na negociação, contratação ou execução fora do escopo dos contratos mencionados acima ("investigação interna"). A investigação interna está em andamento e, na data de aprovação destas Demonstrações Financeiras, a Companhia entende que não é possível prever sobre a duração ou o resultado da Operação ou da investigação interna. Adicionalmente, a Companhia acredita que neste momento não existe informação suficiente para determinar se uma provisão para certos litígios ou qualquer qualquer contingência. Os assessores jurídicos tributários da Companhia confirmam que os procedimentos adotados pela Companhia em relação à dedutibilidade de juros, que envolvem os processos acima mencionados, observam a estrita legalidade, e portanto, tais processos são classificados como de perda possível mas, não provável. ii) Contingências Cíveis: b) A Companhia é parte em outras demandas de natureza cível que possuem em conjunto um montante em discussão de aproximadamente R\$ 166.167. Para tais demandas não há elevada provável contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, com base na opinião de seus consultores legais. iii) Depósitos Judiciais: A Companhia também depósitos judiciais vinculados às prováveis situações, incalculáveis e cíveis, e ainda assim contemplados:

	2016	2015
Tributários	1.250.254	1.034.988
Taxatárias	50.214	34.658
Cíveis	31.700	80.780
	1.332.168	1.150.426

15 - SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Composição dos saldos de ativos

	2016	2015
Mútuos ativos		
Empresas controladas		
Gerdaú S.A.	2.853	-
Empresas coligadas		
Gerdaú Açúcar S.A.	1.432	6.838
Gerdaú Açúcar Especial S.A.	1.377	1.335
Outros	-	-
Antecipação Gerdaú	57.453	54.257
Outros	-	-

b) Plano de pensão com contribuição definida - **plano empresa**: A Companhia mantém um plano de pensão definida para o qual são feitas contribuições pelo patrocinador numa proporção da contribuição feita pelos empregados optantes. O total do custo desta modalidade foi de R\$ 23.512 em 31/12/2016 (R\$ 30.917 em 31/12/2015).

16 - PROVISÃO PARA PASSIVOS AMBIENTAIS

A Administração da Companhia reconhece, na linha de "Provisão para passivos ambientais", com base na melhor estimativa da soma, valores para investigação, tratamento e limpeza de localidades potencialmente impactadas, que montam R\$ 3.656 em 31/12/2016, sendo R\$ 1.407 no passivo circulante e R\$ 528 no passivo não circulante (R\$ 13.754 em 31/12/2015), sendo R\$ 1.475 no passivo circulante e R\$ 10.289 no passivo não circulante. A Companhia utiliza permissões e estímulos para determinar montantes envolvidos, que podem variar no futuro, em decorrência da finalização da investigação e determinação do impacto ambiental. A Companhia entende estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis no Brasil.

17 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social - o capital social autorizado em 31/12/2016 e 31/12/2015 é de 300.000.000 ações ordinárias e 300.000.000 ações preferenciais, todas sem valor nominal. Em 31/12/2016 e 31/12/2015, estão subscritas e integralizadas 100.525.235 ações ordinárias e 18.261 ações preferenciais, resultando o capital social realizado de R\$ 2.554.212. As ações preferenciais não têm direito a voto, não podem ser resgatadas e participam em condições de condições em relação às ações ordinárias na distribuição de lucros, além de ter prioridade no recebimento de caixa em caso de liquidação da Companhia. b) Reserva de capital - refere-se principalmente à reserva de legal, relativa à reorganização societária realizada em 2005 dentro dos termos do artigo 7º e 8º da Lei nº 9.532/97 no montante de R\$ 1.035.147 em 31/12/2016 (R\$ 1.035.152 em 31/12/2015). c) Reserva de lucros:

i) Legal - pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual para a reserva legal até que essa reserve seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para atenuar prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos. ii) Incomensuráveis - pela legislação societária brasileira, a Companhia pode destinar, para a reserva de incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser utilizada da base de cálculo dos dividendos. iii) Investimentos e capital de giro - a Companhia pode parcela do lucro líquido distribuído aos acionistas, e inclui as reservas estatutárias previstas no Estatuto Social da Companhia. O Conselho de Administração pode propor aos acionistas a transferência de pelo menos 5% do lucro líquido de cada ano para uma reserva estatutária (Reserva de investimentos e capital de giro). A reserva é criada somente após consideração os requisitos de dividendos mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital integralizado. A reserva pode ser usada na atenuação de prejuízos, se necessário, para substituição, pagamento de dividendos ou recompra de ações. d) Ajuste de avaliação profissional - a Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas e coligadas no exterior decidida pela Companhia, direta e indiretamente. Esse ajuste acumulado já está refletido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Também são considerados nesta rubrica os ganhos e perdas não realizados em instrumentos financeiros derivativos até o momento em que estes são realizados, eletos com plano de incentivo de longo prazo e a despesa com plano de pensão de benefício definido. e) Dividendos e juros sobre o capital próprio - os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido ajustado.

	2016	2015
Prejuízo do exercício	548.115	2.234.598
Absorção de prejuízo do exercício pelo plano de Lucros -		
Investimentos e capital de giro	402.105	2.235.598
Absorção de prejuízo do exercício pelo plano de Lucros -		
	145.296	-

O prejuízo do exercício será objeto de proposta de Administração para absorção pelo plano de Lucros -

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819
Protocolo: 0020171494499 - 04/05/2017
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 3CE27655E3C1D4EC8D6B27C75665B84B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00
Arquivamento: 00003036881 - 05/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A
Nire: 33300275816
Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 3CE2785563C1D4EC8D6B27C756658B481C1EEA47F2FE5874C7746DEF54D28D00
Arquivamento: 00003036681 - 08/05/2017

**GERDAU AÇOS LONGOS S.A.**
 COMISSÃO FISCAL
 CNPJ Nº 07.238.731/0001-87

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

 Aos Administradores e Ações da
 Gerdaú Aços Longos S.A.
 Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Gerdaú Aços Longos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gerdaú Aços Longos S.A. em 31 de dezembro de 2016, a desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa opinião foi concluída de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita no parágrafo a seguir, intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com as principais éticas relevantes previstas no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Assumimos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Escopo

Conforme mencionado na nota explicativa n. 15 às demonstrações financeiras, encontram-se em curso investigações das autoridades competentes envolvendo a Companhia e suas empresas relacionadas no âmbito da operação "Zedex" bem como investigação sendo conduzida por autoridades externas conforme orientação do Conselho de Administração da Gerdaú S.A. A referida nota explicativa ressalta ainda não se possuiu prova a respeito e os resultados dessas investigações e que não há informações suficientes para avaliar quais as possíveis consequências decorrentes dessas investigações, incluindo a possibilidade de reconhecimento de provisão para contingências adicionais, se houver. Nossa opinião não está modificada em relação a esse item.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que constam em "Relatório de Administração".

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrangem Relatório de Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Administração e, se possível, considerar se esse relatório está, de forma relevante, consistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, se outra forma, apresenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que tal distorção relevante no Relatório de Administração, damos sequência a comunicar isso. Não temos nada a declarar a esse respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas informações internas que ela determina, como necessárias para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pelo julgamento da capacidade de a Companhia continuar operando, quando aplicável, os eventos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessas bases contábeis na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossas observações são dadas segundo o modelo de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e assim, o efeito de auditoria com base nesse modelo. Seguimos a opinião de um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar documentação, emissão ou representações falsas incorpóreas.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou, incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossa conclusão está fundamentada nas evidências de auditoria obtidas até a data de nossa opinião. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira consistente com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado da obra de auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossas atividades.


 PwC
 Provedor de Serviços
 Auditores Independentes
 CRC 25900163/04-11 RJ

Porto Alegre, 17 de março de 2017

 Adriano Machado
 Contador CRC 19904386/0-7 RS RJ

DIRETORIA E COMITÊ EXECUTIVO

Diretor Presidente

Diretor Vice Presidente

Presidente

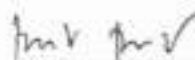
 Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
 Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A
 Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494460 - 04/05/2017

CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765583C1D4EC6D8B27C75865BB4B1C1EEA47P2FE5B74C77480EF54D28D00

Arquivamento: 00003036881 - 05/05/2017


 Bernardo F.S. Benwanger
 Secretário Geral

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Administradoras e Ações

Gerdau Açúcar Longos S/A

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Gerdau Açúcar Longos S/A ("Companhia"), que abrangem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações de resultado, de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período terminado em 31 de dezembro de 2016, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo a resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gerdau Açúcar Longos S/A em 31 de dezembro de 2016, e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nossa opinião

Nossa opinião foi formada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com as normas éticas, descritas na seção 1, segue intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com as práticas éticas relevantes previstas no Código de Ética Profissional do Conselho e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acrescentamos que a evidência de auditoria sobre a auditoria é apropriada para fundamentar nossa opinião.

Setor

Conforme mencionado na nota explicativa n. 15 às demonstrações financeiras, encontramos em curso investigações das autoridades competentes envolvendo a Companhia e suas empresas relacionadas no âmbito de operação "Café" bem como investigação sendo conduzida por autoridades externas conforme determinação do Conselho Administrativo da Gerdau S/A. A respeito dessas investigações, não há ainda informações suficientes para avaliar quais as possíveis consequências decorrentes dessas investigações, incluindo a possibilidade de reconhecimento de prováveis obrigações decorrentes, se houver. Nossa opinião não está modificada em relação a este item.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório de auditoria

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compõem o Relatório de Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório de Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de forma relevante, consistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento sobre a auditoria ou de outra forma, aparenta estar sujeito de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Administração, somos obrigados a comunicar esse fato. Não fomos capazes de relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e do governo pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas normas internas que as determinam, bem como necessárias para garantir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente de causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela seleção de políticas de contabilidade e Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, e não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pelo governo da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, buscamos obter evidência suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o uso de bulfo, os controles internos, colusão, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a estabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação de uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se essa base é apropriada em relação a eventos ou condições que possam impactar a continuidade operacional. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossa conclusão sobre a continuidade operacional não é uma garantia de que a Companhia não sofrerá interrupção de continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as consequências razoáveis e as eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pelo governo da Companhia, entre outros assuntos, de acordo com o plano de auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Pelo Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.

PwC
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CPC 02/2010/REG-5 1º RJ

Adriano Machado
Credenciado CPC 02/2010/REG-5 1º RJ

DIRETORIA E COMITÊ EXECUTIVO

Diretor Presidente
ANDRÉ BIER GERDAU JOHANNPETER

Diretores Vice-Presidentes
CLAUDIO JOHANNPETER
GUILHERME CHADAS GERDAU JOHANNPETER
FRANCISCO DIEPPERMAN PORTES
HARLEY LORENTO SCARDELLI

Controlador
DENISE ABREU LAYDON
CPC 02/2010/REG-5 1º RJ
CPF nº 994.526.76-15

OS COLAS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA - EPP
CNPJ nº 22.129.369/0001-84 - NIRE nº 33300275819
Ata de Reunião do Sócio realizada em 07 de março de 2017, às 10 horas, na Praia de Botafogo, 501, Bloco 1, sala 101, Botafogo, no Estado do Rio de Janeiro. Convocação dispensada as formalidades de convocação previstas no §2º da Lei 1.072 de 2000 (Lei nº 1.072/2000).

Legislação: CEP 22.775-000. Mesa: Presidente: José Miguel de Oliveira; Secretário: Edna Alves Casaro de Oliveira. Ordem do dia: (I) deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade atualmente no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), para R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) com o consequente cancelamento de 200.000 (duzentos mil) quotas de emissão da Sociedade, dispensando-se as prestações ainda devidas, nos termos da Lei nº 1.072 de 2000 (Lei nº 1.072/2000).

nominal de quotas. Os sócios deverão integralizar os 20.000 (vinte mil) quotas na proporção de sua participação, no prazo de 30 (trinta) dias após o registro da alteração do contrato social da Sociedade. Por fim, submeter à discussão a matéria do item (II) da ordem do dia, decidir os sócios, por unanimidade, alterar o estatuto da sociedade da Sociedade atualmente na Praia de Botafogo, 501, Bloco 1, sala 101, Botafogo, para a Praia Floriano, 55, sala 1205 (parte), Centro, Rio de Janeiro, CEP 22211-100. Essa alteração e a alteração do estatuto

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819
Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 3CE2765563C104EC8D6B27C75865BB4B1C1EEA47F2FE5B74C7748DEF54D28D00
Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017

Bernardo F. S. Benavente
Secretário Geral



GERDAU AÇOS LONGOS S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Gerdau Aços Longos S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, referentes ao exercício social de 2016. As vendas atingiram 1,3 milhões de toneladas no ano de 2016, volume inferior ao de 2015, principalmente pela redução dos volumes vendidos no mercado interno em função do menor nível de atividade da construção e da indústria. Por outro lado, as exportações apresentaram aumento em relação a 2015 devido às oportunidades no mercado internacional. A receita líquida de vendas alcançou R\$ 23 bilhões em 2016. A margem bruta (lucro bruto dividido pela receita líquida de vendas) ficou em 22% no período. A Companhia apurou um resultado líquido negativo de R\$ 548,3 milhões no ano de 2016, representando R\$ 2,74 por ação. Esse resultado negativo foi decorrente, principalmente, do menor resultado

operacional, influenciado pela perda de equivalência patrimonial. Em função desse prejuízo, a Companhia não destinou dividendos no exercício de 2016. Em 31 de dezembro de 2016, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 15 bilhões, representando um valor patrimonial de R\$ 37,36 por ação. Os investimentos em ativo imobilizado totalizaram R\$ 233,0 milhões no exercício. A dívida bruta da Companhia somava R\$ 1.179,5 milhões em 31 de dezembro de 2016, dos quais 16,6% eram de curto prazo e 83,4% de longo prazo. Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, acionistas, fornecedores, representantes, instituições financeiras e órgãos governamentais pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispendidos.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017

A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO				PASSIVO			
	Nota	2016	2015		Nota	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	91.390	680.523	Fornecedores		561.933	553.263
Aplicações financeiras em títulos para negociação	4	339.440	745.990	Empréstimos e financiamentos	12	219.489	234.322
Contas a receber de clientes	5	633.812	836.961	Impostos e contribuições a receber	14	75.510	86.481
Estoque	6	1.083.693	1.098.923	Salários a pagar		115.844	90.681
Creditos tributários	7	128.920	175.493	Provisão para passivos ambientais	18	3.027	3.475
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		33.925	47.627	Outros passivos circulantes		83.275	83.148
Outros ativos circulantes		126.273	49.944			1.059.038	1.095.470
		<u>1.816.353</u>	<u>1.675.492</u>	PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
ATIVO NÃO CIRCULANTE				Empréstimos e financiamentos	12	958.988	750.940
Creditos tributários	7	20.086	24.342	Partes relacionadas	18	2.671.903	4.368.455
Imposto de renda e contribuição social devidos	8	1.336.426	1.340.656	Provisão para passivos tributários, trabalhistas e civis	15	1.528.480	1.306.905
Partes relacionadas	18	58.185	82.583	Provisão para passivos ambientais	18	839	10.289
Depósitos judiciais	15	1.341.233	1.225.638	Outros passivos não circulantes		27.163	40.923
Outros ativos não circulantes		75.790	149.560			<u>5.179.283</u>	<u>6.485.222</u>
Investimentos	9	4.583.082	6.216.555	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado	10	3.198.935	3.245.025	Capital social		3.554.212	2.664.212
Intangível	11	493.573	445.475	Reservas de capital		1.395.147	1.335.132
		<u>11.114.298</u>	<u>12.910.708</u>	Reservas de lucros		938.226	1.488.837
TOTAL DO ATIVO		<u>12.930.651</u>	<u>14.586.199</u>	Ajustes de avaliação patrimonial		1.584.705	2.525.417
						<u>7.482.270</u>	<u>8.012.598</u>
				TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>12.930.651</u>	<u>14.586.199</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2016	2015
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS			
Curso das vendas	22	1.251.892	8.428.259
		<u>16.732.791</u>	<u>17.985.354</u>
LUCRO BRUTO			
		518.091	862.965
Despesas com vendas	23	(325.542)	(325.644)
Despesas gerais e administrativas	22	(460.148)	(589.521)
Outras receitas operacionais	22	9.285	3.954

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
Fluxo de caixa da atividade operacional			
Prejuízo do exercício		(548.616)	(1.236.596)
Ajustes para reconciliar o prejuízo no fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Desincorporação, aquisição e amortização	22	462.067	495.419
Resultado de equivalência patrimonial	9	515.686	350.238
Variação cambial, líquida	23	608.190	1.470.653

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A

Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2785563C1D4EC8D6827C7566588481C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D26D00

Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017

Bernardo F. S. Benavente
 Bernardo F. S. Benavente
 Secretário Geral

	2016	2015		2016	2015
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	21	1211.832	8.478.298	Fluxo de caixa de atividade operacional	
Contas de vendas	22	16.730.791	17.985.360	Prejuízo do exercício	(548.618) (2.236.598)
LUCRO BRUTO		519.081	892.985	Ajustes para reconciliar o prejuízo no fluxo de caixa das atividades operacionais	
Despesas com vendas	22	(225.342)	(228.644)	Depreciação, exaustão e amortização	22 487.067 495.418
Despesas gerais e administrativas	22	(650.148)	(649.525)	Resultado de equívocos patrimoniais	9 576.885 350.238
Outras receitas operacionais	22	9.285	8.954	Variação cambial, líquida	23 (608.100) 1.470.653
Outras despesas operacionais	22	(45.310)	(19.807)	Perdas pela não recuperabilidade de ativos	10 743.300
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	10		(743.300)	Benefícios pós-emprego	9.531 15.700
Resultado de equívocos patrimoniais	3	(516.068)	(552.236)	Imposto de renda e contribuição social	8 14.286 (324.584)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS		824.310	(1.161.095)	(Ganho) Perda na alienação de ativos	5 11.588 18.482
Receitas financeiras	23	153.739	236.703	Provisão para risco de crédito	5 77.895 83.665
Despesas financeiras	23	(471.859)	(470.071)	Provisão para passivos tributários, trabalhistas e civis	15 219.875 226.987
Variação cambial, líquida	23	608.100	(1.470.653)	Receita de juros de aplicações financeiras	(66.120) 85.550
PREJUÍZO ANTES DOS IMPOSTOS		(534.300)	(2.861.181)	Despesa de juros sobre dívidas financeiras	23 82.312 58.780
Imposto de renda e contribuição social				Juros sobre multas com empresas ligadas	16 252.062 354.030
Corrente	8		(52.152)	(Previsão) para ajuste ao valor líquido realizável de estoque	6 (10.051) 48.58
Diferido	8	(14.165)	691.247	Variação de ativos e passivos	
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(548.618)	(2.236.598)	Aumento Redução de contas a receber	(30.638) 194.110
Prejuízo por ajuste (em R\$) - básico e diluído	20	(0,34)	(18,15)	Redução de estoques	35.053 382.196

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015
Prejuízo apurado na demonstração dos resultados	(548.618) (2.236.598)	
Valores potencialmente reclassificáveis para a demonstração dos resultados no futuro		
Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira (*)	1.682.228	1.634.667
Cartões não realizados em ativos financeiros disponíveis para venda		(7)
Valores potencialmente não reclassificáveis para a demonstração dos resultados no futuro		
Remunerações com planos benefícios a empregados (*)	(11.203)	2.149
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	(993.431)	(1.861.693)
Resultado abrangente para o exercício, líquido de impostos	(1.542.847)	(554.789)

(*) Condição de outros resultados abrangentes de investimento em empresa controlada e coligada. As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Recebimento de dividendos	9	112.205	72.395
Aplicações financeiras de títulos para negociação		(2.330.934)	(5.046.480)
Resgate de aplicações financeiras de títulos para negociação		2.883.567	5.816.382
Caixa gerado pelas atividades operacionais		907.486	1.695.030
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos		(87.533)	(57.455)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social			(12.758)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		819.547	1.579.817
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições de imobilizado	10	(322.351)	(352.862)
Rescaldo pela venda de imobilizado		2.343	891
Adições de outros ativos intangíveis	11	(33.488)	(84.703)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(283.704)	(436.674)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos			(74.513)
Empréstimos e financiamentos obtidos		330.131	6.987
Pagamentos de empréstimos e financiamentos		(154.739)	(459.408)
Financiamentos com empresas ligadas, líquido		(3.300.579)	(800.432)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(1.124.574)	(1.127.458)
(Redução) Aumento do caixa e equivalentes de caixa		(585.131)	21.758
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		662.523	636.755
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		77.392	660.513

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Local	Incentivos fiscais	Investimentos e capital de giro	Total	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 01/01/2015	3.654.212	1.277.979	475.716	607.635	2.727.762	3.811.713	866.212	-	9.596.616
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(2.236.598)	(2.236.598)
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-	1.681.809	-	1.681.809
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-	1.681.809	(2.236.598)	(554.789)
Adições de reservas	-	57.153	-	-	-	-	-	-	57.153
Efeitos de alterações de participação em controlada e coligadas	-	-	-	-	-	-	4.378	-	4.378
Efeito com plano de incentivos a longo prazo	-	-	-	-	-	-	(6.089)	-	(6.089)
Destinações propostas à Assembleia Geral	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Absorção de prejuízos do exercício	-	-	-	-	(2.236.598)	(2.236.598)	-	2.236.598	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	87.678	87.678	-	-	87.678
Saldos em 31/12/2015 (Nota 19)	3.654.212	1.335.132	475.716	607.635	402.486	1.489.827	2.538.417	-	9.013.586
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(548.618)	(548.618)
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-	(993.431)	-	(993.431)
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-	(993.431)	(548.618)	(1.542.047)
Adições de reservas	-	16	-	-	(16)	(16)	-	-	-
Efeitos de alterações de participação em controlada e coligadas	-	-	-	-	-	-	2.340	-	2.340
Efeito com plano de incentivos a longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A

Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE276563C1D4EC8D6B27C75665BB4B1C1EEA47F2FE5B74C77460EF54D28D00

Arquivamento: 00003036861 - 05/05/2017


Bernardo F. S. Bierwanger
Secretário Geral

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucro			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
		Reserva de capital	Incentivos fiscais	Investimentos e capital de giro			
Saldos em 01/01/2015:	3.854.212	1.273.575	475.716	607.805	2.721.952	3.911.713	8.599.615
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(2.236.598)	(2.236.598)
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	1.681.809	-	1.681.809
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	1.681.809	(2.236.598)	(554.789)
Aportes de reservas	-	57.153	-	-	-	-	57.153
Emissões de ações de participação em controlada e coligadas	-	-	-	-	4.376	-	4.376
Debitos com plano de incentivos a longo prazo	-	-	-	-	(6.983)	-	(6.983)
Destinações propostas à Assembleia Geral	-	-	-	-	-	-	-
Alavancagem de prejuízos do exercício	-	-	-	(2.236.598)	(2.236.598)	2.236.598	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(875.718)	(875.718)	-	(875.718)
Saldos em 31/12/2015 (Nota 18)	3.854.212	1.335.132	475.716	807.635	405.485	2.526.417	9.912.599
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(548.516)	(548.516)
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	(993.431)	-	(993.431)
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	(993.431)	(548.516)	(1.542.347)
Aportes de reservas	-	15	-	(15)	-	-	-
Emissões de ações de participação em controlada e coligadas	-	-	-	-	2.240	-	2.240
Debitos com plano de incentivos a longo prazo	-	-	-	143	(143)	19.479	19.479
Destinações propostas à Assembleia Geral	-	-	-	-	-	-	-
Alavancagem de prejuízos do exercício	-	-	(145.288)	(403.739)	(548.816)	548.816	-
Saldos em 31/12/2016 (Nota 19)	3.854.212	1.335.147	330.428	607.779	938.208	1.564.705	7.492.270

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

1 - INFORMAÇÕES GERAIS

Gerdau Aços Longos S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, capital. A Gerdau Aços Longos S.A. é uma empresa controlada pela Gerdau S.A., a qual, em conjunto com suas outras controladas, é líder no segmento de aços longos nas Américas e um dos principais fornecedores de aços especiais do mundo. No Brasil, também produz aços planos e minério de ferro, atividades que estão ampliando o mix de produtos oferecidos ao mercado e a competitividade das operações. Além disso, é a maior produtora da América Latina e, no mundo, transforma, anualmente, milhões de toneladas de sucata em aço, reafirmando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável das regiões onde atua. As ações das empresas Gerdau estão listadas nas bolsas de valores de São Paulo, Nova Iorque e Madrid. As Demonstrações Financeiras da Gerdau Aços Longos S.A. foram aprovadas pela Administração em 17/03/2017.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) **Demonstrações Financeiras** - as Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras. A somente elas, as quais estão conformes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A apresentação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas relevantes para as Demonstrações Financeiras, estão demonstradas na nota 2.16. As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos incrementos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31/12/2016. b) **Demonstrações Financeiras Consolidadas** - conforme permitido pelo parágrafo 41 do CPC 36 (R2) - Demonstrações consolidadas, a Sociedade não está apresentando suas Demonstrações Financeiras Consolidadas, tendo em vista que sua controladora final, Gerdau S.A., em conjunto com os demais proprietários concordaram com a não apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas; a Sociedade não possui instrumentos de dívida ou patrimônio a negociado em mercado aberto, a Sociedade não registrou ou está em processo de registro de suas Demonstrações Financeiras na Comissão de Valores Mobiliários ou outro órgão regulador; e sua controladora final, como mencionada, disponibiliza no público suas Demonstrações Financeiras Consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas conforme descrito nas práticas contábeis a seguir: 3.1 - **Convenção de saldos em moeda estrangeira:** a) **Moeda funcional e de apresentação:** É a moeda do ambiente econômico

primário em que ela opera. As Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. b) **Transações e saldos:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais (R\$) usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos na Demonstração do Resultado. c) **Investimentos:** Os resultados e a posição financeira de todos os investimentos que são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial, que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos para reais (R\$), sendo: (i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das Demonstrações Financeiras; (ii) as contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio; e (iii) todas as diferenças resultantes da conversão de taxas de câmbio são reconhecidas na Demonstração dos Resultados Abangentes. 3.2 - **Ativos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo reconhecido no resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda, quando aplicável. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, como detalhado na nota 2.3. a) **Ativos financeiros ao valor justo reconhecido no resultado:** São ativos financeiros mantidos para negociação, reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são debitados à Demonstração do Resultado. b) **Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Compreendem: "Contas a receber de clientes e demais contas a receber", "Caixa e equivalentes de caixa" e "Depósitos judiciais". São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão de balanço, os quais são classificados como ativos não circulantes. c) **Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos, quando aplicável. A Companhia não possui moventes de caixa ou equivalentes de caixa restritos para os exercícios apresentados. d) **Aplicações financeiras:** Estão classificadas como títulos para negociação ao valor justo reconhecido com contrapartida no resultado (títulos para negociação), em virtude do propósito do investimento ser a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos. e) **Contas a receber de clientes:** Estão apresentadas a valores de custo amortizado, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão situadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das Demonstrações Financeiras. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os créditos e a avaliação dos credores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Informações relevantes à obtenção de contas a receber em valores a vencer e vencidos, além da provisão para risco de crédito estão demonstradas na nota 5. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia, líquida da provisão para risco

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresário: GERDAU AÇOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819
Protocolo: 0020171484490 - 04/05/2017
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75865854B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00
Arquivamento: 0003036681 - 05/05/2017


Romário F. S. Bernanger
Secretário Geral

GO GERDAU

GERDAU AÇOS LONGOS S.A.

COMPANHIA ABERTA
CNPJ Nº 07.282.711/0001-49

Ativo

de crédito, é o valor das contas a receber. A qualidade do crédito do cliente a receber é considerada adequada, sendo que o valor do risco efetivo de eventuais perdas no cliente a receber de clientes em atraso é apresentado como provisão para risco de crédito. **6 - Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros:** Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de recuperabilidade de ativos (impairment). Estes ativos financeiros são considerados ativos parcialmente ou totalmente não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro de investimento. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem, entre outros fatores: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; e (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionem com as ineficiências sobre os ativos na carteira. **3.3 - Estoque:** São avaliados com base no menor valor entre o custo histórico de aquisição e produção e o valor líquido realizável. O custo de aquisição e produção é acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. O valor líquido realizável é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados para conclusão e despesas de vendas diretamente relacionadas. Informações referentes à abertura do valor líquido realizável estão demonstradas na nota 3.4 - Imobilizado. A Companhia utiliza o custo histórico, deduzido das respectivas depreciações, à exceção dos terrenos, que não são depreciados. A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em formação os custos de empreitadas e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) o período de capitalização ocorre quando o imobilizado encontra-se em fase de construção, sendo iniciada a capitalização dos custos de empreitadas quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) os custos de empreitadas são capitalizados considerando a taxa média ponderada das empreitadas vigentes da data de capitalização ou a taxa específica, no caso de empreitadas para a aquisição de imobilizado; (c) os custos de empreitadas capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os custos de empreitadas capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado ao qual foram incorporados. A depreciação é calculada pelo método linear ajustado pelo nível de utilização de certos ativos, a taxa que levam em consideração a vida útil estimada dos bens e o valor residual estimado dos bens no final de sua vida útil. O valor residual no final da vida útil e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. Custos de manutenção são reconhecidos ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses bens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual não substitui o balanço. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando ocorrem. O valor residual dos bens do imobilizado é reduzido imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual excede o valor recuperável. **3.5 - Intangível:** É avaliado ao custo de aquisição e subsequentemente deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. São compostos por ativos que representam a capacidade de geração de valor agregado de companhias adquiridas com base no histórico de relacionamento com fornecedores e software. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico. O valor residual dos bens do intangível é baseado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual excede o valor recuperável (nota 3.6). O intangível do relacionamento com fornecedores é amortizado com base em um método que considere a futura benefício econômico esperado formado ao longo do tempo por esses novos fornecedores adquiridos. A Companhia revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício. **3.6 - Provisão para redução do valor recuperável dos ativos e reversão de provisão constituída:** Na data de cada Demonstração Financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de água originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano, em dezembro. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (impairment). A redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício. Exceto com relação à redução no valor do ativo, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado de que o ativo apresentava na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada conforme demonstrado na nota 19. A Companhia não aceita que existam indicadores de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas no cálculo de perdas por não recuperabilidade de ativos.

Amortização da provisão para riscos de crédito está demonstrada abaixo:

Saldo em 01/01/2015	139.961
Créditos provisionados no exercício	96.836
Créditos recuperados no exercício	13.172
Cédulas baixadas definitivamente da posição	47.922
Saldo em 31/12/2015	176.134
Créditos provisionados no exercício	106.839
Créditos recuperados no exercício	29.129
Cédulas baixadas definitivamente da posição	47.954
Saldo em 31/12/2016	196.139

6 - ESTOQUES

	2016	2015
Produtos prontos	589.529	603.339
Produtos em elaboração	143.545	120.883
Matérias-primas	129.972	232.927
Materiais de almoxarifado	72.781	86.149
Adiantamento a fornecedores	54.051	48.284
Importações em andamento	1.374	2.905
H - Provisão para ajuste ao valor líquido realizável	4.559	14.650
	1.963.663	1.998.923

O saldo da provisão para ajuste ao valor líquido realizável de estoques, cujo provisão e reversão tem como contra partida o custo das vendas, está demonstrado abaixo:

Saldo em 01/01/2015	15.128
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável	6.542
Reversão de ajuste ao valor líquido realizável	7.000
Saldo em 31/12/2015	14.670
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável	10.821
Reversão de ajuste ao valor líquido realizável	20.912
Saldo em 31/12/2016	4.559

7 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

	2016	2015
Circulante		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	71.362	95.564
Imposto sobre Produtos Industrializados	37.032	27.156
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	14.189	37.885
Programa de Integração Social e outros	7.345	16.067
	129.928	176.672
Não circulante		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e outros	20.096	14.742
	149.023	201.225

A expectativa de realização dos créditos tributários do ativo não circulante é até o ano de 2028.

8 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Os impostos sobre a renda incluem o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), que representa um imposto adicional. As alterações relativas a esses impostos são reconhecidas no resultado do exercício.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D8B27C75685BB4B1C1EEA47F2FE5874C7746DEF54D28D00
Arquivamento: 00003036881 - 05/05/2017

Bernardo F. S. Barwanger
Secretário Geral

Debitado pelo maior valor entre: a) seu valor justo menos custos de transação, ou b) o valor atribuído pelo vendedor, se este for maior. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contábil de um ativo ou o fim de sua vida útil, independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ativo originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida sem sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano, em exercício. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (impairment). A redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício. Excluído com relação à redução no valor do ativo, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentava na data de reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada, conforme demonstrado na nota 10. A Companhia não acredita que existam indicadores de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas no cálculo da perda por recuperação de ativos de vida longa. Entretanto, se os seus resultados não foram consistentes com as estimativas e premissas usadas nos fluxos de caixa futuros estimados e valor justo dos ativos, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser material.

3.7 - Investimentos: Os investimentos em empresas controladas e coligadas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o investimento foi adquirido. De acordo com este método, as participações sobre os investimentos são reconhecidas no Balanço Patrimonial ao custo, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos depois em decorrência de resultado da equivalência patrimonial e por outras variações ocorridas nos ativos líquidos adquiridos. Adicionalmente, as participações podem igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (impairment). Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

3.8 - Passivos financeiros e instrumentos patrimoniais: a) **Classificação como dívida ou patrimônio:** Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de acordo com a substância dos termos contratuais. b) **Empréstimos e financiamentos:** São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. c) **Instrumentos de patrimônio:** Um instrumento patrimonial é baseado em um contrato que demonstre a participação nos ativos de uma entidade após serem deduzidos todos os seus passivos. **3.9 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes no ano de apresentação das Demonstrações Financeiras. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, e aliquotas de impostos com vigência na data base das Demonstrações Financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes a valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras e são determinados considerando as aliquotas (a lei vigente) na data de prescrição das Demonstrações Financeiras. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e sendo reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, ou diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em Outros resultados abrangentes. **3.10 - Benefícios a empregados:** A Companhia possui planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, participação nos lucros e sobras, benefícios supérfluos com planos de benefícios de contribuição definida a empregados são reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos. As remunerações atuais pagadas por ajustes e alterações nas premissas atuais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados Abrangentes. **3.11 - Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores contratuais de cancelamento, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e despesas monetárias e não monetárias. **3.12 - Transações com partes relacionadas:** Os contratos de mútua são avaliados pelos encargos contratuais, mais variação cambial, quando aplicável. As transações de compra e vendas de insumos e produtos são avaliadas em condições e prazo pactuados entre as partes, como descrito na nota 16. **3.13 - Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** É reconhecido como passivo no momento em que os dividendos são aprovados pelas assembleias da Companhia. O Estatuto Social prevê que, no mínimo, 30% do lucro anual seja distribuído como dividendos; portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima. **3.14 - Reconhecimento da receita de vendas:** A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são realizadas, e os descontos sobre vendas quando concedidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não possui mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável, e provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. Os fretes sobre vendas são incluídos no custo das vendas. **3.15 - Investimentos em preservação de danos ao meio ambiente e provisões para passivos ambientais:** Custos ambientais são relacionados às operações normais e são registrados como despesa ou capitalizados conforme o caso. Os que são relacionados a uma condição existente causada por operações do passado e que não contribuem para atuais ou futuras receitas geradas ou redução de custos são registrados como despesa. Passivos são registrados quando a avaliação ambiental ou esforços de restauração são prováveis e o custo pode ser razoavelmente estimado, discussões com autoridades ambientais e outras premissas relevantes para estimativa da natureza e extensão da restauração que pode ser requerida. O custo final é dependente de fatores que não podem ser controlados como o escopo e metodologia das requerimentos da ação de restauração a ser estabelecida pelas autoridades ambientais e de saúde pública, novas leis ou regulamentos governamentais, nova tecnologia e o surgimento de algum litígio relacionado. Passivos ambientais são ajustados a valor presente se o montante agregado da contigência e o montante e prazo dos desembolsos de caixa forem fixos ou puderem ser determinados de uma maneira confiável. **3.16 - Uso de estimativas:** Na elaboração das Demonstrações Financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras variações. Para efetuar estas estimativas, a

Não circulante		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e outros	20.085	24.742
	148.383	200.225

A expectativa de realização dos créditos tributários de ativo não circulante é até o ano de 2020.

4 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Os impostos sobre o lucro incluem o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) que representa um imposto adicional. As aliquotas oficiais para imposto de renda e contribuição social aplicáveis são de 25% e de 9%, respectivamente, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015. a) **Reconciliação dos ajustes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) no resultado:**

	2016	2015
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	534.330	2.861.192
Aliquotas nominais	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social às aliquotas nominais	181.672	972.825
Ajustes dos impostos diferidos:		
- equivalência patrimonial	(175.673)	(118.081)
- juros sobre o capital próprio	-	29.811
- resultado não operacional	-	(13.509)
- não constituição de ativos fiscais diferidos	-	(186.282)
- diferenças permanentes, líquidas	(26.285)	(43.770)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(14.286)	624.954
Corrente	-	67.153
Diferido	(14.286)	692.107

b) **Composição e movimentação dos ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos às aliquotas nominais:**

	Saldo em 31/12/2015	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2016
Prejuízo fiscal	82.895	306.561	291.456
Base negativa de contribuição social	37.018	175.159	112.277
Variação cambial diferida	713.616	(376.159)	335.451
Provisão para perdas	9.917	(19.336)	62.478
Provisão para passivos tributários, trabalhistas e civis	442.257	74.158	516.965
Outras diferenças temporárias	(18.958)	34.630	7772
	1.340.695	(14.286)	1.326.409
Ativo não circulante	1.340.695	-	1.326.409
	Saldo em 31/12/2015	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2016
Prejuízo fiscal	-	82.895	82.895
Base negativa de contribuição social	-	37.018	37.018
Variação cambial diferida	291.660	421.966	713.616
Provisão para perdas	22.027	58.790	81.817
Provisão para passivos tributários, trabalhistas e civis	369.129	77.178	442.257
Outras diferenças temporárias	(20.758)	3.916	(16.858)
	658.348	661.747	1.340.695
Ativo não circulante	658.348	-	1.340.695

c) **Estimativa de recuperação de créditos de imposto de renda e contribuição social:**

	Ativo	
	2016	2015
2016	-	86.145
2017	261.333	241.418
2018	130.508	230.495
2019	158.047	352.803
2020	228.612	237.999
2021	169.599	120.941
2022 em diante	380.240	170.084
	1.328.409	1.340.695

d) **Ativos fiscais não contabilizados:** Devido à falta de oportunidade de uso dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a Companhia não contabilizou uma parcela de ativo fiscal de R\$ 64.346 (R\$ 65.444 em 31/12/2015), os quais não têm uma data final para expirar.

5 - INVESTIMENTOS

Gerdau
Internacional Gerdau

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819
Protocolo: D020171494490 - 04/05/2017
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 3CE2765563C1D4EC6D827C75985BB4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00
Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017

Bernardo F. S. Baranger
Secretário Geral

entendimento do exercício social, na montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima. 3.14 - Rescaldo da receita de vendas: A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre ela. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando concedidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não tem mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos em relação à transação possam ser mensurados de maneira confiável, e provável que os benefícios econômicos serão realizados pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. Os fretes sobre vendas são incluídos no custo das vendas. 3.15 - Investimentos em preservação de danos ao meio ambiente e provisão para passivos ambientais: Outros ambientes são relacionados às operações normais e são registrados como despesa ou equívoco conforme o caso. Os que são relacionados a uma condição existente causada por operações do passado e que não contribuem para atuais ou futuros riscos gerados ou redução de custos são registrados como despesa. Passivos são registrados quando a avaliação ambiental ou esforços de restauração são prováveis e o custo pode ser razoavelmente estimado, discussões com autoridades ambientais e outras entidades relevantes para estimativa de recursos e extensão de restauração que pode ser requerida. O custo final é dependente de fatores que não podem ser controlados como o escopo e metodologia dos requerimentos da ação de restauração a ser estabelecida pelas autoridades ambientais ou de saúde pública, novas leis ou regulamentos governamentais, rápida alteração tecnológica e o surgimento de algum litígio relacionado. Passivos ambientais são ajustados à valor presente se o montante apropriado da obrigação é o montante e prazo dos desembolsos de caixa foram fixos ou podem ser determinados de uma maneira confiável. 3.16 - Use de estimativas: Na elaboração das Demonstrações Financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras incluem, portanto, estimativas referentes, principalmente, à estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa (nota 10), provisões necessárias para passivos trabalhistas, trabalhistas e previdenciários (nota 15) e provisões referentes à seleção de taxa de juros, retorno esperado dos ativos, escolha da taxa de mortalidade e expectativa de aumento dos salários (nota 17). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização pode divergir das estimativas. 3.17 - Movimentos pronunciamentos: O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas emitidas durante 2016. Em observância ao compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo International Accounting Standards Board - IASB, a empresa que estes pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória. A Companhia não espera ter impactos da adoção destas normas revisadas em suas Demonstrações Financeiras.

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2016	2015
Caixa	315	5.351
Bancos e aplicações de liquidez imediata	91.077	894.572
Caixa e equivalentes de caixa	91.392	899.923
Títulos para negociação		
Aplicações em renda fixa	388.304	382.880
Aplicações em debêntures	51.135	282.140
Aplicações financeiras	439.439	665.020

As aplicações financeiras em títulos para negociação incluem em partes do Fundo Paracelva composto por Certificado de Depósito Bancário - CDB, Letras Financeiras do Tesouro, opções compradas, cartas de outros fundos de investimentos, averiguação de depósitos da Gerda S.A., os quais são registrados pelo seu valor justo. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira. As operações são denominadas em reais, com juros variáveis a um percentual da taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. A taxa nominal média anual de juros foi de 14,00% e 13,34%, para o exercício findo em 31/12/2016 e 31/12/2015, respectivamente.

5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2016	2015
Contas a receber de clientes	333.751	313.125
(1) Provisão para risco de crédito	(106.135)	(76.134)
	227.616	236.991
A composição da conta a receber de clientes por vencimento é a seguinte:		
	2016	2015
Valores a vencer	74.557	618.475
Vencidas:		
Até 30 dias	33.473	100.365
Entre 31 e 60 dias	13.814	26.904
Entre 61 e 90 dias	13.130	16.134
Entre 91 e 180 dias	21.953	73.228
Entre 181 e 360 dias	41.544	46.809
Acima de 360 dias	31.276	29.510
(1) Provisão para risco de crédito	(106.135)	(76.134)
	227.616	236.991

Ativo não circulante

656.548

1.341.695

c) Estimativas de recuperação de créditos de imposto de renda e contribuição social

	2016	2015
2016		88.146
2017	281.383	241.418
2018	136.538	230.495
2019	156.547	253.603
2020	238.812	237.599
2021	165.690	126.941
2022 em diante	385.240	176.854
	1.336.405	1.341.695

d) Ativos fiscais não contabilizados: Devido à falta de oportunidade de uso dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a Companhia não contabilizou uma porção de ativo fiscal de R\$ 64.546/R\$ 65.444 em 31/12/2015, os quais não têm uma data final para expirar.

9 - INVESTIMENTOS

	Gerdau Internacional Empreend. Ltda. - Grupo Gerdau	Gerdau Apominas Osmosys Ltd. - Osmosys	Chopin Energia S.A. - Chopin	Total
Saldo em 01/01/2015	4.941.436	(2.245)	11.073	4.950.264
Resultado da equivalência patrimonial	(355.698)	5.813	(180)	(350.065)
Ajustes de avaliação patrimonial	1.686.185	-	-	1.686.185
Aumento de capital social**	102.030	-	1.000	103.030
Dividendos	(72.395)	-	-	(72.395)
Saldo em 31/12/2015	6.301.530	3.568	11.893	6.316.991
Resultado da equivalência patrimonial	(612.171)	5.222	(231)	(607.180)
Ajustes de avaliação patrimonial	(881.191)	-	-	(881.191)
Aumento de capital social**	-	-	248	248
Dividendos	(112.265)	-	-	(112.265)
Saldo em 31/12/2016	4.675.997	8.290	11.908	4.696.295
Capital social	11.084.139	175.348	25.070	11.284.557
Patrimônio líquido ajustado	22.340.645	9.267	23.819	22.373.731
Participação no capital total (%)	20,92%	100%	50%	

As informações financeiras da coligada Gerdau Internacional Empreend. Ltda. - Grupo Gerdau estão demonstradas a seguir:

	2016	2015
Prejuízo do exercício	(2.484.577)	(1.693.144)
Outros resultados abrangentes	4.746.451	6.079.521
Total dos resultados abrangentes	2.261.874	4.386.377

10 - IMOBILIZADO

a) Síntese da movimentação do ativo imobilizado:

	Terras, prédios e equipamentos construídos	Máquinas e equipamentos e instalações	Equipamentos eletrônicos de dados	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Saldo em 01/01/2015	1.967.485	4.539.017	230.421	746.719	825.222	8.312.864
Adições	571	51.760	1.825	134.020	66.305	362.481
Juros capitalizados	-	-	-	17.803	-	17.803
Transferências	26.619	185.590	5.329	(332.945)	2.405	122.599
Baixas	(44.343)	(12.657)	(4.136)	-	(23.710)	(84.846)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos**	(32.799)	(186.805)	-	(543.725)	-	(763.329)
Saldo em 31/12/2015	1.920.894	4.582.903	233.439	251.871	875.222	7.868.334
Adições	21.184	43.130	414	91.577	76.666	232.971
Juros capitalizados	-	-	-	1.854	-	1.854
Transferências	51.064	221.799	8.680	(333.329)	2.196	122.310
Baixas	(1.100)	(128.498)	(4.261)	(3.923)	(32.149)	(137.931)
Saldo em 31/12/2016	1.961.037	4.698.334	238.272	216.275	919.598	7.823.516

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
 Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A
 Nire: 33300275819
 Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017
 CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
 Autenticação: 3CE2765683C1D4EC8D6827C75665BB4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D26D00
 Arquivamento: 00003036081 - 05/05/2017


 Bernardo F. S. Benavente
 Secretário Geral

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	
100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120	121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150	151	152	153	154	155	156	157	158	159	160	161	162	163	164	165	166	167	168	169	170	171	172	173	174	175	176	177	178	179	180	181	182	183	184	185	186	187	188	189	190	191	192	193	194	195	196	197	198	199	200
200	201	202	203	204	205	206	207	208	209	210	211	212	213	214	215	216	217	218	219	220	221	222	223	224	225	226	227	228	229	230	231	232	233	234	235	236	237	238	239	240	241	242	243	244	245	246	247	248	249	250	251	252	253	254	255	256	257	258	259	260	261	262	263	264	265	266	267	268	269	270	271	272	273	274	275	276	277	278	279	280	281	282	283	284	285	286	287	288	289	290	291	292	293	294	295	296	297	298	299	300
300	301	302	303	304	305	306	307	308	309	310	311	312	313	314	315	316	317	318	319	320	321	322	323	324	325	326	327	328	329	330	331	332	333	334	335	336	337	338	339	340	341	342	343	344	345	346	347	348	349	350	351	352	353	354	355	356	357	358	359	360	361	362	363	364	365	366	367	368	369	370	371	372	373	374	375	376	377	378	379	380	381	382	383	384	385	386	387	388	389	390	391	392	393	394	395	396	397	398	399	400
400	401	402	403	404	405	406	407	408	409	410	411	412	413	414	415	416	417	418	419	420	421	422	423	424	425	426	427	428	429	430	431	432	433	434	435	436	437	438	439	440	441	442	443	444	445	446	447	448	449	450	451	452	453	454	455	456	457	458	459	460	461	462	463	464	465	466	467	468	469	470	471	472	473	474	475	476	477	478	479	480	481	482	483	484	485	486	487	488	489	490	491	492	493	494	495	496	497	498	499	500
500	501	502	503	504	505	506	507	508	509	510	511	512	513	514	515	516	517	518	519	520	521	522	523	524	525	526	527	528	529	530	531	532	533	534	535	536	537	538	539	540	541	542	543	544	545	546	547	548	549	550	551	552	553	554	555	556	557	558	559	560	561	562	563	564	565	566	567	568	569	570	571	572	573	574	575	576	577	578	579	580	581	582	583	584	585	586	587	588	589	590	591	592	593	594	595	596	597	598	599	600
600	601	602	603	604	605	606	607	608	609	610	611	612	613	614	615	616	617	618	619	620	621	622	623	624	625	626	627	628	629	630	631	632	633	634	635	636	637	638	639	640	641	642	643	644	645	646	647	648	649	650	651	652	653	654	655	656	657	658	659	660	661	662	663	664	665	666	667	668	669	670	671	672	673	674	675	676	677	678	679	680	681	682	683	684	685	686	687	688	689	690	691	692	693	694	695	696	697	698	699	700
700	701	702	703	704	705	706	707	708	709	710	711	712	713	714	715	716	717	718	719	720	721	722	723	724	725	726	727	728	729	730	731	732	733	734	735	736	737	738	739	740	741	742	743	744	745	746	747	748	749	750	751	752	753	754	755	756	757	758	759	760	761	762	763	764	765	766	767	768	769	770	771	772	773	774	775	776	777	778	779	780	781	782	783	784	785	786	787	788	789	790	791	792	793	794	795	796	797	798	799	800
800	801	802	803	804	805	806	807	808	809	810	811	812	813	814	815	816	817	818	819	820	821	822	823	824	825	826	827	828	829	830	831	832	833	834	835	836	837	838	839	840	841	842	843	844	845	846	847	848	849	850	851	852	853	854	855	856	857	858	859	860	861	862	863	864	865	866	867	868	869	870	871	872	873	874	875	876	877	878	879	880	881	882	883	884	885	886	887	888	889	890	891	892	893	894	895	896	897	898	899	900
900	901	902	903	904	905	906	907	908	909	910	911	912	913	914	915	916	917	918	919	920	921	922	923	924	925	926	927	928	929	930	931	932	933	934	935	936	937	938	939	940	941	942	943	944	945	946	947	948	949	950	951	952	953	954	955	956	957	958	959	960	961	962	963	964	965	966	967	968	969	970	971	972	973	974	975	976	977	978	979	980	981	982	983	984	985	986	987	988	989	990	991	992	993	994	995	996	997	998	999	1000

13 | Rio de Janeiro | Setor de II de março de 2017

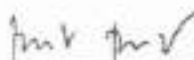
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765563C1D4ECDB27C7566588481C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036881 - 05/05/2017


Fernando F. S. Barreiros
Secretário Geral

2022 **2023** **2024** **2025** **2026** **2027** **2028** **2029** **2030** **2031** **2032** **2033** **2034** **2035** **2036** **2037** **2038** **2039** **2040** **2041** **2042** **2043** **2044** **2045** **2046** **2047** **2048** **2049** **2050** **2051** **2052** **2053** **2054** **2055** **2056** **2057** **2058** **2059** **2060** **2061** **2062** **2063** **2064** **2065** **2066** **2067** **2068** **2069** **2070** **2071** **2072** **2073** **2074** **2075** **2076** **2077** **2078** **2079** **2080** **2081** **2082** **2083** **2084** **2085** **2086** **2087** **2088** **2089** **2090** **2091** **2092** **2093** **2094** **2095** **2096** **2097** **2098** **2099** **2100** **2101** **2102** **2103** **2104** **2105** **2106** **2107** **2108** **2109** **2110** **2111** **2112** **2113** **2114** **2115** **2116** **2117** **2118** **2119** **2120** **2121** **2122** **2123** **2124** **2125** **2126** **2127** **2128** **2129** **2130** **2131** **2132** **2133** **2134** **2135** **2136** **2137** **2138** **2139** **2140** **2141** **2142** **2143** **2144** **2145** **2146** **2147** **2148** **2149** **2150** **2151** **2152** **2153** **2154** **2155** **2156** **2157** **2158** **2159** **2160** **2161** **2162** **2163** **2164** **2165** **2166** **2167** **2168** **2169** **2170** **2171** **2172** **2173** **2174** **2175** **2176** **2177** **2178** **2179** **2180** **2181** **2182** **2183** **2184** **2185** **2186** **2187** **2188** **2189** **2190** **2191** **2192** **2193** **2194** **2195** **2196** **2197** **2198** **2199** **2200** **2201** **2202** **2203** **2204** **2205** **2206** **2207** **2208** **2209** **2210** **2211** **2212** **2213** **2214** **2215** **2216** **2217** **2218** **2219** **2220** **2221** **2222** **2223** **2224** **2225** **2226** **2227** **2228** **2229** **2230** **2231** **2232** **2233** **2234** **2235** **2236** **2237** **2238** **2239** **2240** **2241** **2242** **2243** **2244** **2245** **2246** **2247** **2248** **2249** **2250** **2251** **2252** **2253** **2254** **2255** **2256** **2257** **2258** **2259** **2260** **2261** **2262** **2263** **2264** **2265** **2266** **2267** **2268** **2269** **2270** **2271** **2272** **2273** **2274** **2275** **2276** **2277** **2278** **2279** **2280** **2281** **2282** **2283** **2284** **2285** **2286** **2287** **2288** **2289** **2290** **2291** **2292** **2293** **2294** **2295** **2296** **2297** **2298** **2299** **2300** **2301** **2302** **2303** **2304** **2305** **2306** **2307** **2308** **2309** **2310** **2311** **2312** **2313** **2314** **2315** **2316** **2317** **2318** **2319** **2320** **2321** **2322** **2323** **2324** **2325** **2326** **2327** **2328** **2329** **2330** **2331** **2332** **2333** **2334** **2335** **2336** **2337** **2338** **2339** **2340** **2341** **2342** **2343** **2344** **2345** **2346** **2347** **2348** **2349** **2350** **2351** **2352** **2353** **2354** **2355** **2356** **2357** **2358** **2359** **2360** **2361** **2362** **2363** **2364** **2365** **2366** **2367** **2368** **2369** **2370** **2371** **2372** **2373** **2374** **2375** **2376** **2377** **2378** **2379** **2380** **2381** **2382** **2383** **2384** **2385** **2386** **2387** **2388** **2389** **2390** **2391** **2392** **2393** **2394** **2395** **2396** **2397** **2398** **2399** **2400** **2401** **2402** **2403** **2404** **2405** **2406** **2407** **2408** **2409** **2410** **2411** **2412** **2413** **2414** **2415** **2416** **2417** **2418** **2419** **2420** **2421** **2422** **2423** **2424** **2425** **2426** **2427** **2428** **2429** **2430** **24**

passi (1992) e altri studi sostengono che ogni singola lettera ha un ruolo. Anche se i ricercatori britannici (Fletcher, 1992; Gough, 1986) hanno sostenuto che la lettura è un processo globale, in grado di riconoscere le parole in base al loro aspetto visivo, il processo di lettura è in realtà un processo analitico, in grado di riconoscere le lettere e le parole in base al loro suono. Il processo di lettura è un processo globale, in grado di riconoscere le parole in base al loro aspetto visivo, il processo di lettura è in realtà un processo analitico, in grado di riconoscere le lettere e le parole in base al loro suono.

[illegible][illegible][illegible]


 Leonardo E. S. Derwanger
 Secretario Geral


GERDAU AÇOS LONGOS S.A.

CVM 007.28.751/2001-41

Depreciação e exaustão

	Terrenos, prédios e equipamentos de construção e instalações	Máquinas e equipamentos elétricos de dados	Imobilizáveis em andamento	Outros	Total
Saldo em 01/01/2015	(367.595)	(3.120.375)	(2.140.035)	(81.528)	4.173.517
Depreciação e exaustão	(52.495)	(255.179)	(16.085)	(85.218)	(409.077)
Transferências	(19.610)	5.233	234	14.083	-
Revers	39.730	(3.657)	2.147	23.710	77.930
Saldo em 31/12/2015	(180.970)	(3.369.894)	(2.137.734)	(148.931)	4.527.531
Depreciação e exaustão	(49.181)	(243.438)	(6.965)	(81.755)	(381.339)
Transferências	(1.623)	2.895	7	(57)	-
Revers	813	(22.796)	14.347	31.039	14.301
Saldo em 31/12/2016	(182.959)	(3.593.331)	(2.144.429)	(204.134)	4.527.531
Imobilizado líquido					
Saldo em 31/12/2015	1.179.539	1.114.299	11.715	151.871	2.277.724
Saldo em 31/12/2016	1.161.694	1.235.590	11.817	52.953	2.162.054

A taxa média de capitalização de juros no exercício de 2015 é de 6,6% (6,4% em 2014).

As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo de depreciação e exaustão:

	Vida útil dos ativos imobilizáveis
Prédio, construção e benfeitorias	10 e 25 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos eletrônicos de dados	2,5 a 5 anos

11 - VALORES EM GARANTIA - A Companhia cedeu bens do ativo imobilizado em garantia de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 22,3 milhões em 31/12/2015 (R\$ 18,5 milhões em 31/12/2014). **d) Perda pela não recuperabilidade do imobilizado** - A Companhia não identificou evidências de qualquer perda pela não recuperabilidade do imobilizado no exercício (R\$ 73,336 em 31/12/2015). A Companhia mantém ao longo do primeiro exercício seu constante monitoramento do mercado spot/ligio em busca de identificar uma eventual deterioração, queda significativa na demanda dos setores consumidores de aço, paralisação de atividades de plantas industriais ou mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro.

11 - INTANGÍVEL

O saldo de intangível refere-se, substancialmente, ao fundo de comércio decorrente da aquisição de empresas e ao rescaldo de desenvolvimento de software.

	Relacionamento com fornecedores	Desenvolvimento de software	Total
Saldo em 01/01/2015	56.054	392.301	448.355
Aquisição	-	52.703	52.703
Amortização	(6.033)	(61.860)	(67.893)
Saldo em 31/12/2015	49.021	382.144	431.165
Aquisição	-	33.495	33.495
Amortização	(79.459)	(71.483)	(150.942)
Saldo em 31/12/2016	69.562	344.156	413.718
Vida útil média estimada	5 a 20 anos	7 anos	

12 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2015	2016
Res (BRL)	175.7919	937.982
Cash - Norte-Americano (USD)	20.565	45.180
Total dos financiamentos	175.7919	983.162
Circulante	175.7919	983.162

monta, em 31/12/2016, R\$ 6.672 (R\$ 8.596 em 31/12/2015) e impactaria a linha de Despesas financeiras na Demonstração dos Resultados. As taxas de juros específicas que a Companhia está exposta, as quais são relacionadas aos Empréstimos e financiamentos, são apresentadas na nota 12, e são principalmente compostas por Libor. **Variações no preço de venda das commodities e no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados na produção:** A Companhia está exposta a variações no preço de seus produtos. Esta exposição está relacionada à oscilação do preço de venda dos produtos e ao preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção, principalmente por operar em um mercado de commodities. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou uma redução de 1% sobre ambos os preços. O impacto calculado considerando esta variação no preço dos produtos vendidos totaliza R\$ 116,171 em 31/12/2016 (R\$ 132,314 em 31/12/2015) e matérias-primas e demais insumos montam R\$ 12,678 em 31/12/2016 (R\$ 21,079 em 31/12/2015). Os impactos no preço dos produtos vendidos e matérias-primas serão registrados nas linhas de Receita líquida de vendas e Custo das vendas, respectivamente, na Demonstração dos Resultados. **d) Instrumentos financeiros por categoria**

	Ativos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos no resultado	Total Passivos	Outros passivos financeiros ao custo amortizado
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	97.353	-	97.353
Aplicações financeiras	-	335.440	335.440
Contas a receber de clientes	833.612	-	833.612
Partes relacionadas	66.165	-	66.165
Depósitos judiciais	134.123	-	134.123
Outros ativos circulantes	105.273	-	105.273
Outros ativos não circulantes	75.799	-	75.799
	2.573.461	335.440	2.908.901

	Ativos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos no resultado	Total Passivos	Outros passivos financeiros ao custo amortizado
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	460.523	-	460.523
Aplicações financeiras	-	745.990	745.990
Contas a receber de clientes	836.950	-	836.950
Partes relacionadas	62.557	-	62.557
Depósitos judiciais	1.225.538	-	1.225.538
Outros ativos circulantes	49.944	-	49.944
Outros ativos não circulantes	149.590	-	149.590
	2.985.002	745.990	3.730.992

e) Mensuração ao valor justo: O CPC 36 define o "valor justo" como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. O CPC 40 estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando a mensuração do valor justo pela empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. Nível 1 - preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A

Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75665B84B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017

[Assinatura]
 Bernardo F. S. Derwanger
 Secretário Geral

Saldo em 31/12/2016	2016	2015
Vda (2) média estimada	25.725	25.725
	3 a 10 anos	7 anos

12 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

R\$ mil (R\$)	2016	2015
Dólar Norte-Americano (USD)	1.579.116	859.962
Total dos financiamentos	10.998	45.181
Capital	1.778.487	895.143
Mó circulante	215.489	234.322
Vlr. contábil dos financiamentos	958.998	750.840
Vlr. dos juros dos financiamentos	115.760	952.814
Total dos financiamentos	16.727	32.348
	1.778.487	895.143

A taxa média ponderada nominal de juros em 31/12/2016 é de 9,34% (9,32% em 31/12/2015). Os empréstimos e financiamentos denominados em reais são originados por taxa fixa ou indexada conforme os seguintes indicadores: CLP (Taxa de Juro de Longo Prazo), CDI (Certificado de Depósito Interbancário), IGP-M (Índice Geral de Preço-Mercado), IPCA (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo) e SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). O cronograma de pagamento de parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

	2016	2015
2017		18.792
2018	527.346	142.063
2019	121.731	116.212
2020	119.450	115.509
2021	48.082	42.144
2022 em diante	18.177	139.730
	958.998	750.840

Garantias: Em garantia dos financiamentos contratados na modalidade FIANCIBACES, com saldo devedor, em 31/12/2016 era de R\$ 22,9 milhões (R\$ 25,5 milhões em 31/12/2015), foram oferecidas as bens como deves, em alienação fiduciária.

13 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) **Considerações gerais:** A Gerda Agor Longos S.A. sua controlada e coligada mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas no balanço patrimonial e resultam em caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, Contas a receber de clientes, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Partes relacionadas, Depósitos judiciais, Outros ativos circulantes, Outros ativos não circulantes, Outros passivos não circulantes. b) **Valor justo:** Os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas Demonstrações Financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam negociados no mercado. Entretanto, uma vez que não existe mercado ativo para estes instrumentos, o preço de mercado não pode ser determinado. c) **Risco de crédito:** O risco de crédito refere-se ao risco de que o emissor dos instrumentos financeiros não seja capaz de cumprir com suas obrigações. O risco de crédito é gerenciado através da seleção de emissores com bom histórico de pagamento e através da diversificação do portfólio de instrumentos financeiros.

d) **Risco de taxa de câmbio:** O risco de taxa de câmbio refere-se ao risco de que o valor de um ativo ou passivo financeiro em moeda estrangeira possa variar devido a mudanças nas taxas de câmbio. O risco de taxa de câmbio é gerenciado através da utilização de instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira. e) **Risco de liquidez:** O risco de liquidez refere-se ao risco de que a Companhia não seja capaz de cumprir com suas obrigações quando elas vencerem. O risco de liquidez é gerenciado através da manutenção de um nível adequado de caixa e equivalentes de caixa.

f) **Risco de crédito:** O risco de crédito refere-se ao risco de que o emissor dos instrumentos financeiros não seja capaz de cumprir com suas obrigações. O risco de crédito é gerenciado através da seleção de emissores com bom histórico de pagamento e através da diversificação do portfólio de instrumentos financeiros. g) **Risco de taxa de câmbio:** O risco de taxa de câmbio refere-se ao risco de que o valor de um ativo ou passivo financeiro em moeda estrangeira possa variar devido a mudanças nas taxas de câmbio. O risco de taxa de câmbio é gerenciado através da utilização de instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira. h) **Risco de liquidez:** O risco de liquidez refere-se ao risco de que a Companhia não seja capaz de cumprir com suas obrigações quando elas vencerem. O risco de liquidez é gerenciado através da manutenção de um nível adequado de caixa e equivalentes de caixa.

i) **Risco de crédito:** O risco de crédito refere-se ao risco de que o emissor dos instrumentos financeiros não seja capaz de cumprir com suas obrigações. O risco de crédito é gerenciado através da seleção de emissores com bom histórico de pagamento e através da diversificação do portfólio de instrumentos financeiros. j) **Risco de taxa de câmbio:** O risco de taxa de câmbio refere-se ao risco de que o valor de um ativo ou passivo financeiro em moeda estrangeira possa variar devido a mudanças nas taxas de câmbio. O risco de taxa de câmbio é gerenciado através da utilização de instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira. k) **Risco de liquidez:** O risco de liquidez refere-se ao risco de que a Companhia não seja capaz de cumprir com suas obrigações quando elas vencerem. O risco de liquidez é gerenciado através da manutenção de um nível adequado de caixa e equivalentes de caixa.

Depósitos judiciais	1.225.638	1.225.638
Outros ativos circulantes	49.944	49.944
Outros ativos não circulantes	149.590	149.590
	1.425.172	1.425.172

a) **Mensuração ao valor justo:** O CPC 36 define o valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. O CPC 40 estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2 - outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados não ajustados são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observáveis no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos. Nível 3 - informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significativas para a definição do valor justo dos ativos e passivos. Em 31/12/2016, a Companhia mantém certos ativos cujo mensuração ao valor justo é requerida em bases recorrentes. Estes ativos incluem investimentos em títulos privados. Os ativos e passivos financeiros da Companhia, mensurados a valor justo em bases recorrentes e sujeitos à divulgação conforme os requerimentos do CPC 40 em 31/12/2016, são os seguintes:

	Mensuração ao valor justo					
	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)		Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)		Preços cotados em mercados não ativos para ativos não similares (Nível 3)	
	Saldo contábil 2016	Saldo contábil 2015	2016	2015	2016	2015
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	91.301	690.523			91.301	690.523
Aplicações financeiras em títulos para negociação	336.440	715.960	336.440	303.950	51.136	362.140
Contas a receber de clientes	630.612	636.992			630.612	636.992
Outros ativos circulantes	105.273	49.944			105.273	49.944
Ativo não circulante						
Partes relacionadas	96.185	62.967			96.185	62.967
Depósitos judiciais	1.341.233	1,225,638			1,341,233	1,225,638
Outros ativos não circulantes	75.796	149.590			75.796	149.590
	1,503,414	1,438,147	336,440	303,950	1,503,414	1,438,147
Passivo circulante						
Fornecedores	56.303	553.293			56.303	553.293
Empréstimos e financiamentos	215.489	234.322			215.489	234.322
Outros passivos circulantes	80.205	83.248			80.205	83.248
Passivo não circulante						
Empréstimos e financiamentos	958.998	750.840			958.998	750.840
Partes relacionadas	2.671.803	4,360,455			2,671,803	4,360,455
Outros passivos não circulantes	22.163	40.930			22.163	40.930
	4,552,964	5,154,463			4,552,964	5,154,463
	1,275,821	9,754,206	336,440	303,950	1,275,821	9,754,206

14 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECEBER

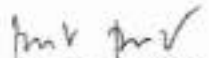
Encargos sociais sobre folha de pagamento	2016	2015
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	20.543	34.955
Imposto sobre Produtos Industrializados	34.545	27.999
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	5.137	3.297
Imposto de Renda Retido na Fonte	2.532	5.272
Programa de Integração Social e outros	7567	12.529
	4.296	3.130
	75.615	80.086

15 - PROVISÃO PARA PASSIVOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia é parte em ações judiciais e administrativas de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, baseada na opinião de seus consultores legais, acredita que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia. A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração após o processo cujo resultado de perda foi avaliado como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

Provisões:	2016	2015
Provisões tributárias		
Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços		

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
 Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A
 Nire: 33300275819
 Protocolo: 0020171484490 - 04/05/2017
 CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
 Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75665B84B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D2BDD00
 Arquivamento: 00003036881 - 05/05/2017


 Fernando P. S. Berninger
 Secretário Geral

exposição a esses riscos. O balanço patrimonial da Companhia apresenta passivos denominados em moeda estrangeira e flutuantes a fim de monitorar os movimentos de taxas de juros como Libor e CDI. Desta forma, a Companhia pode contrair swaps de taxas de juros com objetivo de reduzir este risco. **Risco de taxa de câmbio:** É o risco de efeito de flutuações das taxas de câmbio no valor dos ativos e passivos financeiros ou de fluxo de caixa e receitas futuras. A Companhia avalia sua exposição cambial mensurando a diferença entre o valor de seus ativos e de seus passivos em moeda estrangeira. A Companhia entende que as contas a receber originadas por exportações e seu decaimento em moeda estrangeira em moeda doméstica não são equivalentes a seus passivos denominados em moeda estrangeira. Mas como o gerenciamento dessas exposições ocorre também a nível de taxa de câmbio, fazendo um desdobramento entre os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, a Companhia pode contrabalançar os movimentos financeiros cambiais, com o objetivo de reduzir o efeito das flutuações de taxa de câmbio. **Risco de crédito:** Esse risco advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos devido a instituições financeiras e geradas por operações de investimento financeiro. Para mitigar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devido. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com bom rating de crédito avaliado por agências de rating. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pelo Comitê de Crédito. **Risco de gerenciamento de capital:** Advém de acordo da Companhia em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações. A Companhia adquire sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre os dívidas financeiras e o capital próprio (Patrimônio Líquido), baseada em políticas internas e benchmark. Os indicadores chave (KPI - Key Performance Indicators) relacionados ao objetivo "Gestão da Estrutura de Capital" são: WACC (Custo Médio Ponderado do Capital), Dívida Líquida/EBITDA, Índice de Cobertura das Despesas Financeiras Líquidas e Relação Dívida/Capitalização Total. A Dívida Líquida é formada pelo principal da dívida reduzido pelo caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (nota 4). A Capitalização Total é formada pela Dívida Total (composta pelo principal da dívida e pelo Patrimônio Líquido) (nota 12). A Companhia pode alterar sua estrutura de capital, conforme condições econômico-financeiras, visando otimizar sua eficiência financeira e sua gestão de caixa. Ao mesmo tempo, a Companhia procura melhorar seu ROCE (Retorno sobre Capital Empregado) através de implementação de uma gestão de capital de giro e de um programa eficiente de investimentos em imobilizado. No longo prazo, a Companhia busca manter-se dentro dos parâmetros abaixo, admitindo variações pontuais no curto prazo:

WACC	menor ou igual a 10%+CDI a.a.
Dívida Líquida/EBITDA	menor ou igual a 2,5x
Índice de Cobertura das Despesas Financeiras Líquidas	menor ou igual a 5,5x
Relação Dívida/Capitalização Total	menor ou igual a 80%

Esses indicadores chave são usados para monitorar os objetivos descritos acima e podem não ser utilizados como indicadores para outras finalidades, tal como testes de recuperabilidade de ativos. **Risco de liquidez:** A política de gestão de endividamento e recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas comprometidas e de disponibilidade efetiva de linhas de crédito, com ou sem lastro em recebíveis de exportação, para garantir níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazo. O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo das Empréstimos e financiamentos é apresentado na nota 12.

Obrigações contratuais	2016				
	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos	581.920	581.920	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.178.487	219.486	648.679	167.542	141.877
Pontos relacionados	2.571.803	-	-	-	2.571.803
	4.332.210	799.406	648.679	167.542	2.765.583

Obrigações contratuais	2015				
	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos	553.263	553.263	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	886.162	334.322	329.845	235.121	186.874
Pontos relacionados	4.360.455	-	-	-	4.360.455
	5.800.880	887.585	329.845	235.121	4.348.329

Análise de sensibilidade

Impacto na Demonstração dos Resultados

Pressuposto	Variação	2016	2015
Variação na moeda estrangeira	5%	233.931	886.543
Variação nas taxas de juros	10 pontos	6.572	6.589
Variação no preço dos produtos vendidos	1%	115.171	132.914
Variação no preço das matérias-primas e demais insumos	1%	72.578	91.879

Variação na moeda estrangeira: A Companhia está exposta a variações entre o Real e o Dólar. A análise de sensibilidade apresenta a presunção de um aumento ou de uma redução de 5% entre o Real e o Dólar em suas dívidas que não possuem hedge. Nesta análise, caso o Real se aprecie em relação ao Dólar, isto representará um ganho de R\$ 203.591 (R\$ 233.931 em 31/12/2015). Caso o Real se deprecie em relação ao Dólar, isto representará uma despesa de mesmo valor. Os valores líquidos de contas a receber e contas a pagar em moedas estrangeiras não apresentam riscos relevantes de impacto em virtude da isolação na taxa de câmbio. **Variação nas taxas de juros:** Considera-se o efeito de um aumento ou de uma redução de 10 pontos base (bp) sobre a taxa de juros média aplicável à parte fixa de sua dívida. O impacto calculado, considerando esta variação na taxa de juros

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	34.545	21.288
Imposto sobre Produtos Industrializados	5.137	3.297
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	2.522	2.272
Imposto de Renda Retido na Fonte	7.567	12.529
Programa de Integração Social e outros	4.796	2.130
	55.570	41.516

15 - PROVISÃO PARA PASSIVOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia é parte em ações judiciais e administrativas de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, baseada no conhecimento de seus consultores legais, acredita que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos no perfil econômico-financeiro da Companhia. A provisão foi controlada considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

Provisões:

	2016	2015
a) Provisões tributárias		
Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços	2.553	140
Instituto Nacional do Seguro Social	229	903
Recompilação Tarifária Extraordinária	6.971	27.146
Programa de Integração Social e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	1.291.040	1.088.905
Outras provisões tributárias	16.556	14.903
b) Provisões trabalhistas	185.122	133.562
c) Provisões cíveis	45.004	34.966
	1.530.485	1.368.616

a) **Provisões Tributárias:** As provisões tributárias referem-se, substancialmente, às discussões relativas à compensação de créditos de PIS, incidência de PIS e COFINS sobre outras receitas e exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Em relação às demandas que tratam da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, a Companhia vem depositando judicialmente os valores envolvidos. b) **Provisões Trabalhistas:** A Companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista. Nenhuma decisão efetivamente se refere a valores individualmente significativos, e as discussões envolvem principalmente pedido de horas extras, insalubridade, periculosidade, indenização por acidente de trabalho e doença ocupacional, entre outros. c) **Provisões Cíveis:** A Companhia é parte em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações de natureza cível, que representam em 31/12/2016, a montante indicado como provisão cível referente a essas questões. A movimentação da provisão para passivos tributários, trabalhistas e cíveis está demonstrada abaixo:

	2016	2015
Saldo no início do exercício	1.200.625	1.273.668
(+) Adições	106.638	172.205
(-) Anulação momentânea	147.237	107.248
(-) Reversão de valores provisionados	34.300	52.559
Saldo no final do exercício	1.153.486	1.300.666

b) **Passivos contingentes não provisionados:** Considerando a opinião dos Assessores Jurídicos e a avaliação da Administração, os processos relacionados a seguir possuem expectativa de perda avaliada como possível mas, não provável e devido a esta classificação não são efetuadas provisões contábeis de acordo com as normas do CPC. a) **Contingências Tributárias:** a) 1) A Companhia possui discussões que tratam de ICMS, substancialmente relativas a direito de crédito e diferença de alíquota, cujas demandas pertencem ao total avaliado de R\$ 457.190. a) 2) A Companhia é parte em demandas que tratam de outros tributos, cujo valor total avaliado importa em R\$ 272.948. a) 3) A Companhia é parte em um processo administrativo relativo ao Imposto de Renda Retido na Fonte, no valor de R\$ 173.659, oriundo sobre juros remetidos ao exterior, vinculados a financiamentos de exportação formalizados mediante Contrato de "Pré-pagamento de Exportações" (PPE) ou de "Recabimento Antecipado de Exportações" (RAE), cuja impugnação apresentada pela Companhia em 13/01/2017 se encontra pendente de julgamento na Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil. a) 4) A Companhia é parte em processos administrativos relativos à prescrição de tributabilidade do IGC pendido nos termos dos artigos 7º e 8º da Lei Nº 9.532/97 da base de cálculo do imposto de Renda Pessoa Jurídica - (RPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, decorrente da reorganização societária realizada em 2004/2005. O valor total avaliado das autuações importa em R\$ 3.579.637 dos quais: (i) R\$ 2.518.787 correspondem a dois processos cuja discussão administrativa (i) se encerrou e se encontram atualmente em fase de cobrança administrativa, sendo que, para um deles, a Companhia já deu entrada judicial, em pedido de medida cautelar, mediante Seguro Garantia no montante de R\$ 2.806.328; (ii) R\$ 505.081 correspondem a dois processos de Companhia que aguardam julgamento de seus Recursos Voluntários na primeira instância de Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF); e (iii) R\$ 555.769 correspondem a um processo cuja impugnação foi apresentada pela Companhia em 13/01/2017 e atualmente se encontra pendente de julgamento pela Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil. Parte das decisões obtidas no CARF no âmbito desses processos, e outros temas envolvendo a Companhia incluídos na denominada Operação Zelotes (a "Operação"), estão sendo investigados por autoridades federais brasileiras, inclusive pelo Poder Judiciário, e fim de apurar supostos atos ilícitos. Considerando o envolvimento do nome da Gerdaus nas notícias divulgadas pela imprensa relacionadas à Operação, o Conselho de Administração da Gerdaus S.A. decidiu contratar assessores jurídicos

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAUS AÇOS LONGOS S/A
NIRE: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765653C1D4EC8D6827C756658B4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



GERDAU AÇOS LONGOS S.A.

CNPJ 07.394.741/0001-01

CONTABILIDADE

independente, com reporte a um Comitê Especial do Conselho de Administração, para conduzir uma investigação para determinar, entre outras coisas: (i) se, à luz das práticas existentes, o protocolo adequado foi seguido no relacionamento da Companhia com as autoridades governamentais, inclusive o CARF, e na contratação de empresas que representem a Companhia nos casos perante o CARF; (ii) se estas empresas se mantiveram dentro do escopo do trabalho contratado; (iii) se os termos de contratação dessas empresas incluíam cláusulas com a intenção de obter a prática de atos que violem os códigos de ética ou a legislação vigente; (iv) se os termos de contratação dessas empresas incluíam a previsão de sanções em caso de qualquer violação (contratual ou de outra forma); e (v) se existe qualquer indício de fraude, dolo, má fé, ou qualquer outra expressão da intenção de cometimento de ato ilícito por parte dos administradores e/ou executivos da Companhia no seu relacionamento com as autoridades governamentais, inclusive o CARF, na negociação, celebração ou condução fora do escopo dos contratos mencionados acima ("Investigação Interna"). A Investigação Interna está em andamento e, na data da aprovação dessas Demonstrações Financeiras, a Companhia entende que não é possível prever sobre a duração ou o resultado da Operação ou da Investigação Interna. Adicionalmente, a Companhia acredita que neste momento não existe informação suficiente para determinar se uma provisão para perdas é exigida ou divulgar qualquer contingência. Os assessores jurídicos tributários da Companhia confirmam que os procedimentos adotados pela Companhia, com relação à reputabilidade do grupo, que ensejaram os processos acima mencionados, observaram a estrita legalidade e, portanto, tais processos são classificados como de perda possível (mas, não provável). b) **Contingências Cíveis** b.1) A Companhia é parte em outras demandas de natureza cível que possuem em conjunto um montante em discussão de aproximadamente R\$ 150.151. Para tais demandas não foi efetuado provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, com base na opinião de seus consultores legais. b.2) **Depósitos judiciais:** A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados às provações tributárias, trabalhistas e cíveis, e estão assim demonstrados:

	2016	2015
Tributário	1.259.254	1.154.938
Trabalhistas	50.214	34.899
Cíveis	31.765	85.792
	<u>1.341.233</u>	<u>1.275.629</u>

15 - SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Composição dos saldos de mútuos

	2016	2015
Mútuos ativos		
Empresas controladas		
Gerdau S.A.	3.360	-
Empresas coligadas		
Gerdau Açominas S.A.	3.422	6.930
Gerdau Aços Especiais S.A.	1.371	1.315
Outros		
Fundação Gerdau	57.480	54.327
Outros	<u>66.785</u>	<u>12.597</u>
Mútuos passivos		
Empresas controladas		
Gerdau S.A.	-	(5.540)
Mineração Gerdau S.A.	-	(666)
Empresas controladas		
Gerdau Açominas Orelândia Ltd.	(2.671.682)	(4.353.873)
Empresas coligadas		
Itaigai Com. Imp. e Exp. Ltda.	<u>1.141</u>	<u>465</u>
	<u>(2.671.682)</u>	<u>(4.360.455)</u>
Despesas financeiras, líquidas	<u>(252.080)</u>	<u>(254.200)</u>

b) **Condições de prazos e encargos:** Os contratos de mútuos entre as partes relacionadas são atualizados por taxas de mercado como a taxa de CDI - Certificado de Depósito Interbancário e taxa Libor mais verapção cambial, quando

empregadas optantes. O total do custo nesta modalidade foi de R\$ 23.852 em 31/12/2016 (R\$ 30.577 em 31/12/2015).

16 - PROVISÃO PARA PASSIVOS AMBIENTAIS

A Administração da Companhia reconheceu, na linha de "Provisão para passivos ambientais", com base na melhor estimativa do custo, valores para investigação, tratamento e limpeza de localidades potencialmente impactadas, que montam R\$ 3.865 em 31/12/2016, sendo R\$ 3.827 no passivo circulante e R\$ 338 no passivo não circulante (R\$ 13.764 em 31/12/2015), sendo R\$ 3.475 no passivo circulante e R\$ 10.289 no passivo não circulante. A Companhia utilizou premissas e estimativas para determinar os montantes envolvidos, que podem variar no futuro, em decorrência da finalização da investigação e determinação do real impacto ambiental. A Companhia entende estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis no Brasil.

16 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social** - o capital social autorizado em 31/12/2016 e 31/12/2015 é de 300.000.000 ações ordinárias e 300.000.000 ações preferenciais, todas sem valor nominal. Em 31/12/2016 e 31/12/2015, estão subscritas e integralizadas 200.529.235 ações ordinárias e 18.262 ações preferenciais, totalizando o Capital Social realizado de R\$ 3.654.212. As ações preferenciais não têm direito a voto, não podem ser resgatadas e participam em igualdade de condições em relação às ações ordinárias na distribuição de lucros, além de ter prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia. b) **Reserva de capital** - refere-se principalmente à reserva de lucros, relativo à reorganização societária realizada em 2005 gerada nos termos do artigo 7º e 8º da Lei nº 9.532/97, no montante de R\$ 1.335.147 em 31/12/2016 (R\$ 1.335.132 em 31/12/2015). c) **Reserva de lucros: B Legal** - pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 33% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos. d) **Incentivos fiscais** - pela legislação societária brasileira, a Companhia pode destinar, para a reserva de incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo dos dividendos. e) **Investimentos e capital de giro** - é composta pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas, e inclui as reservas estatutárias previstas no Estatuto Social da Companhia. O Conselho de Administração pode propor aos acionistas a transferência de pelo menos 5% do lucro líquido de cada ano para uma reserva estatutária (Reserva de investimentos e capital de giro). A reserva é criada somente após considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital integralizado. A reserva pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações. f) **Ajustes de avaliação patrimonial** - a Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas e coligadas no exterior, devida pela Companhia, direta e indiretamente. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Também são consideradas nesta rubrica os ganhos e perdas não realizados em instrumentos financeiros derivativos até o momento em que estes são realizados, efeitos com plano de incentivo de longo prazo e a despesa com plano de pensão de benefício definido. g) **Dividendos e juros sobre o capital próprio** - os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido ajustado.

	2016	2015
Prejuízo do exercício	(548.518)	(2.235.538)
Absorção do prejuízo do exercício pela reserva de lucros - investimentos e capital de giro	403.319	2.236.598
Absorção do prejuízo do exercício pela reserva legal	145.258	-

O prejuízo do exercício será objeto de proposta da Administração para absorção pela Reserva de lucros - investimentos e capital de giro e Reserva legal.

No exercício de 2015 a Companhia destinou R\$ 82678 para pagamento de juros sobre capital próprio distribuídos através de reservas de lucros pré-existentis.

20 - PREJUÍZO POR AÇÃO

	2016	2015
Ordinárias Preferenciais		
(em milhares, exceto ações e dívidas por ação)		

Numerador

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A
Nire: 33300275619
Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75665BB481C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00
Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017

Bernardo F. S. Berninger
Secretário Geral

Ativos passivos					
Empresas controladas					
Gerdaul S.A.		(5.540)			
Metalúrgica Gerdaul S.A.		(660)			
Empresas controladas					
Gerdaul Apiminas Overseas Ltd.	(3.671.802)	(4.253.872)			
Empresas coligadas					
Apiminas Com. Imp. e Exp. Ltda.		(147)			
		(2.511.803)	(4.358.455)		
Despesas financeiras líquidas		(252.082)	(354.293)		

1) **Condições de preços e encargos:** Os contratos de mútuo entre as partes relacionadas são realizados por taxas de mercado como a taxa de CDI - Certificado de Depósito Interbancário e taxa Libor mais variação cambial, quando aplicável. Apropriações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e preços pactuados entre as partes.

2) **Operações com partes relacionadas:**

	2016	2015		2016	2015
	Compras	Vendas (despesas)	Recursos para a negociação	Compras	Vendas (despesas)
Empresas controladas					
Gerdaul S.A.	32.331	27.267	(1.372)	(1.678)	
Debituras Gerdaul S.A.		(38.033)	51.436		
Empresas coligadas					
Diaco S.A.		60.013		19.660	13.801
Comercial Gerdaul Bahia		8.881		3.382	10.445
Gerdaul Apiminas S.A.	1.125.937	127.122		877.568	(71.475)
Gerdaul Apiminas Especial S.A.	39.819	123.225		(3.342)	(3.951)
Gerdaul American US Inc.	32.258				
Gerdaul Leste S.A.		3.446		308	
Soar Acenos S.A.		148.125		61.658	107.182
Empresa Siderúrgica Del Peru S.A.A. - Siderperu		394.326		42.445	18.287
Siderco S.A.		14.008		3.372	2.515
Gerdaul ADA S.A.		8.880		141	2.730
Industrias Nacionales C. por A.		59.487		45.121	
Siderurgica Juliana, C.A.		1912			
Outras		317		1.450	(4)

3) **Ativos concedidos:** A Companhia, em conjunto com as empresas Gerdaul Apiminas S.A., Gerdaul Apiminas Especial S.A. e a controladora Gerdaul S.A., prestam garantia às subsidiárias GTL Trade Finance Inc., Gerdaul Holdings Inc. e Gerdaul Trade Inc., nas emissões de títulos com vencimento em 10 anos e 30 anos (Ten/Tenly Years Bond) no montante de R\$ 14,2 bilhões em 31/12/2016 (R\$ 18,8 bilhões em 31/12/2015). 4) **Ativos recebidos:** A Companhia recebe ativos da controladora Gerdaul S.A. em contratos de financiamento, no montante de R\$ 622,9 milhões em 31/12/2016 (R\$ 415,6 milhões em 31/12/2015). 5) **Remuneração da Administração:** A Companhia pagou a seus administradores, em salários e remuneração variável, um total de R\$ 10,519 em 21/12/2016 (R\$ 38.031 em 31/12/2015).

17 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) **Piano de pensão com benefício definido - pós-emprego:** A Companhia patrocina plano de pensão de benefício definido, administrado pela Gerdaul - Sociedade de Previdência Privada, entidade fechada de previdência complementar. Em 2017, foi aprovado o aditamento desse plano, sendo assegurado aos participantes o direito ao benefício salda. Todos os participantes desse plano, após salda, poderão, à opção, aderir a um novo plano de contribuição definida conforme descrito na letra "b)" abaixo, sendo permitida a transferência do montante referente à reserva matemática individual do plano salda para o novo plano e agregar valor a essa reserva por meio de contribuições futuras do participante e de patrocinadora, além da reversibilidade dos recursos, ou à não transferência e manter o benefício salda no plano de benefício definido, corrigido somente pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). Em virtude do processo de migração e encerramento do plano de pensão, a Companhia não está calculando os possíveis efeitos de mudanças nas taxas de desconto e taxa de retorno esperada dos ativos para este plano. O saldo dos ativos e passivos dos planos não são materiais e a conciliação é apresentada e segue:

	2016	2015
Valor presente da obrigação de benefício definido	(24.126)	(19.599)
Valor justo dos ativos do plano	40.145	36.261
Saldo ativo	16.019	16.662
Regras de alocação de dividendos e limitação de recuperação	(16.039)	(16.682)
Exercício líquido		

b) **Piano de pensão com contribuição definida - pós-emprego:** A Companhia mantém um plano de pensão definido para o qual são feitas contribuições pela patrocinadora numa proporção da contribuição feita pelos

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Gerdaul Apiminas Overseas Ltd.
Opinião

investimentos e capital de giro 403.328 2.236.598
Absorção do prejuízo de absorção pela reserva legal 145.289
O prejuízo de exercício será objeto de proposta da Administração para absorção pela Reserva de Lucros-Investimentos e capital de giro e Reserva legal.
No exercício de 2015, a Companhia destinou R\$ 81678 para pagamento de juros sobre capital próprio distribuídos através de resgate de ações preferenciais.

20 - PREJUÍZO POR AÇÃO

	2016		2015	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
	Total		Total	
	(Em milhares, exceto ações e dados por ação)		(Em milhares, exceto ações e dados por ação)	
Numerador				
Prejuízo atribuído disponível para acionistas ordinários e preferenciais	(548.568)	150	(548.618)	(2.236.394)
Denominador				
Média ponderada de ações cedendo a medida das ações em resgate	208.526.235	18.282	208.526.235	18.282
Prejuízo por ação (em R\$) - básico e diluído	2,70	2,74	(11,15)	(11,17)

21 - RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	2016	2015
Receita bruta de vendas	3.344.889	10.430.686
Impostos incidentes sobre vendas	(1.688.232)	(1.989.821)
Descontos	(4.764)	(2.793)
Receita líquida de vendas	725.882	9.438.069

22 - DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a Demonstração do Resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26, apresenta, a seguir, o detalhamento da Demonstração do Resultado por natureza:

	2016	2015
Depreciação, exaustão e amortização	(467.067)	(485.419)
Salários, encargos sociais e benefícios	(1.242.687)	(1.355.520)
Materiais-primas e materiais de uso e consumo	(4.552.132)	(5.191.248)
Frete	(470.854)	(521.107)
Perdas pelo não recuperabilidade de ativos		(743.330)
Outras despesas operacionais	(626.719)	(926.822)
	(7.359.559)	(8.223.426)
Classificados como:		
Custo dos produtos vendidos	(5.732.791)	(3.585.304)
Despesas com vendas	(329.547)	(325.844)
Despesas gerais e administrativas	(460.148)	(588.519)
Perdas pelo não recuperabilidade de ativos		(743.330)
Outras receitas operacionais	9.285	9.554
Outras despesas operacionais	(45.913)	(19.807)
	(7.559.236)	(6.235.250)

23 - RESULTADO FINANCEIRO

	2016	2015
Rendimento de aplicações financeiras	88.570	173.815
Juros recebidos e outras receitas financeiras	64.760	62.918
Total Receitas Financeiras	153.330	236.733
Juros sobre a dívida	(82.212)	(58.780)
Variações monetárias e outras despesas financeiras	(289.547)	(411.292)
Total Despesas Financeiras	(419.029)	(470.072)
Variação cambial, líquida	908.100	(1.470.653)
Resultado financeiro, líquido	289.980	(1.203.997)

24 - SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes determinados para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Os estoques e ativos imobilizados estão segurados para incêndio, roubo, vendaval, esmagamento, queda de máquinas, danos elétricos e explosão. A principal cobertura de seguro é na modalidade de Patrimônio no montante de R\$ 1505.558.

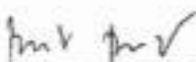
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAUL ACOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494480 - 04/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017. E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE27655B3C1D4EC8D6B27C75865B84B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: D0003036681 - 05/05/2017


Bernardo F. S. Baranger
Secretário Geral

matemática individualmente planejados para azeite plano e apegar-se a essa reserva por meio de contrapartidas futuras do participante e do patrocinador, além da realidade dos recursos, ou não transferir a esse a menor e benefício sidos no plano de benefício definido, variado somente pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). Em virtude do processo de migração e encerramento do plano de pensão, a Companhia não está calculando os possíveis efeitos de mudanças nos taxas de desconto e taxa de retorno esperada dos ativos para este plano. O saldo dos ativos e passivos dos planos não são mantidos e a conciliação é apresentada a seguir:

	2016	2015
Valor presente da obrigação de benefício definido	24.106	179.559
Valor justo dos ativos do plano	40.145	36.281
Saldo ativo	16.039	15.692
Receita do ativo atuarial devido à imitação de recuperação	18.036	178.963
Exercício líquido		

M) Plano de pensão com contribuição definida - pelo empregador: A Companhia mantém um plano de pensão definido para o qual são feitas contribuições pelo patrocinador numa proporção de contribuição feita pelos

	2016	2015
Juros recebidos e outros rendimentos financeiros	64.767	62.713
Total Receitas Financeiras	163.736	236.733
Juros sobre a dívida	82.112	159.780
Variações monetárias e outros despesas financeiras	(389.547)	(411.297)
Total Despesas Financeiras	(471.955)	(470.077)
Variação cambial, líquida	608.100	1.470.653
Resultado financeiro, líquido	269.989	1.733.987

34 - SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau do risco por montantes determinados para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e suas responsabilidades. Os estoques e ativos imobilizados estão seguros para incêndio, roubo, vendaval, alagamento, queda de máquinas, danos elétricos e explosão. A principal cobertura de seguro é na modalidade de Patrimônio no montante de R\$ 7505,556.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Às Administradoras e Aconselhas

Gerdau Aços Longos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Gerdau Aços Longos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gerdau Aços Longos S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Bases para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e suas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa n. 15 das demonstrações financeiras, encontra-se em curso investigação das autoridades competentes envolvendo a Companhia e suas empresas relacionadas no âmbito da operação "Gerdau", bem como investigação sendo conduzida por assessores externos conforme determinação do Conselho de Administração da Gerdau S.A. A referida nota explicativa descreve ainda não ser possível prever a duração e os resultados dessas investigações e que não há informações suficientes para avaliar quais os possíveis consequências decorrentes dessas investigações, incluindo a necessidade de reconhecimento da provisão sobre divulgações adicionais, se houver. Nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório de Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Administração e, se aplicável, considerá-lo esse relatório está, de forma relevante, consistente com as demonstrações financeiras ou com razão razoavelmente obtida na auditoria ou, de outra forma, advir de uma distorção de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Administração, somos obrigados a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgação, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, e não ser que a administração

pretende liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa viável para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como sistemas eventuais de auditoria apropriados e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar à dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Porto Alegre, 17 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores independentes
CRC 159000600-0-17 RJ

Adriano Machado
Contador CRC 190425840-3 RJ

DIRETORIA E COMITÊ EXECUTIVO

Diretor Presidente
ANDRÉ BIER GERDAU JOHANNPETER

Diretores Vice-Presidentes
CLAUDIO JOHANNPETER
GUILHERME CHAGAS GERDAU JOHANNPETER
FRANCISCO DEYPERMANN FORTES
HARLEY LORENZ SCARDELLI

Contadores
DENISE ABREU LANZONI
CRC RS 363.2820-3 SAU
CPF nº 99.628.780-3

Bernardo F. S. Barwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A
NIRE: 33300275819
Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C756658B4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00
Arquivamento: 00003036691 - 05/05/2017

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO
SERVIÇO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico - SPM Nº 20/2017

Objeto: Rôde comunicação portátil digital com visor. Edital disponível a partir de 10/04/2017, no SIGAPROSET, ao lado do HUCFFSOPregão, no endereço: Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco, 255 - Ilha do Fundão - Rio de Janeiro/RJ. Abertura da sessão: 25/04/2017 às 10:00 horas.

Marcia Lucia Costa de Almeida
Pregueira

**MARIA IZABEL CUNHA DE AGUIAR
MATRÍCULA NA JUCERJA Nº 291/01
EDITAL DE LEILÃO**

Para leilão, autorizada pelo DenarRJ, e com base no parecer FIMSP/PRGE 1064/2014, das veículos SOCIEDADES apreendidos pelas forças policiais e provenientes de roubo, furto e furto de Adm., no dia 20/04/2017, às 13:00 horas. O Leilão será realizado no endereço: Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco, 255 - Ilha do Fundão - Rio de Janeiro/RJ. Abertura da sessão: 25/04/2017 às 10:00 horas.

**GERDAU AÇOS LONGOS S.A.
CNPJ 07.330.027/5819 - NIRE 33300275819
ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO**

Convidamos os Senhores Acionistas da GERDAU AÇOS LONGOS S.A. (*) para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a se realizarem, cumulativamente, no dia 20 de abril de 2017, às 16:00hrs, na sede social da Companhia, na Av. João XXIII, 5.777, Santa Cruz, Rio de Janeiro, RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2016; 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de resultados; 3. Eleger os membros do Diretoria, indicar os membros do Conselho Administrativo e fixar a remuneração dos Administradores; 4. Deliberar sobre as contas que vinculando as publicações da Sociedade previstas na Lei nº 6.404/76; 5. Re-nomear a relação de imóveis constantes do Anexo II da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28/03/2013; 6. Consolidar o Estatuto Social, face às alterações procedidas anteriormente; (*) Para provar sua qualidade de acionista, os titulares de ações escrituras deverão depositar, na sede da Companhia, com antecedência mínima de 48 horas: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária; (ii) se pessoa física, cópia de documento de identificação e (iii) se pessoa jurídica, cópia de estatuto social atualizado, cópia de atas das reuniões dos administradores, devidamente registradas no órgão competente, e cópia de documento de identificação do administrador que se fará presente. Se forem representados por procuradores, deverão, igualmente, depositar o respectivo instrumento de outorga de poderes de representação. Se pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no exterior, todos os documentos deverão ser autenticados e apostilados ou legalizados perante o Consulado brasileiro em seu País de domicílio. Todas as cópias deverão ser autenticadas e todas as assinaturas originais reconhecidas. Rio de Janeiro - RJ, 10 de abril de 2017. André Ber Gerdau Johannpeter - Diretor Presidente

Inbranda S.A.

(Companhia Aberta)

CNPJ nº 07.330.027/5819 - NIRE 33300275819

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
Convidamos os Senhores Acionistas da Inbranda S.A. (*) para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a se realizarem, cumulativamente, no dia 20 de abril de 2017, às 16:00hrs, na sede social da Companhia, na Av. João XXIII, 5.777, Santa Cruz, Rio de Janeiro, RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2016; 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de resultados; 3. Eleger os membros do Diretoria, indicar os membros do Conselho Administrativo e fixar a remuneração dos Administradores; 4. Deliberar sobre as contas que vinculando as publicações da Sociedade previstas na Lei nº 6.404/76; 5. Re-nomear a relação de imóveis constantes do Anexo II da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28/03/2013; 6. Consolidar o Estatuto Social, face às alterações procedidas anteriormente; (*) Para provar sua qualidade de acionista, os titulares de ações escrituras deverão depositar, na sede da Companhia, com antecedência mínima de 48 horas: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária; (ii) se pessoa física, cópia de documento de identificação e (iii) se pessoa jurídica, cópia de estatuto social atualizado, cópia de atas das reuniões dos administradores, devidamente registradas no órgão competente, e cópia de documento de identificação do administrador que se fará presente. Se forem representados por procuradores, deverão, igualmente, depositar o respectivo instrumento de outorga de poderes de representação. Se pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no exterior, todos os documentos deverão ser autenticados e apostilados ou legalizados perante o Consulado brasileiro em seu País de domicílio. Todas as cópias deverão ser autenticadas e todas as assinaturas originais reconhecidas. Rio de Janeiro - RJ, 10 de abril de 2017. André Ber Gerdau Johannpeter - Diretor Presidente



**ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETROBRÁS
AVISO DE LICITAÇÃO**

Pregão Eletrônico nº. GAA/PE-075/2017

1. A Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETROBRÁS tem a honra de realizar Licitação no modalidade de Pregão Eletrônico para prestação de serviços de instalação, preparação, manutenção e inspeção de documentos do Arquivo de Registro "VALT" da Usina Nuclear de Angra 1. 2. Critério de Julgamento: Menor Preço. 3. O Edital poderá ser retirado gratuitamente através do site www.comprasgovernamentais.gov.br, a partir de 10/04/17, ou em qualquer endereço, no dia 20 de abril de 2017, às 13:00 horas, no horário de 09:00h às 11:30h e de 14:00h às 16:30h, na Rua de Candelária, nº. 86, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, ou na Rodovia Governador Manoel Cavalcanti (BR 101/RJ-Sul), km 917, Ilheus, Angra dos Reis - RJ - Gerência de Aquisições Angra - GAA. 4. A entrega das Propostas a partir de 10/04/17 no site www.comprasgovernamentais.gov.br, 5. Abertura das Propostas às 10:00h (hor. hores de 20:00h), no site www.comprasgovernamentais.gov.br.

Região de Almeida
Gerência de Aquisições Angra

EDITAL DE SEGUNDO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO

NORMA MARIA RACHADO, Leiloeira Pública Oficial, inscrita nº 038 JUCERJA, estabelecida na Avenida Engenheiro Braga nº 227 - Gr. 704 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, tel. (21) 2532-7973, faz saber que, devidamente subscrito pelo fiduciário credor CONSTRUTORA SANTA BABEL S/A, inscrita no CNPJ nº 07.330.027/5819, vem a público leilão, no dia 20/04/2017, com início às 14:30 horas, na Av. Engenheiro Braga nº 227, Gr. 704 - Centro / RJ, o imóvel identificado como Apartamento 1104 do Bloco 4 do prédio situado nesta cidade na Avenida Salvador Alende, nº 6.300, Recreio dos Bandeirantes, na freguesia de Jucapiranga, com área de 17 m², vaga de garagem coberta independentemente situada na AREA 4 do subsolo e correspondente fração ideal de 94/155.038.038 para o apartamento e de 20/193.038.038 para a vaga de garagem do respectivo terreno designado por Matriz Comercial e Residencial com 21.679,01m², da quadra B de PAL 51482, que tem as medidas, características e confrontações constantes da matrícula nº 330.474, do 1º Ofício de Registro de Imóveis, conforme previsto na Lei nº 8.214, de 20/11/1997, com a nova redação dada pela Lei nº 10.951/2004, combinada com as cláusulas do Contrato Particular de Compra e Venda, de Financiamento Imobiliário, de Alienação Fiduciária em Garantia e Outros Factos, lavrada em 27/11/2017, protocolada em 12/07/2012, com no. 1450234-2.179 do livro 1-142, para garantia da dívida representada o controle pelas demais cláusulas e condições constantes do título, sendo este que se faz para pagamento àquela fiduciária credora da dívida, vendida e alienada para acessórias legais e contratuais, que não foram pagas pelo fiduciário credor ANA PAULA RIBEIRO DE CARVALHO, CPF nº 025.007.027-15, nos termos do Contrato Particular supra referido, tendo sido sido previamente constituída em mora, não a amendada e, em consequência, consolidada a plena propriedade em nome do fiduciário credor, constante do 15 de março de 2004 de 1º Ofício de Registro de Imóveis. O imóvel será ofertado a quem mais der, desde que igual ou superior ao valor de R\$ 1.237.830,14 (um milhão, trezentos e sessenta e três mil e trezentos e trinta reais e quarenta centavos), fixado com base no valor da dívida mais os acréscimos especificados nos §§ 2º e 3º do artigo 27 da Lei nº 8.214/1997, que já compreende os débitos de IPTU dos exercícios de 2016, 2017, 2018 e 2019, no valor de R\$ 1.141,30. Ciente informado do condimento que a unidade arrematada se encontra até a presente data. Fica o ciente de que o interessado de que a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato pelo arrematante de longo vendedor arrematado de 5% da comissão a Leiloeira incidentes sobre o valor da arrematação. Caso o imóvel objeto do leilão esteja ocupado, o arrematante será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo, na forma do art. 20 da Lei nº 8.214/1997. A Leiloeira assume a responsabilidade de sua procuradora, Sra. Daniele Salvo Machado, CPF nº 025.007.027-15 e Sra. Maria do Carmo Ribeiro Silva de Carvalho, CPF nº 025.007.027-15, sem desde já qualificadas de An. hore e local de realização do presente leilão. A Leiloeira assume a

**BIANCA S. PAIS DE CARVALHO - LEILOEIRA PÚBLICA
CPF: 078.551.987-83
EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E
INTIMAÇÃO**

1º. Público Leilão - 20/04/2017 às 13:00 hs
2º. Público Leilão - 30/05/2017 às 13:00 hs

LOCAL: Avenida José Silva de Azevedo, nº 200, bloco II (Ed. Evolutiva V - Copacabana), sala de reunião 81, no 2º Copacabana & Orlas, Ilha do Fundão, Rio de Janeiro/RJ.
BIANCA SOARES PAIS DE CARVALHO, Leiloeira Oficial, mat. Juceria nº. 155, autorizada por SPE QUALIDADE DE EMPREENHIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA - CNPJ 14.305.535/0001-50 e SPE BARRA D'AMITIA 2 EMPREENHIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA - 16.735.554/0001-20, vem a público leilão, no dia 20/04/2017, com início às 14:30 horas, na Av. Engenheiro Braga nº 227, Gr. 704 - Centro / RJ, o imóvel identificado como Apartamento 1104 do Bloco 4 do prédio situado nesta cidade na Avenida Salvador Alende, nº 6.300, Recreio dos Bandeirantes, na freguesia de Jucapiranga, com área de 17 m², vaga de garagem coberta independentemente situada na AREA 4 do subsolo e correspondente fração ideal de 94/155.038.038 para o apartamento e de 20/193.038.038 para a vaga de garagem do respectivo terreno designado por Matriz Comercial e Residencial com 21.679,01m², da quadra B de PAL 51482, que tem as medidas, características e confrontações constantes da matrícula nº 330.474, do 1º Ofício de Registro de Imóveis, conforme previsto na Lei nº 8.214, de 20/11/1997, com a nova redação dada pela Lei nº 10.951/2004, combinada com as cláusulas do Contrato Particular de Compra e Venda, de Financiamento Imobiliário, de Alienação Fiduciária em Garantia e Outros Factos, lavrada em 27/11/2017, protocolada em 12/07/2012, com no. 1450234-2.179 do livro 1-142, para garantia da dívida representada o controle pelas demais cláusulas e condições constantes do título, sendo este que se faz para pagamento àquela fiduciária credora da dívida, vendida e alienada para acessórias legais e contratuais, que não foram pagas pelo fiduciário credor ANA PAULA RIBEIRO DE CARVALHO, CPF nº 025.007.027-15, nos termos do Contrato Particular supra referido, tendo sido sido previamente constituída em mora, não a amendada e, em consequência, consolidada a plena propriedade em nome do fiduciário credor, constante do 15 de março de 2004 de 1º Ofício de Registro de Imóveis. O imóvel será ofertado a quem mais der, desde que igual ou superior ao valor de R\$ 1.237.830,14 (um milhão, trezentos e sessenta e três mil e trezentos e trinta reais e quarenta centavos), fixado com base no valor da dívida mais os acréscimos especificados nos §§ 2º e 3º do artigo 27 da Lei nº 8.214/1997, que já compreende os débitos de IPTU dos exercícios de 2016, 2017, 2018 e 2019, no valor de R\$ 1.141,30. Ciente informado do condimento que a unidade arrematada se encontra até a presente data. Fica o ciente de que o interessado de que a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato pelo arrematante de longo vendedor arrematado de 5% da comissão a Leiloeira incidentes sobre o valor da arrematação. Caso o imóvel objeto do leilão esteja ocupado, o arrematante será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo, na forma do art. 20 da Lei nº 8.214/1997. A Leiloeira assume a responsabilidade de sua procuradora, Sra. Daniele Salvo Machado, CPF nº 025.007.027-15 e Sra. Maria do Carmo Ribeiro Silva de Carvalho, CPF nº 025.007.027-15, sem desde já qualificadas de An. hore e local de realização do presente leilão. A Leiloeira assume a

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819
Protocolo: D020171494490 - 04/05/2017
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 3CE2765669C1D4EC8D6B27C75665BB4B51C1EEA47F2FE5B74C7748DEF54D28D00
Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017

Bernardo E.S. Benavente
Secretário Geral

atos, estatuto social e estatuto social da Administração Limitada e Registro de Administração, referentes ao Exercício findo em 31/12/2016. b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, referentes ao ano de 2016. c) Deliberar sobre a proposta de aumento de capital, investimentos até 31/12/2016. d) Fixar a remuneração global dos Administradores para o período de 2017 a 2018. e) Eleger os membros do Conselho Fiscal. f) Dar conhecimento das nomeações de membros do Conselho de Administração e eleição de seus substitutos. e) Eleger os membros do Conselho de Administração. g) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: a) Capitalização da reserva para supensão referente ao ano de 2016; e b) Alterar o artigo 1º do Estatuto Social em consequência da capitalização da reserva para supensão referente ao ano de 2016. INSTRUÇÕES GERAIS: a) Os acionistas e seus representantes deverão comparecer no tempo do art. 135 e respectivas §§ 1º e 4º da Lei das Sociedades por Ações, quanto a legitimidade e representação. b) Os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação na Assembleia Geral e que se referem a assembleia devem ser copião no sede da Companhia, com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia. c) Os documentos originais das deliberações das Assembleias Gerais em convocação encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, Brasília, 04042017. Cursivo de Paulo Sérgio. Presidente do Conselho de Administração.

Nº 302181

COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - COMLURB

CNPJ Nº 42.514.933/0001-74
NIRE Nº 33.000000-1

MUNDO AOS ACIONISTAS

Encarregado a divulgação dos Senhores Acionistas da Gerência de Contabilidade da Companhia, na Rua Major Ávila, 356, 1º andar - Tijuca, no Município do Rio de Janeiro, os documentos abaixo: Relatório de Administração sobre as atividades sociais e as principais atividades administrativas do exercício findo e Cópia das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Nº 302182

NIRE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 21.520.940/0001-16 - NIRE 333.302000-4

CAPITAL FECHADO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA. Ficam os senhores acionistas da Companhia convocados para se reunirem em AGOE, no dia 25/04/2017 às 10:00 h, na sede social da Companhia, na Av. Presidente Wilson Rorup, nº 231, 2º andar (parte), para deliberar sobre as matérias abaixo identificadas: AGOE: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31/12/2016; (ii) a destinação do resultado líquido do exercício social findo em 31/12/2016; e (iii) a eleição de membros do Diretoria. AGOE: (i) Fixar a remuneração mensal, individual, dos Diretores do exercício social de 2017. Instruções Gerais: a) Encarregado a divulgação dos documentos na sede da Companhia, os documentos a que se referem o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social findo em 31/12/2016, bem como os demais atos sujeitos de ordem de dia da Assembleia. b) Os acionistas que desejarem ser representados por procurador deverão depositar os respectivos instrumentos de mandato na sede social da Companhia com até 48h de antecedência da realização da Assembleia, sendo que o acionista residente e domiciliado no exterior que for representado por procurador deverá comparecer e observar a Lei nº 6.404/76 e demais disposições legais aplicáveis. Rio de Janeiro, 11 de abril de 2017.

convocado no exterior que for representado por procurador deverá comparecer e observar a Lei nº 6.404/76 e demais disposições legais aplicáveis. Os acionistas participantes da Assembleia Geral deverão apresentar escrito em até 02 dias úteis anteriores à data de realização da Assembleia Geral, contendo a respectiva posição adotar, fornecida pelo órgão competente. Rio de Janeiro, 10/04/2017. Maria Amália Delfin de Melo Cavaliere - Presidente do Conselho de Administração.

Nº 302183

BETAPART PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 22.752.134/0001-38 - NIRE 333.302000-6

CAPITAL ABERTO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA. Ficam os senhores acionistas da Companhia convocados, na forma do Estatuto Social da Companhia, para se reunirem em AGOE, no dia 25/04/2017 às 10h, na sede social da Companhia, na Av. Presidente Wilson Rorup, nº 231, 2º andar (parte), para deliberar sobre as matérias abaixo identificadas: AGOE: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31/12/2016; e (ii) a destinação do resultado líquido do exercício social findo em 31/12/2016. AGOE: Fixar o montante global da remuneração dos administradores no exercício social de 2017. Instruções Gerais: Os acionistas que desejarem ser representados por procurador deverão depositar os respectivos instrumentos de mandato na sede social da Companhia, até 02 dias úteis anteriores à data de realização da Assembleia Geral, sendo que o acionista residente e domiciliado no exterior que for representado por procurador deverá comparecer e observar a Lei nº 6.404/76 e demais disposições legais aplicáveis. Os acionistas participantes da Assembleia Geral deverão apresentar escrito em até 02 dias úteis anteriores à data de realização da Assembleia Geral, contendo a respectiva posição adotar, fornecida pelo órgão competente. Rio de Janeiro, 10/04/2017. Maria Amália Delfin de Melo Cavaliere - Presidente do Conselho de Administração.

Nº 302184

COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

CNPJ Nº 31.528.118/0001-40

CONCESSÃO DE LICENÇA

COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG, uma pública que possui o Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a LICENÇA DE INSTALAÇÃO LI nº 103/1994, com validade até 28 de março de 2019, que a autoriza para renovação de um trecho de 100 metros de extensão de um ramal existente de 8 polegadas de diâmetro de gás natural do Sistema de Alta Pressão AP-12, dentro de um terreno de margem da Rodovia Presidente Dutra, ENTRE A RUA CAMINO DA IGREJA NAS PROXIMIDADES DA RODOVIA OUTRA, DIREÇÃO LESTE, RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL, REMANEJAMENTO SERPODECA - SÃO CRISTÓVÃO, Município do RIO DE JANEIRO. Processo nº 5-87603.76250016.

Nº 302185

COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

CNPJ Nº 31.528.118/0001-40

CONCESSÃO DE LICENÇA

COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG, uma pública que possui o Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a LICENÇA DE INSTALAÇÃO LI nº 103/1994, com validade até 28 de março de 2019, que a autoriza para renovação de um trecho de 100 metros de extensão de um ramal existente de 8 polegadas de diâmetro de gás natural do Sistema de Alta Pressão AP-12, dentro de um terreno de margem da Rodovia Presidente Dutra, ENTRE A RUA CAMINO DA IGREJA NAS PROXIMIDADES DA RODOVIA OUTRA, DIREÇÃO LESTE, RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL, REMANEJAMENTO SERPODECA - SÃO CRISTÓVÃO, Município do RIO DE JANEIRO. Processo nº 5-87603.76250016.

GERDAU AÇOS LONGOS S.A.

CNPJ 17.158.701-0001-01 - NIRE 33300275819

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas da GERDAU AÇOS LONGOS S.A. (7) para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a se realizarem, cumulativamente, no dia 23 de abril de 2017, às 19h00min, na sede social da Companhia, na Av. João XXIII, 5.777, Santa Cruz, Rio de Janeiro, RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2016. 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. 3. Eleger os membros do Diretoria, indicar os membros do Comitê Executivo e fixar a remuneração dos Administradores. 4. Deliberar sobre as propostas que versarem as publicações da Sociedade, previstas na Lei nº 6.404/76. 5. Re-eleger a eleição de membro constante do Anexo II da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28/03/2016. 6. Consolidar o Estatuto Social, face às alterações propostas anteriormente. (7) Para provar sua qualidade de acionista, os titulares de ações escritas deverão depositar na sede da Companhia, com antecedência mínima de 48 horas: (i) correspondente expedito pela instituição financeira depositária; (ii) se pessoa física, cópia do documento de identificação e (iii) se pessoa jurídica, cópia do estatuto social, cópia do ato de eleição dos administradores, devidamente registrados no órgão competente, e cópia do documento de identidade do administrador que se faz presente. Se forem representados por procuradores, deverão, igualmente, depositar o respectivo instrumento de subrogação de poderes de representação. Se pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior, todos os documentos deverão ser autenticados e apostilados ou legalizados perante o Consulado brasileiro em seu País de origem. Todos os originais deverão ser autenticados e todos os assinaturas originais mencionadas. Rio de Janeiro-RJ, 10 de abril de 2017. André Bley Garcia Jaramanet - Diretor Presidente.

Nº 302178

ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR

CNPJ (NIF) 42.546.219/0001-07

NIRE Nº 33000138006

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convocamos os Senhores Acionistas da Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR a se reunirem na sede da Empresa, na Rua da Conditor nº 88, 1º andar, Rio de Janeiro - RJ, no dia 27 de abril de 2017, às 10 horas, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE

1. Deliberar sobre alteração do Estatuto Social da Empresa, conforme segue: (i) alteração do art. 26, caput, com vistas a alterar o prazo do mandato dos Conselheiros de Administração e torná-lo unificado, bem como o número de reeleições ao cargo; (ii) alteração do art. 26, caput, com vistas a alterar o prazo do mandato dos Diretores e torná-lo unificado, bem como o número de reeleições ao cargo; (iii) inclusão do § 1º ao art. 26, com vistas a disciplinar que o prazo de gestão da Diretoria se prorroga até a investidura dos novos membros, na forma do art. 195, (4º) da Lei nº 6.404/76; (iv) inclusão dos §§ 2º e 3º ao art. 26, com vistas a adequar o Estatuto Social à Lei nº 10.302/2016 e Decreto nº 7.340/2016; (v) alteração do art. 34, com vistas a alterar o prazo do mandato dos Conselheiros Fiscais e o número de reeleições ao cargo. Lei 6.404/76 art. 26, § 1º e § 2º.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A

Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 05/05/2017. E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D8B27C75665BB4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036661 - 05/05/2017


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

CERÂMICA GUARÁ LTDA - EPP
CNPJ: 25.672.346/0001-40
CONCESSÃO DE LICENÇA

CERÂMICA GUARÁ LTDA - EPP é uma pessoa jurídica que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a LICENÇA DE OPERAÇÃO LO nº 1008817, com validade até 24 de março de 2021, que a autoriza para fabricação de tijolos cerâmicos, sem incorporação de resíduos, na RUA CANO nº 162, ITABUNA, município de ITABUNA, Processo nº: 8.912/14/02303.

R- 2027102

INEB - INSTITUTO NOVA ECONOMIA DO BRASIL
CNPJ (EM CONSTRUÇÃO)
ASSEMBLEIA GERAL

CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL NO DIA 25/05/2017 PARA FUNDADAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS INEB - INSTITUTO NOVA ECONOMIA DO BRASIL, COM SEDE NA CIDADE DE PETROPOLIS, RJ, À RUA WASHINGTON LUIZ Nº 343 - SALAS 8 A 10, CENTRO, NA QUAL FORAM APROVADOS, POR UNANIMIDADE, A INDICAÇÃO DA DIRETORIA, DO CONSELHO FISCAL, O ESTATUTO E O REGIMENTO INTERNO

R- 2027107

GERDAU AÇOS LONGOS S.A.
CNPJ 07.358.781/0001-45 - NIRE 33300275819
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO

Convidamos os Senhores Ações da GERDAU AÇOS LONGOS S.A. (GAL) para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada, cumulativamente, no dia 25 de abril de 2017, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Av. João XXIII, 6.777 Santa Cruz, Rio de Janeiro, RJ, a fim de deliberarem sobre o seguinte ordem do dia: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar o balanço e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2016; 2. Deliberar sobre a distribuição do lucro líquido do exercício e a distribuição de resultados; 3. Eleger os membros da Diretoria, avaliar os membros do Comitê Executivo e fixar a remuneração dos Administradores; 4. Deliberar sobre as propostas que recaem na publicação da Sociedade, previstas no Lei nº 6.406/76; 5. Re-eleger o relator do relatório constante do Anexo I da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29/03/2016; 6. Convidar a Gerdau Social, para as alterações propostas anteriormente; 7. Para prover sua qualidade de adquirente, os titulares de ações estruturais deverão depositar, na sede da Companhia, com antecedência mínima de 48 horas: (i) comprovante expedido pela Instituição financeira depositária; (ii) se pessoa física, cópia do documento de identidade; e (iii) se pessoa jurídica, cópia de estatuto social, cópia de ata de eleição dos administradores, devidamente registrada na opção competente, e cópia de documento de identidade do administrador que se fará presente. Se houver representação por procuração, deverá, igualmente, apresentar o respectivo instrumento de outorga de poderes de representação. Se pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior, todos os documentos deverão ser autenticados e apostilados ou legalizados perante o Consulado brasileiro em seu País de origem. Todos os custos deverão ser autorizados e todos os atos legais originários reconhecidos. Rio de Janeiro-RJ, 10 de abril de 2017. André Gier Gerdau Junior - Diretor Presidente.

+ +

R- 2027110

12º REGISTRO DE MÓVEIS DO RIO DE JANEIRO
CNPJ 25.655.600/0001-29

EDITAL SÉRGIO ÁVILA DÓRIA MARTINS, OFICIAL DO DÉCIMO SEGUNDO OFÍCIO DE REGISTRO DE MÓVEIS DO RIO DE JANEIRO

dos administradores da Companhia para o exercício de 2017; (v) Atualização do art. 9º do EPP para refletir adequadamente o valor atual da Capital Social da Companhia; (vi) Alteração dos arts. 12 e 19 do EPP, de forma a deixar clara a possibilidade de se realizar, respectivamente, Assembleia Geral e reuniões do Conselho Fiscal de forma não presencial; (vii) Consolidação do Estatuto Social da Companhia. Os documentos pertencentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia. O acionista poderá ser representado na Assembleia por seu representante legal ou por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado. As pessoas que comparecerem à Assembleia deverão apresentar documento hábil de identidade. Na representação de natureza pessoal jurídica, deverá ser também apresentado os documentos comprobatórios dos respectivos poderes (inclusive poderes para outorga de procurações, se for o caso). Rio de Janeiro, 12/04/2017. Luis Henrique Cota de Saes e Sá Guimarães - Presidente do Conselho de Administração.

R- 2027104

ELETROPAR PARTICIPAÇÕES S.A. - ELETROPAR
CONFERÊNCIA ABERTA
CNPJ 21.144.710/0001-71 NIRE 333011221
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Ações da Eletropar Participações S.A. - ELETROPAR a se reunirem na sede da Companhia, à Avenida Marechal Floriano nº 19, 1º andar, Sala 1.501, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, no dia 26 de abril de 2017, às 11 horas, em Assembleia Geral Extraordinária, e ao seu término, em Assembleia Geral Ordinária, para deliberarem sobre o seguinte ordem do dia:

Em Assembleia Geral Extraordinária: 1. Deliberar sobre a reforma do estatuto social da Companhia, com vistas a adequar o estatuto social a Lei nº 13.303/2016 e ao Decreto nº 8.945/2016, alterando o art. 16, caput, § 6º, e incluindo nos §§ 7º a 8º; alterando o art. 26, caput, e incluindo nos §§ 1º, 2º, 3º e 4º; alterando o art. 27, caput, e incluindo nos §§ 1º a 2º. A reforma contempla ainda o prazo de mandato dos conselheiros de administração e o número de reconduções ao cargo, e altera o prazo de mandato dos diretores e o número de reconduções ao cargo, com a finalidade de tornar unificadas as mandatos das administrações, bem como de estabelecer que o prazo de pedido das reconduções ao cargo não a invalidez dos novos membros. Alterar também o prazo de mandato dos conselheiros sociais e o número de reconduções ao cargo.

Em Assembleia Geral Ordinária: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas de relatório dos auditores independentes e de Parecer de Conselho Fiscal, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016; 2. Deliberar sobre a proposta da administração da Companhia para distribuição do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos aos acionistas; 3. Eleger os membros do Conselho de Administração e designar dentre os membros eleitos, o Presidente; 4. Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes; 5. Fixar a remuneração global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal.

O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral (a) se pessoa natural, por procurador constituído há menos de 1 ano (que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado regularmente inscrito nos quadros do Ordem dos Advogados do Brasil), (b) se pessoa jurídica, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro, (c) se fundo de investimento, pelo seu administrador eleito, pelo, ou outro, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro, em conformidade com o artigo 1.326, §1º da Lei nº

em conformidade com o compromisso firmado em 29/04/1995, sob pena e decurso o prazo legal de 10 (dez) dias, serem os mesmos rescindidos e cancelados a averbação respectiva, a forma do artigo 14, § 9º, do Decreto nº 3079, de 15/09/1938. Rio de Janeiro, 31 de novembro de 2016. SÉRGIO ÁVILA DÓRIA MARTINS - OFICIAL - Mat. 95-301.

R- 2027111

12º REGISTRO DE MÓVEIS DO RIO DE JANEIRO
CNPJ 21.355.600/0001-29

EDITAL SÉRGIO ÁVILA DÓRIA MARTINS, OFICIAL DO DÉCIMO SEGUNDO OFÍCIO DE REGISTRO DE MÓVEIS DO RIO DE JANEIRO, atendendo ao que me foi requerido pelo Escritório de Salmir Hanna Alzugur, vale ao representante por sua inventariedade MARIA HELENA ALVES ALZUGUR, brasileira, solteira, advogada, residente à Rua Raimundo Correia nº 38, apto. 702, Copacabana/RJ, RG nº 2.580.366, de 26/02/1975, e inscrita no CPF nº 590.521.587-90, por seu procurador, Roberto da Costa Alzugur, inscrito o senhor OSVALDO PASSÃO, brasileiro, casado, residente na Rua de Mariz, nº 65, São João de Mariz/RJ, a vir e esta cartório, na Avenida Maria Teresa, nº 260, Campo Grande/RJ, para pagar e reportar o valor das prestações em atraso, devidas pelo campo de terreno designado por lote 52, da quadra 18, da Rua Projétila "G", PAL. 19-788, Campo Grande/RJ, em conformidade com o compromisso firmado em 15/12/1995, sob pena e decurso o prazo legal de 10 (dez) dias, serem os mesmos rescindidos e cancelados a averbação respectiva, a forma do artigo 14, § 9º, do Decreto nº 3079, de 15/09/1938. Rio de Janeiro, 01 de novembro de 2016. SÉRGIO ÁVILA DÓRIA MARTINS - OFICIAL - Mat. 95-301.

R- 2027114

12º REGISTRO DE MÓVEIS DO RIO DE JANEIRO
CNPJ 21.355.600/0001-29

EDITAL SÉRGIO ÁVILA DÓRIA MARTINS, OFICIAL DO DÉCIMO SEGUNDO OFÍCIO DE REGISTRO DE MÓVEIS DO RIO DE JANEIRO, atendendo ao que me foi requerido pelo Escritório de Salmir Hanna Alzugur, vale ao representante por sua inventariedade MARIA HELENA ALVES ALZUGUR, brasileira, solteira, advogada, residente à Rua Raimundo Correia nº 38, apto. 702, Copacabana/RJ, RG nº 2.580.366, de 26/02/1975, e inscrita no CPF nº 590.521.587-90, por seu procurador, Roberto da Costa Alzugur, inscrito o senhor JOÃO BAPTISTA DE SOUZA NEVES, brasileiro, casado, brasileiro, residente na Rua Pereira Nunes, nº 254, Vila Isabel, Rio de Janeiro/RJ, a vir e esta cartório, na Avenida Maria Teresa, nº 260, Campo Grande/RJ, para pagar a importância referente as prestações em atraso, devidas pelo campo de terreno designado por lote 5, da quadra 7, da Rua Projétila "G", PAL. 19-788, Campo Grande/RJ, em conformidade com o compromisso firmado em 24/08/1995, sob pena e decurso o prazo legal de 10 (dez) dias, serem os mesmos rescindidos e cancelados a averbação respectiva, a forma do artigo 14, § 9º, do Decreto nº 3079, de 15/09/1938. Rio de Janeiro, 18 de novembro de 2016. SÉRGIO ÁVILA DÓRIA MARTINS - OFICIAL - Mat. 95-301.

R- 2027117

PARQUES TEMÁTICOS S/A

CNPJ Nº 00.083.746/0001-45 - NIRE Nº 33.300.159.984

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO. Ficam os Senhores Ações da PARQUES TEMÁTICOS S/A, convocados a comparecerem à Sede Social da companhia na Av. José Silveira de Azevedo nº 100, Sala de Juntas, Rio de Janeiro, no dia 25 de abril de 2017 às 14:00 hs, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Examinar, discutir e votar: 1 - As contas e relatório de Administração da companhia; 2 - As Demonstrações Financeiras, relativas ao Exercício social, findo em 31/12/2016, que foram publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 24 de março de 2017.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765663C1D4EC6DB27C758658B4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017

Bernardo F. S. Benavente
Secretário Geral



346

DIÁRIO OFICIAL

ANO XLII - Nº 08 - PARTE V
SEGUNDA-FEIRA - 17 DE ABRIL DE 2017

87

PUBLICAÇÕES A PEDIDO

do balanço e demais demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2016 (acompanhadas ao Relatório de Administração, Parecer dos Auditores Independentes e demais documentos); 2) Eleição dos Conselheiros de Administração para o biênio de 2017/2018; 3) Tarcísio Bastos Cunha e Bríllio Ernesto da Oliveira; 3) Parecer do Conselho Fiscal com mandato de 1 ano; 4) João Teodoro de Rezende; 4) Parecer da remuneração dos Administradores e dos membros efetivos do Conselho Fiscal; 5) Parecer do Conselho de Administração sobre a proposta de alteração da Lei nº 8.447/93, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016; Rio de Janeiro, 17 de abril de 2017. Carlos Henrique Silva Salas - Presidente Interno.

ONCOCLINICA CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLÓGICO S.A.
CNPJ nº 10.124.001-34 - NIRE 33300190-5

AVISO AOS AÇÕES: Constatamos, nos Setores Ações e de Administração, a sua disponibilidade, na sede social da Companhia, situada na Rua Siqueira Campos, nº 13, 1º andar e nos salos 502 e 503, 701 e 702, 801, 804, 805 e 806, sobre os documentos a que se refere o Artigo 131 da Lei nº 8.447/93, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016; Rio de Janeiro, 17 de abril de 2017. Luis Roberto Nogueira de Almeida - Diretor.

Companhia, localizada na Av. das Américas nº. 3443, bloco 3, lojas 108, 102 e 105, Condomínio América Corporate, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da AGD. Rio de Janeiro, 11 de Abril de 2017.

Antonio José de Almeida Carneiro
Presidente do Conselho de Administração

M: 332981

NORTEC QUÍMICA S.A.

CNPJ 29.951.962/0001-57 - NIRE 333.002786-7

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - Convocação: Foram convocados os Srs. Ações e a se reunirem em AGD e a ser realizada no dia 14 de maio de 2017, na sede social da Cia, na Rua 17 nº 203, bairro de Marquês, Arinim, Duque de Caxias/RJ, a fim de deliberar e aprovar o Relatório de Administração, Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2016, acompanhado do parecer dos auditores independentes; 1) destinação do resultado líquido do exercício social encerrado em 31/12/2016 e distribuição de dividendos obrigatórios; 2) eleição dos membros do Conselho de Administração; 3) determinação da remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e do Diretor da Cia; 4) alteração da redação do Art. 2º do Estatuto Social da Cia para refletir que a sede da Cia está localizada no bairro de Marquês, dentro de Arinim, Município de Duque de Caxias/RJ; 5) aumento do capital social da Cia com a consequente alteração no estatuto do Art. 9º do Estatuto Social; 6) previsão de que o Diretor seja formado por até 2 Diretores Vice-Presidentes e mudança de nomenclatura do cargo de Diretor Superintendente para Diretor Presidente, com a consequente alteração no estatuto do Art. 26, 30, 31 e 32 do Estatuto Social da Cia; e 7) aprovação do Estatuto Social da Cia. Duque de Caxias, 13/04/2017. Alberto Rony Nasser - Presidente do Conselho de Administração

M: 332982

GERDAU AÇOS LONGOS S.A.

CNPJ 07.158.701/0001-48 - NIRE 33300375-9

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO

Constatamos, nos Setores Ações e de Administração, a sua disponibilidade, na sede social da Companhia, situada na Av. João Moniz, 6.777, Santa Cruz, Rio de Janeiro, RJ, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Tornar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2016; 2) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de resultados; 3) Eleger os membros do Conselho; 4) Indicar os membros do Comitê Executivo e 5) sobre a remuneração dos Administradores; 6) Deliberar sobre os pontos que versarão as publicações da Sociedade, previstas na Lei nº 8.447/93; 7) Revisitar a redação de todos os artigos do Anexo II da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18/03/2015; 8) Conselho e Estatuto Social, face às alterações propostas anteriormente.

CEMEPE INVESTIMENTOS S.A. (Companhia Aberta)

CNPJ nº 03.021.968/0001-72 - NIRE nº 33.3.061332-4

Edital de Convocação: Foram os Srs. Ações convidados para a AGD que se realizará no dia 25/04/17, às 10:30 horas, na sede social da Cia, situada à Praça Tridências, 11, 6104, Pira, Centro/RJ, a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Deliberar, discutir e aprovar o Relatório de Administração, Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores Externos relativos ao exercício final em 31/12/16; b) Deliberar, discutir e aprovar a destinação do lucro líquido do exercício social final em 31/12/16; e c) Fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e do Diretor da Cia. Desagregações Gerais: A Cia. informa a seus acionistas que os seguintes documentos foram publicados em 20/03/2017, nos jornais "Diário Commercial", "Diário" e "Diário da Manhã" (DCI) e no "DOERJ": (i) Relatório de Administração; (ii) Demonstrações Financeiras e (iii) Parecer dos Auditores Externos. Os documentos referentes às matérias acima mencionadas e demais previstas na Instrução CVM 481/09 foram apresentados à CVM por meio do Sistema EmpresasNET em 30/03/17, e encontram-se a disposição dos Ações na sede da Cia, bem como disponíveis nos sites da Cia: www.cempe.com.br, da B3/BF3/BF3ESPA S.A. (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br), assim como quaisquer informações.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C756658B4B1C1EEA47F2FE5874C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036631 - 05/05/2017

Bernardo F. S. Barwanger
Secretário Geral

GERDAU AÇOS LONGOS S.A.
CNPJ nº 07.358.761/0001-69
NIRE nº 33300275819

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NA SEDE SOCIAL, NO RIO DE JANEIRO, RJ, NA AV. JOÃO XXIII, 6.777, SANTA CRUZ, EM 13 DE JULHO DE 2018, ÀS 16h00min.

1. A assembleia foi convocada através de editais publicados nos dias 04, 05 e 06 de julho de 2018, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (respectivamente nas páginas 13, 10 e 12) e no Valor Econômico Edição Regional Rio de Janeiro (respectivamente nas páginas E2, E2 e E4), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Destituição de membro da Diretoria.
2. Estavam presentes acionistas representando a maioria do capital social. Os trabalhos foram abertos pelo Diretor André Brickmann Areno que, eleito para presidi-los, convidou a mim, Otávio Augusto Trois de Miranda, para secretário.
3. A Assembleia Geral Extraordinária, por unanimidade, deliberou destituir, à data de 13/07/2018, o Diretor Vice-Presidente Francisco Deppermann Fortes, em razão de sua aposentadoria, dando por encerrado o contrato do diretor e reputando extinto o respectivo vínculo trabalhista com a Companhia.
4. Nada mais foi tratado.

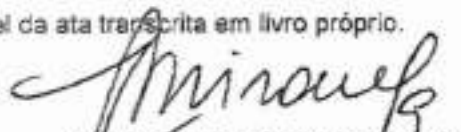
Rio de Janeiro, 13 de julho de 2018.

Mesa: André Brickmann Areno (Presidente da Assembleia); Otávio Augusto Trois de Miranda (Secretário da Assembleia); Acionista GERDAU S.A. representada por Otávio Augusto Trois de Miranda.

Declaração

Declaramos, que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio.


André Brickmann Areno
Presidente


Otávio Augusto Trois de Miranda
Secretário e Advogado
OAB/RS nº 23.728

ASSO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

PROTOCOLO DE TRANSMISSÃO DA FCPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

CÓDIGO DE ACESSO
RJ.84.24.03.02 - 07.358.761.000.169

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)
GERDAU ACOS LONGOS S.A.Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ
07.358.761/0001-69

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

Quadro de Sócios e Administradores - QSA

03. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

NOME
HARLEY LORENTZ SCARDOELLICPF
447.421.500-15

LOCAL

DATA

24/07/2018

04. CÓDIGO DE CONTROLE DO CERTIFICADO DIGITAL

Este documento foi assinado com o Certificado digital do NI: 447.421.500-15

Aprovado pela Instrução Normativa nº 1.834, de 05 de maio de 2016

Preparar Página
para impressão



WILLIAM FREIRE
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Doc.3 – Procuração



Livro:- 5.102 – Páginas 235/238

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZEM:

GERDAU AÇOS LONGOS S.A e outras

226383

SAIBAM QUANTOS virem, este público instrumento que, no ano de dois mil e dezenove (2.019), aos 27 (vinte e sete) dias do mês de FEVEREIRO, nesta cidade de São Paulo, Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, neste Cartório, perante mim escrevente, compareceram como outorgantes: **GERDAU AÇOS LONGOS S.A.**, com sede na Av. João XXIII, nº 6777, Santa Cruz, Rio de Janeiro, RJ, CNP nº 07.358.761/0001-69, NIRE 33300275819, com seu estatuto social consolidado, aprovado pelas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 20/04/2017, registrada na JUCERJA – Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro nº 00003036881 em 05/05/2017, da qual cópia autenticada, fica arquivada nestas notas, em pasta própria, sob nº 040/18 e alteração estatutária, aprovada pelas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 27/04/2018, registrada na JUCERJA – Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro nº 00003209421 em 08/06/2018, da qual cópia autenticada, fica arquivada nestas notas, em pasta própria, sob nº 164/19; neste ato de acordo com o artigo 14º - parágrafo 4º de sua alteração estatutária, representada por seus Diretores: Sr. **CESAR OBINO DA ROSA PERES**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 83087528 SSP/PR, CPF nº 346.819.490-00 e Sr. **FLADIMIR BATISTA LOPES GAUTO**, brasileiro, viúvo, administrador de empresas, RG nº 8020206317 SSP/RS, CPF nº 352.524.130-53, ambos residentes e domiciliados em Barueri, SP, eleitos através da Assembleia Geral Ordinária, realizada, em 27/04/2018, registrada na JUCERJA - Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob nº 00003209421, em 08/06/2018, acima mencionada. Os representantes legais da outorgante declaram sob as penas da lei, não haver alterações estatutárias, posteriores aos seus atos societários acima citados; **GERDAU AÇOMINAS S.A.**, com sede em Ouro Branco - MG, na Rodovia MG 443, Km 07, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.227.422/0001-05, NIRE 31300036677, com seu estatuto social consolidado, aprovado pela Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, realizadas em 27/04/2018, registrada na JUCEMG – Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob nº 6878381, em 04/06/2018, da qual cópia autenticada, fica arquivada nestas notas, em pasta própria, sob nº 822/18; neste ato de acordo com o artigo 19º - parágrafo 4º - letra "a" de seu estatuto social, representada por seus Diretores: Sr. **CESAR OBINO DA ROSA PERES**, (acima qualificado) e Sr. **FLADIMIR BATISTA LOPES GAUTO**, (acima qualificado); eleitos através das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, realizada em 27/04/2018, acima mencionada. Os representantes legais da outorgante declaram sob as penas da lei, não haver alterações estatutárias, posteriores aos seus atos societários acima citados; **GERDAU S.A.**, com sede na Av. das Nações Unidas nº 8.501 - 8º andar - conjunto 02 - Bairro Pinheiros - CEP 05425-070, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.611.500/0001-19, NIRE 35300520696, com seu estatuto social consolidado, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 20/04/2018, registrada na JUCERJA – Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob nº 00003186651, em 27/04/2018 e na JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 35300520696, em 28/08/2018, do qual cópia fica arquivada nestas notas sob nº 163/19; neste ato de acordo com o artigo 12º - parágrafo 4º - letra "a" de seu estatuto social, representada por seus Diretores: Sr. Sr. **CESAR OBINO DA ROSA PERES**, (acima qualificado) e Sr. **FLADIMIR BATISTA LOPES GAUTO**, (acima qualificado), residentes e domiciliados nesta Capital; eleitos através da Reunião do Conselho de Administração, realizada em 08/05/2018, registrada na JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 508.287/18-2, em 23/10/2018, da qual cópia está arquivada nestas notas, juntamente com seu estatuto social acima mencionado. Os representantes legais da outorgante declaram sob as penas da lei, não haver alterações estatutárias, posteriores aos seus atos societários acima citados; **METALÚRGICA GERDAU S.A.**, com sede na Av. das Nações Unidas nº 8.501 - 8º andar - conjunto 1 - parte - Bairro Pinheiros - CEP 05425-070, inscrita no CNPJ/MF sob nº 92.690.783/0001-09, NIRE 35300520751, com seu



10982602423218.000674728-5

P-28544 R 009728

RUA PRINCESA ISABEL 363 BROOKLIN PAULISTA
SÃO PAULO SP CEP 04501-001
FONE/FAX: 11-50417622



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

estatuto social consolidado, aprovado pelas Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária, realizadas em 23/04/2018, registrada na JUCERGS - Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob nº 4782379, em 28/06/2018 e na JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 3530052075-1, em 29/08/2018, da qual cópia autenticada, fica arquivada nestas notas, em pasta própria, sob nº 166/19; neste ato de acordo com o artigo 13º - parágrafo 18º de seu estatuto social, representada por seus Diretores: Sr. CESAR OBINO DA ROSA PERES, (acima qualificado) e Sr. FLADIMIR BATISTA LOPES GAUTO, (acima qualificado), residentes e domiciliados nesta Capital, eleitos através da Reunião do Conselho de Administração, realizada em 08/05/2018, registrada na JUCESP sob nº 508.285/18-9, em 23/10/2018, da qual cópia fica arquivada nestas notas, juntamente com seu estatuto social acima mencionado. Os representantes legais das outorgantes declaram sob as penas da lei, não haver alterações estatutárias, posteriores aos seus atos societários acima citados; **FUNDAÇÃO GERDAU**, com sede em Porto Alegre, RS, na Av. Farrapos, nº 1.811, Floresta, CNPJ nº 92.678.473/0001-60, com seu estatuto social consolidado, aprovado pela Ata de Reunião do Conselho de Supervisão, realizada em 01/10/2007, registrado no 1º Serviço de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Porto Alegre - RS sob nº 1567743, da qual cópia autenticada, fica arquivada nestas notas, em pasta própria, sob nº 254/18; neste ato de acordo com o artigo 16º - parágrafo 3º de seu estatuto social, representada por seus Diretores: Sr. FLADIMIR BATISTA LOPES GAUTO, (acima qualificado) e Sra. ALBERTINA MARIA MELO DE OLIVEIRA, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da cédula de identidade RG nº M 4203172 SSP/MG e inscrita no CPF/MF sob nº 592.258.666-15, ambos com escritório nesta Capital, eleitos através da Reunião do Conselho de Supervisão, realizada em 22/03/2018, registrada no 1º Serviço de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Porto Alegre - RS sob nº 103649, em 29/05/2018, da qual cópia fica arquivada nestas notas sob nº 165/19. Os representantes legais da outorgante declaram sob as penas da lei, não haver alterações estatutárias, posteriores aos seus atos societários acima citados; Ana Carolina Xavier de Moraes Borba, brasileira, solteira, advogada, OAB/PE nº 31.395, CPF nº 049.004.014-47, com escritório profissional em Recife, PE, na Rodovia BR 232, Km 12,7, Distrito Industrial do Curado, CEP 50950-000; Ana Cláudia Carvalho Floriano, brasileira, solteira, OAB/MG nº 143.062, CPF nº 090.292.616-09, com escritório profissional em Contagem, MG, na BR-381, nº 1575, bairro Bandeirantes, CEP 32240-090; Bianca Stella Piacentini Baruffaldi, brasileira, solteira, advogada, OAB/SP sob o nº 288.493, CPF 007.996.510-52, com escritório profissional em São Paulo, SP, na Av. Das Nações Unidas, nº 8.501, 6º andar, Pinheiros, CEP 05425-070; Fabiano Faria Maia, brasileiro, casado, advogado, OAB/MG nº 90.451, CPF nº 042.372.986-12, com escritório profissional em São Paulo, SP, na Av. Das Nações Unidas, nº 8.501, 6º andar, Pinheiros, CEP 05425-070; Fábio Eduardo de Pieri Spina, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/SP nº 134972, CPF nº 153.084.478-96, com escritório profissional em São Paulo, SP, na Av. Das Nações Unidas, nº 8.501, 6º andar, Pinheiros, CEP 05425-070; Fernanda Alckmin Fernandes Claudino, brasileira, solteira, advogada, OAB/SP nº 309.634, CPF nº 329.411.748-50, com escritório profissional em São Paulo, SP, na Av. Das Nações Unidas, nº 8.501, 6º andar, Pinheiros, CEP 05425-070; Fernanda Pedreira Ribeiro, brasileira, solteira, advogada, OAB/RS nº 104.573, CPF nº 024.170.160-01, com escritório profissional em Sapucaia do Sul, na Avenida Borges de Medeiros, nº 650, Bairro Colonial, CEP 93212-110; Fernanda Santana de Souza, brasileira, solteira, advogada, OAB/MG nº 177.482, CPF nº 089.611.476-76, com escritório profissional em Contagem, MG, na BR-381, nº 1.575, Bandeirantes, CEP 32240-090; Gustavo Querotti e Silva, brasileiro, casado, advogado, OAB/RS nº 60.635, CPF nº 928.036.870-20, com escritório profissional em Sapucaia do Sul, RS, na Avenida Borges de Medeiros, 650, Bairro Colonial, CEP 93212-110; Flávia Renata Rodrigues da Costa Mariano, brasileira, casada, advogada, OAB/MG nº 131.517, CPF nº 081.865.796-70, com escritório profissional em Ouro Branco, MG, na Rodovia MG 443, Km 7, Fazenda do Cadete, CEP 36420-000; Gabriela Gonçalves de Oliveira e Souza Stenger, brasileira, casada, advogada, OAB/SP nº 252.854, CPF nº 307.945.638-64, com escritório profissional em São Paulo, SP, na Av. Das Nações Unidas, nº 8.501, 6º andar, Pinheiros, CEP 05425-070; João Paulo Gomes e

Prof. Flávia Renata Rodrigues da Costa Mariano

13º TABELÃO DE NOTAS
DISTRITO DE CAMPO BELO
SÃO PAULO - SP
COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO
TABELÃO AVELINO LUIS MARQUES



Cordeiro, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/MG nº 122.823, CPF nº 067.358.116-07, com escritório profissional em Contagem, MG, na BR-381, nº 1.575, Bandeirantes, CEP 32240-090; Leila Silva Leão, brasileira, casada, advogada, OAB/MG nº 119.461, CPF nº 069.921.246-41, com escritório profissional em São Paulo, SP, na Av. Das Nações Unidas, nº 8.501, 8º andar, Pinheiros, CEP 05425-070; Leonardo Silva Barbosa, brasileiro, divorciado, advogado, OAB/MG nº 112.637, CPF nº 043.387.976-90, com escritório profissional em Ouro Branco, MG, na Rodovia MG 443, Km 7, Fazenda do Cadete, CEP 36420-000; Luciana das Graças dos Santos, brasileira, solteira, advogada, OAB/MG nº 114.332, CPF nº 057.804.246-08, com escritório profissional em São Paulo, SP, na Av. Das Nações Unidas, nº 8.501, 6º andar, Pinheiros, CEP 05425-070; Maria Luiza Braga Do Espírito Santo, brasileira, solteira, advogada, OAB/MG nº 147.231, CPF nº 099.023.946-20, com escritório profissional em São Paulo, SP, na Av. Das Nações Unidas, nº 8.501, 6º andar, Pinheiros, CEP 05425-070; Marina Duarte Teixeira Romanelli, brasileira, solteira, OAB/MG nº 184.716, CPF nº 124.694.526-60, com escritório profissional em Contagem, MG, na BR-381, nº 1575, bairro Bandeirantes, CEP 32240-090; Otávio Augusto Trois de Miranda, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/RS nº 23.728, CPF nº 536.393.160-53, com escritório profissional em São Paulo, SP, na Av. Das Nações Unidas, nº 8.501, 6º andar, Pinheiros, CEP 05425-070; Paloma Pasqualina Colombo, brasileira, casada, advogada, OAB/RS nº 75.565, CPF nº 836.939.120-68, com escritório profissional em Sapucaia do Sul, RS, na Av. Borges de Medeiros, nº 650, Colonial, CEP 93212-110; Rafael Lebensold, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/SP nº 261.138, CPF nº 313.927.248-05, com escritório profissional em São Paulo, SP, na Av. Das Nações Unidas, nº 8.501, 6º andar, Pinheiros, CEP 05425-070; Raquel de Melo Vieira, brasileira, casada, advogada, OAB/MG nº 83.252, CPF nº 032.145.216-08, com escritório profissional em Contagem, MG, na BR-381, nº 1.575, Bandeirantes, CEP 32240-090; Thales Baleeiro Teixeira, brasileiro, divorciado, advogado, OAB/SP nº 113.542, CPF nº 088.514.258-05, com escritório profissional em São Paulo, SP, na Av. Das Nações Unidas, nº 8.501, 6º andar, Pinheiros, CEP 05425-070. **PODERES:** Para o foro em geral, "ad e extra judicium", para agirem em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação, propondo e contestando ações, execuções, mandados de segurança, ingressos em ações rescisórias e demais procedimentos, inclusive processos administrativos, impugnar autos de infração, requerer falências e declarações de insolvência, habilitar-se em concordatas, falências e concurso de credores, representando a(s) OUTORGANTE(s) em assembleias de credores; nomear preposto para representar a(s) Outorgante(s); requerer e se fazer representar em ações de inventário e partilha, podendo aceitar encargos de inventariante, assinando os respectivos compromissos, acompanhando tais processos até seu final; excepcionar, representar a(s) OUTORGANTE(s) criminalmente, arguir suspeições, defender em todos os seus negócios e interesses em qualquer juízo ou instância, inclusive em conselhos de contribuintes; receber e dar quitação, transigir, acordar e desistir; podendo ainda, celebrar escrituras públicas de constituição de garantias em favor da(s) OUTORGANTE(s), ou de recebimento, por estes, de bens dados em pagamento, bem como, representá-los perante autoridades policiais, podendo apresentar queixa ou notícia crime, perante Ministério Público e demais órgãos públicos federais, estaduais e municipais, suas autarquias, empresas públicas e privadas, estabelecimentos da rede bancária e outros, assinando e requerendo em todos os assuntos de interesse dos outorgantes, representando ainda, perante qualquer agência da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, com a finalidade de levantar alvarás judiciais; podendo receber e dar quitação, e tudo o mais praticar para o fiel desempenho da presente outorga de poderes de representação, inclusive substabelecer com reserva. A presente procuração será válida até 01 de março de 2020, exceto quando acostada a autos processuais, hipótese em que sua vigência será prorrogada por prazo indeterminado, até a conclusão dos referidos processos. De como assim o disse dou fé pedi e lhe lavrei o presente instrumento, que feito e lhe sendo lido em voz alta, pausada e clara, foi achado conforme, outorga aceita e assina. Ao Tabelião: R\$ 269,90, Estado: R\$ 76,76, Sec. Faz.: R\$ 52,48, ISS: R\$ 5,76, M.P: R\$ 12,96, R.Civil: R\$ 14,20, Tribunal: R\$ 18,52, Sta. Casa: R\$ 2,70, Total: R\$ 453,22 SELO DIGITAL



10982602423218.000674729-3

P.03844 IL909728

RUA PRINCESA ISABEL 363 BROOKLIN PAULISTA
SÃO PAULO SP CEP 04601-001
FONE/FAX: 11-30417622



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

Nº 1112031PR022638327021919X A confirmação da lavratura e da cobrança deste ato poderão ser verificadas após 24hs no site: <https://selodigital.tisp.jus.br> mediante a informação do código QR Code abaixo ou pelo número do selo digital. Eu, JOSÉ ROBERTO PAULO, escrevente, a escrevi. EU, HELEN FERNANDA DA SILVA MARQUES, Substituta a subscrevo. (aa) CESAR OBINO DA ROSA ERES / FLADIMIR BATISTA LOPES GAUTO / ALBERTINA MARIA MELO DE OLIVEIRA / HELEN FERNANDA DA SILVA MARQUES (Os emolumentos devidos pela presente, serão pagos por verba estadual, dentro do prazo legal). NADA MAIS, dou fé. Traslada em seguida. Eu, *[assinatura]*, a conferi, subscrevo e assino em público e raso.

Em testemunho *[assinatura]* da verdade.



139 Tabelião de Notas
do Capital - SP
HELEN FERNANDA DA SILVA MARQUES
SUBSTITUTA DO TABELIÃO
Rua Primavera Isabel, 363 - São Paulo - SP

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reservas, os poderes que me foram por **GERDAU S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 33.611.500/0001-19, com sede na Avenida das Nações Unidas, 8.501 – 8º andar, bairro Pinheiros, São Paulo/SP; e **GERDAU AÇOS LONGOS S.A.**, inscrita no CNPJ nº 07.358.761/0001-69, com sede na Avenida João XXIII, nº 6777, bairro Santa Cruz, Rio de Janeiro/RJ; e **GERDAU AÇOMINAS S.A.**, inscrita sob o CNPJ nº 17.227.422/0001-05, com sede na Rodovia 443, Km 07, Fazenda do Cadete, Ouro Branco/MG; aos advogados **WILLIAM EDUARDO FREIRE OAB/MG 47.727**, **TIAGO DE MATTOS SILVA OAB/MG 110.293**, **BRUNO FREIRE MAIA RODRIGUES COSTA OAB/MG 110.850**, **MARCELO AZEVEDO OAB/MG 130.790**, **PAULO HONÓRIO DE CASTRO JÚNIOR OAB/MG 140.220**, **ANA MARIA DAMASCENO DE CARVALHO FARIA OAB/MG 157.554**, **DANILO RESENDE SOARES OAB/MG 173.595**, **ENRIQUE DE CASTRO LOUREIRO PINTO OAB/MG 188.358**, **ISABELA CAMILA DA CUNHA OAB/MG 179.329**, **JESSICA RUBIALE BATISTA OAB/MG 169.454**, **JOÃO PAULO SANTAROSA DE ARAUJO AYRES OAB/MG 134.576**, **LUCIANA DE ALMEIDA GOMEZ OAB/MG 150.038**, **MARIA LUIZA TAVARES DE ALMEIDA OAB/MG 186.307**, **MARIANA JEANNERET MOURÃO OAB/MG 137.610**, **NATHÁLIA GIULIANA JANUÁRIO DE ANDRADE PORTUGAL OAB/MG 182.457**, **RODRIGO HENRIQUE PIRES OAB/MG 143.096** e **THIAGO PASSOS DE CASTRO E SANTOS OAB/MG 192.450**, todos integrantes do Escritório **WILLIAM FREIRE - ADVOGADOS ASSOCIADOS**, registrado na OAB sob o nº 394, com sede na Rua Paraíba, 476, 4º andar, Bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG, para o foro geral, com cláusula *ad iudicia et extra*, para atuar, juntos ou separadamente, enquanto integrantes do escritório supracitado, em qualquer órgão administrativo federal, estadual ou municipal em que tramitem **Notificações, Autos de Infração, Procedimentos e/ou Processos Administrativos em geral** que possuam a empresa como parte, para que procedam todos os atos necessários à defesa dos direitos e interesses do outorgante em qualquer foro ou instância que se fizer necessário, compreendendo os poderes para substabelecer.

Contagem, MG, 10 de abril de 2019.


MARINA DUARTE TEIXEIRA ROMANELI
OAB/MG 184.716



WILLIAM FREIRE
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Doc. 4 – Extrato de publicação da decisão de arquivamento – 02/11



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Regularização Ambiental
Supram Norte de Minas

PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DE MINAS GERAIS

DIÁRIO DO EXECUTIVO

DATA: 03/11/2019

PÁGINA: 11

O Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM torna público o arquivamento do processo abaixo identificado: 1) Renovação de Licença de Operação: *Gerdau Aços Longos S.A./ Fazendas Riacho dos Porcos e Vale das Embaúbas I e II - Silvicultura e produção de carvão vegetal, oriunda de floresta plantada - Rio Pardo de Minas/MG - PA/Nº 03621/2005/007/2015 - Classe 5. Motivo: Apresentação insatisfatória de informações complementares. (a) Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto, Secretário Executivo do COPAM.



WILLIAM FREIRE
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Doc. 5 – Comprovante de pagamento de taxa de expediente



SECRETARIA DE ESTADO DE
FAZENDA DE MINAS GERAIS

Comprovante de Pagamento das Receitas Estaduais

Nome
GERDAU ACOS LONGOS S.A.

Endereço

Município
RIO PARDO DE MINAS

UF
MG

Telefone

Data do Vencimento
27/11/2019

Data do Pagamento
27/11/2019

Tipo de Identificação

Número Identificação

CNPJ

07.358.761/0124-18

Código Municipal (para produtor rural e não inscrito)
555

Mês/Ano de Referência
11/2019

Nº Documento (autuação, dívida ativa e parcelamento)
4330051298448

Histórico

Órgão: SECRETARIA ESTADO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

Serviço: ANALISE DE RECURSO INTERPOSTO - INDEFERIMENTO LICENCA

Valores pagos

1091-E - TAXA DE EXPEDIENTE - SEMAD Valor: 538,98

Informações

TAXA DE EXPEDIENTE PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO AO ARQUIVAMENTO DA RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO - PA
03821/2005/007/2015.

Linha 855650000005 8 38680213191 9 12712430096 4 12994480137 9

AUTENTICAÇÃO

Agência: 3527 Banco: 33 NSU: 170812 - Data do Pagamento: 27/11/2019

TOTAL

R\$

538,98



WILLIAM FREIRE
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Doc. 6 – Parecer técnico Supram NM - papeleta de despacho nº 93/2019



Empreendedor: Gerdau Aços Longos S.A.	
Empreendimento: Fazendas Riacho dos Porcos, Vale das Embaúbas I e Vale das Embaúbas II	Município: Rio Pardo de Minas/MG
Assunto: Processo nº 3621/2005/007/2015	
De: Márcio Sousa Rocha	Unidade Administrativa: Área Técnica – SUPRAM NM
Para: Clésio Cândido Amaral	Unidade Administrativa: Superintendente da SUPRAM NM

1. INTRODUÇÃO

O empreendedor Gerdau Aços Longos S.A. protocolou em 08/10/2015 o processo de Renovação de Licença de Operação para o empreendimento composto pelas Fazendas Riacho dos Porcos, Vale das Embaúbas I e Vale das Embaúbas II, processo administrativo número 3621/2005/007/2015, cujas atividades desenvolvidas são G-03-03-4 Produção de carvão vegetal, oriunda de floresta plantada com capacidade instalada para produção de 147.450 mdc/ano (Classe 5, pela DN74) e G-03-02-6 Silvicultura em área de 6321,50 ha (Classe 3, pela DN 74).

Esta revalidação contempla a unificação das licenças de operação oriundas dos processos administrativos número 03621/2005/002/2009 das Fazendas Vale das Embaúbas I e II, e 03621/2005/005/2014 da Fazenda Riacho dos Porcos.

Foram solicitadas informações complementares através do ofício 0890/2016 cuja prorrogação do prazo foi requerida pelo empreendedor em 02/12/2016 (R0356772/2016). Em 26/12/19 (R0370268/2016) foi solicitado o sobrestamento para realização da complementação dos estudos de fauna até 31/09/2017. Considerando a mudança de gestor do processo e a realização da vistoria em 01/10/2018, foram solicitadas novas informações complementares através do Ofício SUPRAM NM 3221/2018. O empreendedor solicitou o sobrestamento do processo para entrega de parte das informações em 07/03/2019, com cronograma justificado, pelo prazo de 150 dias. As informações sobrestadas foram protocoladas tempestivamente em 02/08/2009 (R0115609/2019).

2. DA ANÁLISE DAS CONDICIONANTES

Fazenda Vale das Embaúbas

Analisando-se as condicionantes da licença de operação desta fazenda, verificou-se o descumprimento de algumas das condicionantes, em especial as relatadas abaixo:

- Condicionante 3: Manutenção das práticas de conservação de solos e sistemas de controle de erosão nas estradas e aceiros existentes em toda área do imóvel. Manutenção



das canaletas e camalhões destinado à água proveniente do escoamento superficial para bacias de captação de água pluvial, principalmente nas estradas vicinais". Não foram apresentados relatórios anuais entre 2014 e 2016. Não obstante, o levantamento de erosões solicitado em informação complementar encontrou 51 pontos com erosões, em sua maioria associados a carreadores e estradas, demonstrando que as práticas de conservação do solo têm sido insuficientes.

- Condicionante 4: "Dar continuidade ao Programa de Monitoramento da fauna, com ART de profissional habilitado. Com cronograma de atividades. Apresentar a cada 1 (um) ano relatório de diagnóstico". Não foram entregues os relatórios de 2015 e 2016, e três campanhas foram apresentadas intempestivamente. Portanto, 62,5% dos relatórios foram não foram entregues ou foram apresentados intempestivamente.
- Condicionante 5: "Apresentar projeto técnico de recuperação da flora - PTRF, para as áreas de Reserva Legal, aceiros, estrada desativada e corredores ecológicos onde não ocorreu regeneração do cerrado após retirada do eucalipto. O cronograma de execução deverá ser cumprido num prazo máximo de 150 dias. Posterior a execução, o empreendedor deverá enviar relatório de acompanhamento do PTRF, conforme DN 76/04. Este deverá apresentar fotografias da área sendo recuperada, além de estudo florístico para que possamos avaliar a eficácia do projeto executado". Das 19 datas previstas para relatórios semestrais entre os anos de 2010 e 2019, não foram entregues 15 e 02 foram entregues intempestivamente.

Fazenda Riacho dos Porcos

- Condicionante 2: "Manutenção das práticas de conservação de solos e sistemas de controle de erosão nas estradas e aceiros existentes em toda área do imóvel. Manutenção das canaletas e camalhões destinado à água proveniente do escoamento superficial para bacias de captação de água pluvial, principalmente nas estradas vicinais." O levantamento de focos erosivos apontou a existência de erosões em 28 pontos, muitos deles associados a estradas, desta forma considera-se que as práticas de conservação do solo não foram bem aplicadas conforme determinou a condicionante acima.



3. DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Levantamento de espécies exóticas na reserva legal

Considerando grande parte das áreas de reserva legal dos empreendimentos foi averbada em locais onde anteriormente foi desenvolvido o cultivo de eucalipto. Desta forma as reservas atualmente são constituídas por áreas em regeneração em diferentes estágios. No entanto, durante a vistoria foi verificada a presença muito grande da espécie exótica em certas áreas da reserva. Deste modo, solicitou-se através informação complementar, um levantamento da presença de espécies exóticas, especialmente eucalipto na reserva legal do empreendimento. O empreendedor apresentou um estudo realizado através do processamento de imagens aéreas obtidas por drones.

- Na Fazenda Vale das Embaúbas, segundo o método utilizado, a presença de eucalipto na reserva legal foi enquadrada na classe de 0 – 10 indivíduos por hectare;
- Na Fazenda Riacho dos Porcos houve áreas de reserva com presença de eucalipto caracterizada na faixa de 40 a 50 indivíduos por hectare.
- No entanto verificou-se na vistoria que em porções da reserva legal, a presença de indivíduos de eucalipto é muito maior que os valores encontrados no levantamento. O fato de que o estudo levou em conta os limites dos antigos talhões de eucalipto ao dividir a área em unidades para as quais foi estabelecido o número de indivíduos eucalipto por hectare e que estas unidades não são homogêneas do ponto de vista de distribuição espacial e predominância de dossel superior da espécie exótica analisada pode ter contribuído para que número de indivíduos por hectare obtido no estudo fosse baixo na média. No entanto, em campo foi possível identificar áreas muito adensadas com dominância do eucalipto sobre a vegetação nativa (Imagens 04 e 05).
- Dessa forma, verifica-se que o levantamento deveria ter sido estratificado, agrupando espacialmente as áreas com maior presença da espécie em vez de utilizar como base os talhões antigos, que não refletem a realidade atual já que a rebrota do eucalipto não foi uniforme.

Delimitação das bordas de chapada e PTRF's

Foi realizado um levantamento de bordas de chapada nas duas fazendas. A partir deste levantamento o empreendedor propôs a delimitação das APP's. Entende-se que o levantamento e a proposição das APP's atendeu ao solicitado pela equipe técnica da SUPRAM.



Quanto a proposta de recuperação das áreas verificou-se que a maior parte dos pontos levantados na faixa de APP proposta sobrepõe estradas e carreadores, no entanto o empreendimento propõe a manutenção de todos estes acessos. A equipe da SUPRAM entende que os trechos de estrada deveriam ser recuperados, salvo aqueles para os quais não houvesse alternativa locacional ou aqueles em que o afastamento da estrada implicasse em remoção de vegetação nativa. Como verificado nos pontos L09, L10 e L11 da Fazenda Riacho dos Porcos e L1, L3, L4, L5, L6 e L7 mapeados na Fazenda Vale das Embaúbas I e II, os afastamentos deverão ocorrer em áreas de talhões. Em muitos dos pontos levantados o afastamento não causa aumento significativo nas distâncias de acesso, demonstrando a existência de alternativas locais (Imagem 01).

A necessidade do afastamento de estradas e carreadores da APP de borda da chapada fica evidenciada através do estudo que levantou a presença de processos erosivos no empreendimento e encontrou que, na fazenda Vale das Embaúbas 92% dos pontos com degradação do solo estão associados a estradas e carreadores. Na fazenda Riacho dos Porcos o número sobe para 100%. Considerando que a motivação que levou a Legislação a proteger as bordas de chapada com um faixa de 100 m é a necessidade de proteger estas áreas frágeis do potencial da ação de processos erosivos. A permanência de estradas nestes locais consiste em mais um fator de degradação.

Assim, em resumo, enquanto que o levantamento das bordas de chapada foi considerado adequado, a proposição de recuperação das áreas delimitadas como APP foi considerada insatisfatória.

Boletim de ocorrência da invasão

Durante a vistoria verificou-se que nas coordenadas 23 L 784292.00 m E / 8271628.00 m S havia uma área desmatada, posteriormente, via imagens de satélite a sua delimitação demonstrou tratar-se de 2,48 ha, como ilustrado na Imagem 06 do anexo fotográfico. Na oportunidade, o representante do empreendimento informou que o desmate teria ocorrido em razão de uma invasão da propriedade, e que havia sido feito um boletim de ocorrência sobre o fato. Foi solicitada a apresentação deste documento através de informação complementar, no entanto o boletim de ocorrência apresenta-se com a coordenada muito distante do local onde foi verificada a supressão, cerca de 13 km. Ademais não há detalhamento de áreas ou volumes suprimidos. Foi relatado apenas que houve retirada de madeira, que a mesma foi verificada em campo descascada e que as cascas seriam para uso medicinal. Este relato dá a entender que o BO refere-se ao uma supressão de árvores isoladas e em menor escala do que a verificada em campo.



Complementação dos estudos de fauna

Os estudos de fauna referente às classes apresentadas pelo empreendedor foram analisados e considerados satisfatórios, no entanto há necessidade de complementação com a realização do levantamento da entomofauna que não foi contemplada na informação complementar original. No PCA apresentado não consta proposta de Programa de Monitoramento de Fauna para nenhum grupo, bem como nenhuma documentação para emissão da Autorização de Manejo de Fauna.

Programa de Educação Ambiental (PEA)

A Área de Influência Direta (AID) não foi definida de acordo com os impactos do empreendimento e o estudo foi apresentado em conjunto para 3 fazendas em Rio Pardo de Minas, porém, estas não possuem mesma AID.

A Fazenda Cercado de Baixo e de Cima (silvicultura e produção de biorredutor) é contemplada por outro processo de licenciamento.

As fazendas não são contíguas, mas Fazenda Riacho dos Porcos e Fazendas Vale das Embaúbas I e II estão sendo licenciadas no mesmo processo. Ainda assim o DSP deve ser feito na AID de cada uma.

Segundo a DN 214/2017,

Art. 11 O PEA poderá ser elaborado e executado em parceria com outras ações e programas de educação ambiental de empresas e/ou instituições públicas e privadas situadas na mesma AID do empreendimento ou buscar sinergia com outras ações de políticas públicas desenvolvidas na região, desde que comprove, perante o órgão licenciador, a correlação dessas ações aos impactos ambientais do empreendimento. DSP – Diagnóstico Socioambiental Participativo.

No estudo não foi apresentada nenhuma das justificativas para a elaboração de um PEA "conjunto".

Sobre o Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSP), foi constatada a insatisfatoriedade em alguns pontos, sendo os principais:

- **Mobilização:** aplicação de questionário semiestruturado em conversa apenas com lideranças locais e moradores das comunidades.
- **Metodologia:** i) pesquisa em fonte secundária; ii) dados do EIA (também secundários para meio socioeconômico); iii) fontes oficiais sem informar quais seriam.



- **Oficinas DSP:** a devolutiva DSP foi feita apenas com lideranças sem envolver demais pessoas interessadas.
- **Público Externo:** Cronograma/Projeto executivo de 12 meses para apenas 1 projeto, a metodologia do projeto foi considerada insatisfatória e apresentou-se inconsistente com DSP e incoerente com DN 217/2017, Termo de Referência e IS Sisema 04/2018;
- **Público externo/Projeto executivo:** insatisfatório; cronograma apenas para 12 meses; projeto inconsistente com DSP — incoerente com DN 217/2017, Termo de Referência e IS 04/2018;

Outras considerações:

- Não foram informados os profissionais habilitados para execução do programa.
- O DSP apresentou levantamento de demandas que não são funções de PEA, tais como construir campo de futebol; construir posto de saúde; furar poço tubular e etc. Isto demonstrou incapacidade de condução de uma pesquisa de DSP focada na questão ambiental.

Proposta de cercamento/proteção de reservas

No documento apresentado em resposta a este item, o empreendedor questiona a efetividade do cercamento tendo em vistas experiências observadas anteriormente nas quais houve a violação das cercas para a passagem de animais. Em lugar de efetuar o cercamento, inicialmente, propõe um trabalho com a vizinhança através do levantamento dos locais com existência de rebanho bovino posterior trabalho de comunicação e conscientização dos vizinhos. Foram apresentados registros da entrada de animais, das marcas, localizações e ações feitas pela equipe de segurança junto a propriedades vizinhas. No entanto, por tratar-se de um processo instruído com EIA/RIMA e, portanto, com necessidade de apresentação de PEA, a equipe da SUPRAM entende que esta é a ferramenta ideal para que sejam trabalhadas, por exemplo, as questões que concernem a relação entre o empreendimento e a comunidade.

4. CONCLUSÃO

Considerando a apresentação de informações complementares insatisfatórias e a impossibilidade legal de condicionar as correções necessárias no caso do PEA, a equipe técnica da SUPRAM NM sugere o arquivamento do processo de Revalidação de Licença de Operação PA número 3621/2005/007/2015, do empreendedor/empreendimento Gerdau Aços Longos



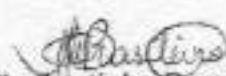
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SISEMA
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Subsecretaria de Gestão e Regularização Ambiental Integrada
Superintendência Regional de Meio Ambiente do Norte de Minas - SUPRAM NM

PAPELETA DE
DESPACHO
Nº 93/2019
Nº Siam: 0676378/2019
DATA: 29/10/2019

S.A./Fazendas Riacho dos Porcos, Vale das Embaúbas I e Vale das Embaúbas II, município
de Rio Pardo de Minas/MG.


Márcio Sousa Rocha

Gestor Ambiental - SUPRAM NM


Maria Júlia Coutinho Brasileiro
Gestora Ambiental - SUPRAM NM


Warlei Souza Campos
Gestor Ambiental - SUPRAM NM


Sarita Pimenta de Oliveira
Diretora Regional de Regularização Ambiental



ANEXO FOTOGRÁFICO

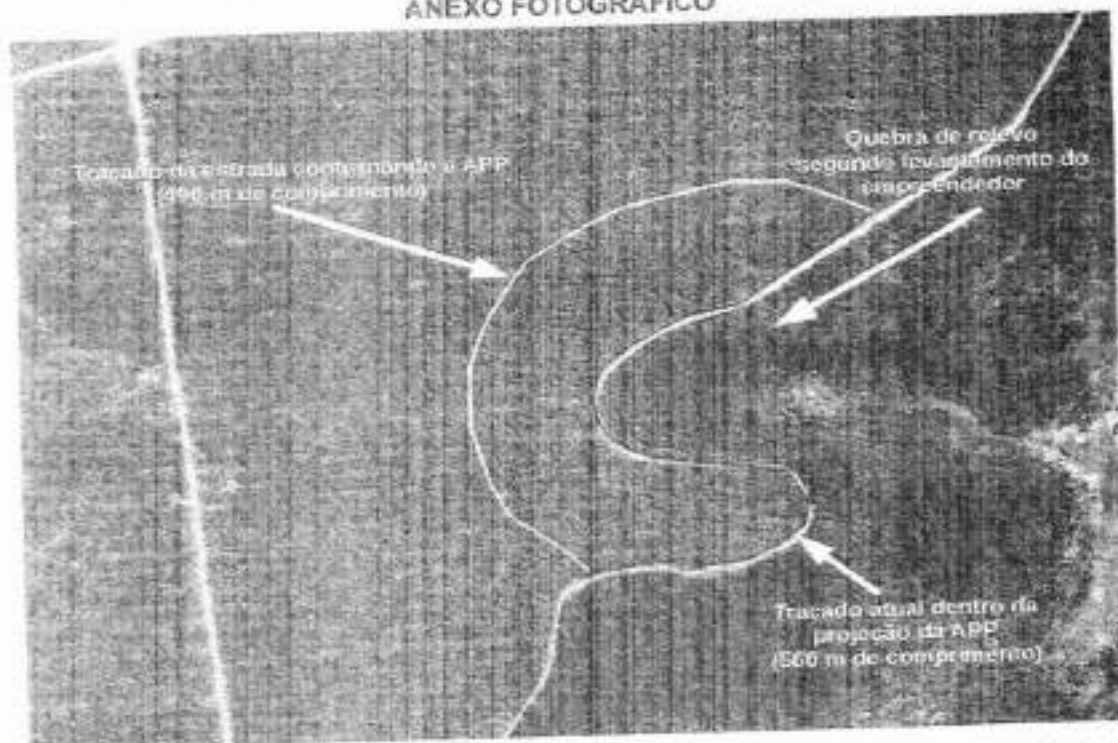


Imagem 01 – Projeção de APP da borda de chapada delimitada pelo empreendedor e traçado atual da estrada através da APP (mantida na proposta do empreendedor) e traçado contornado a APP. Fica demonstrada a alternativa locacional viável.

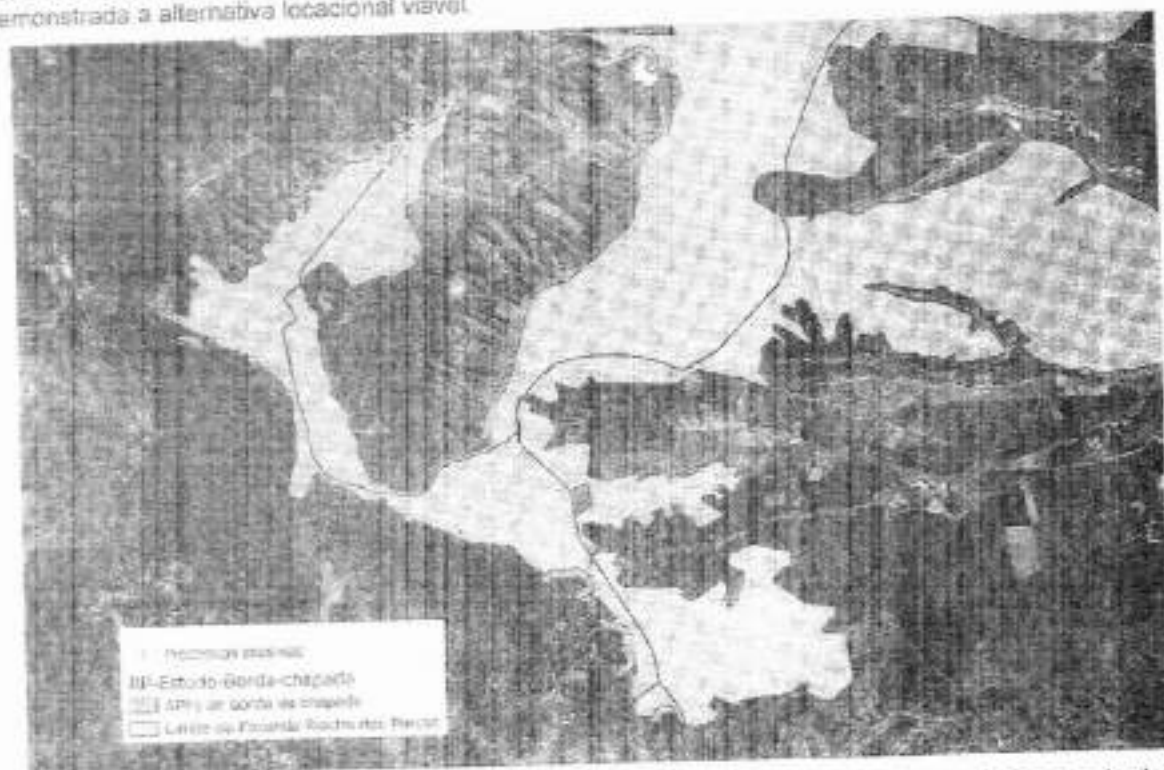


Imagem 02 – Processos erosivos (pontos verdes numerados), em sua maioria associados a estradas e áreas próximas as bordas de chapada.

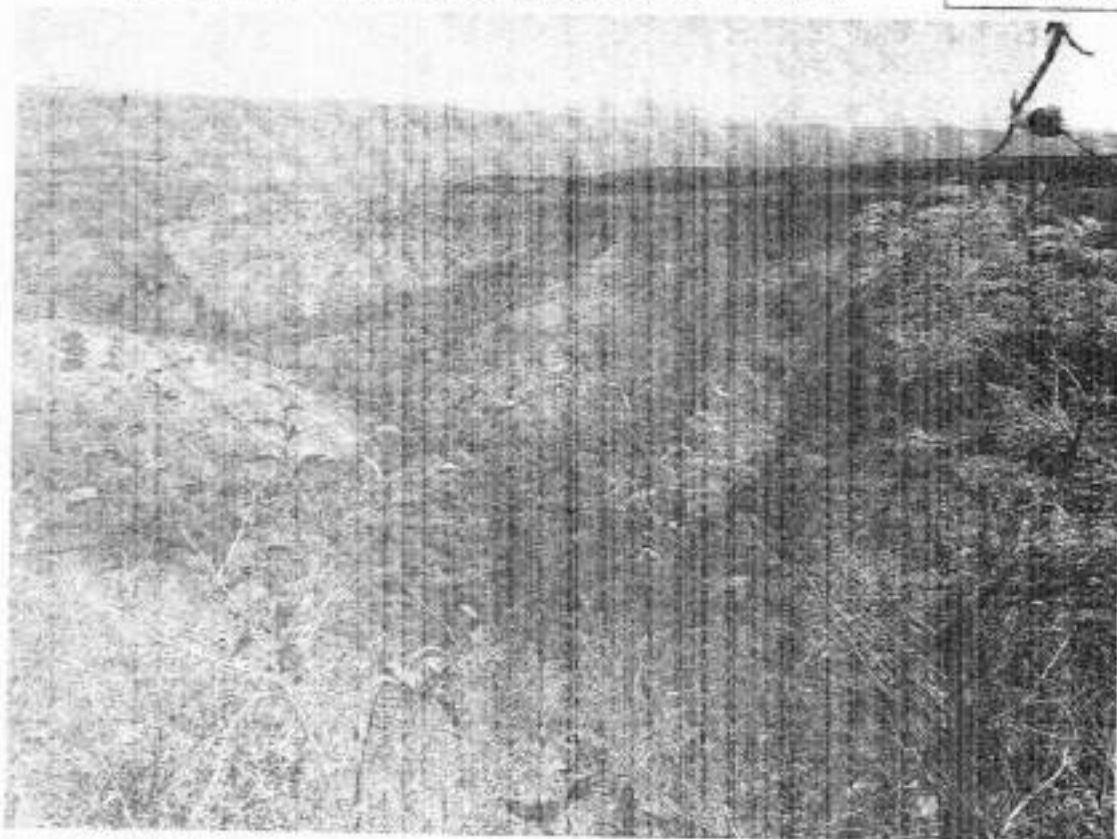


Imagem 03 – Vista de bordas de chapada existentes no empreendimento.



Imagem 04 – Grande incidência de eucalipto em reserva legal.

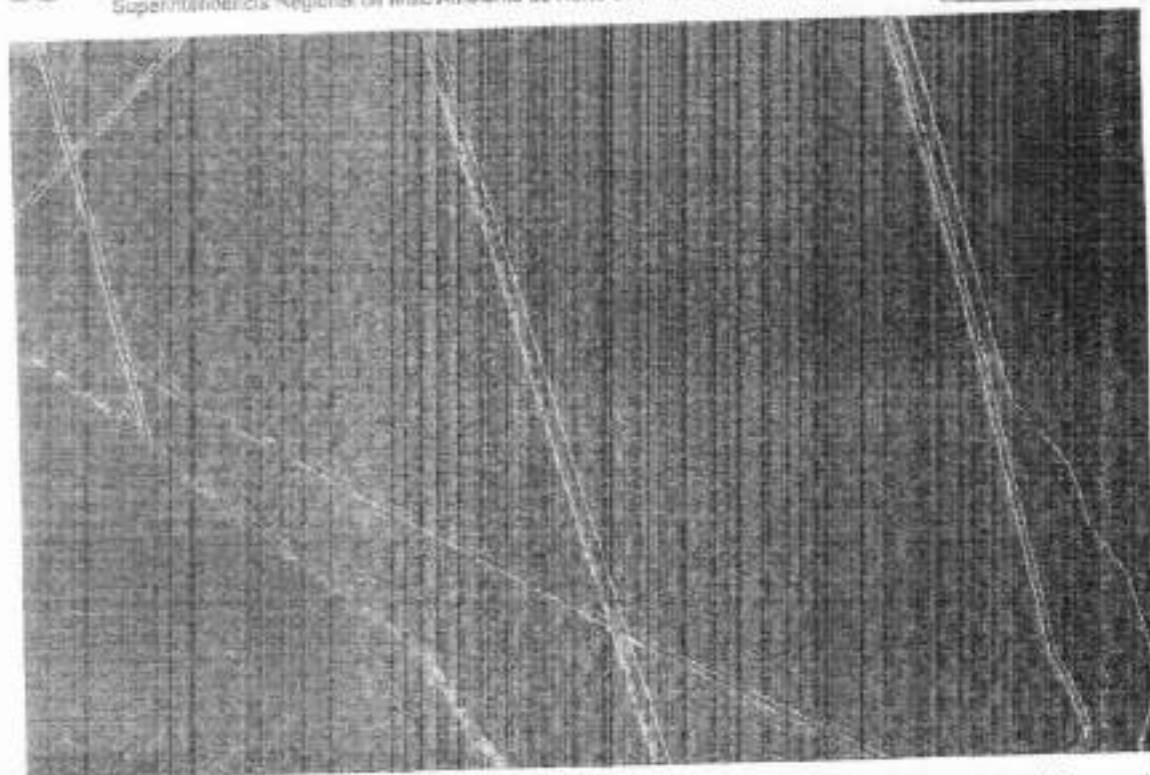


Imagem 05 – Imagem de satélite da área de reserva com grande presença de eucalipto. (Mesma área onde foi tirada a foto anterior)

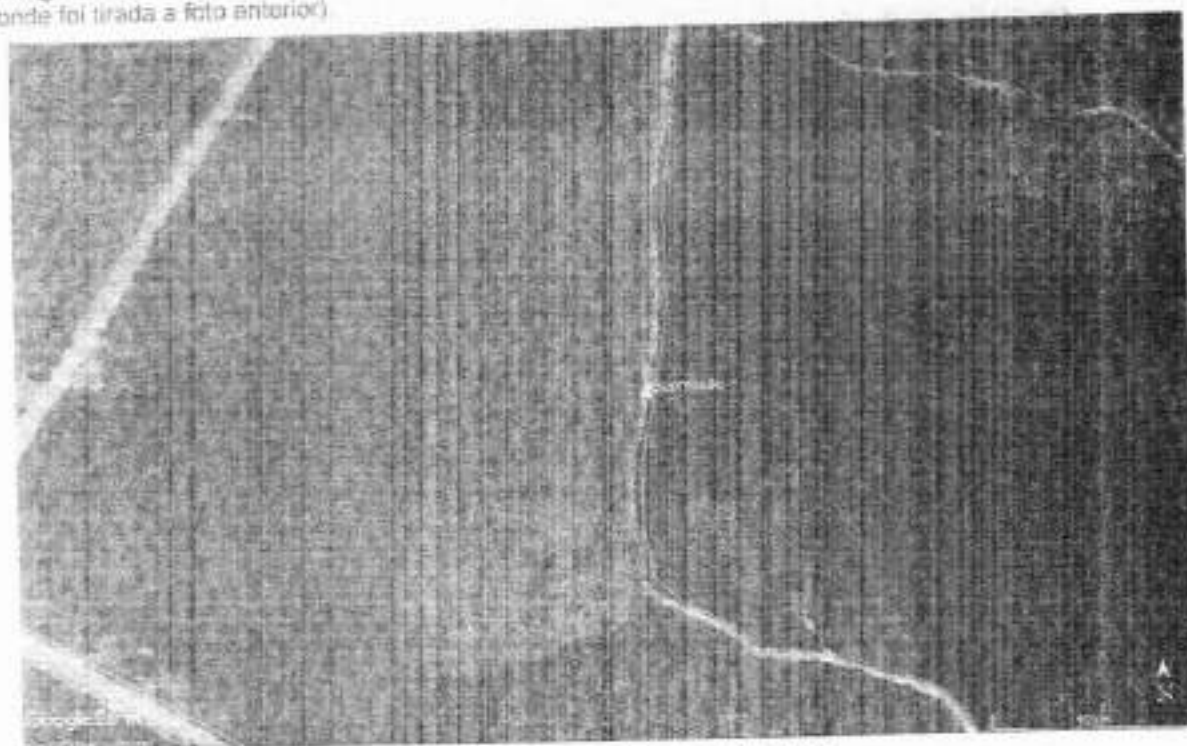


Imagem 06 – Área suprimida, na Fazenda Vale das Embaúbas (2,48 ha).

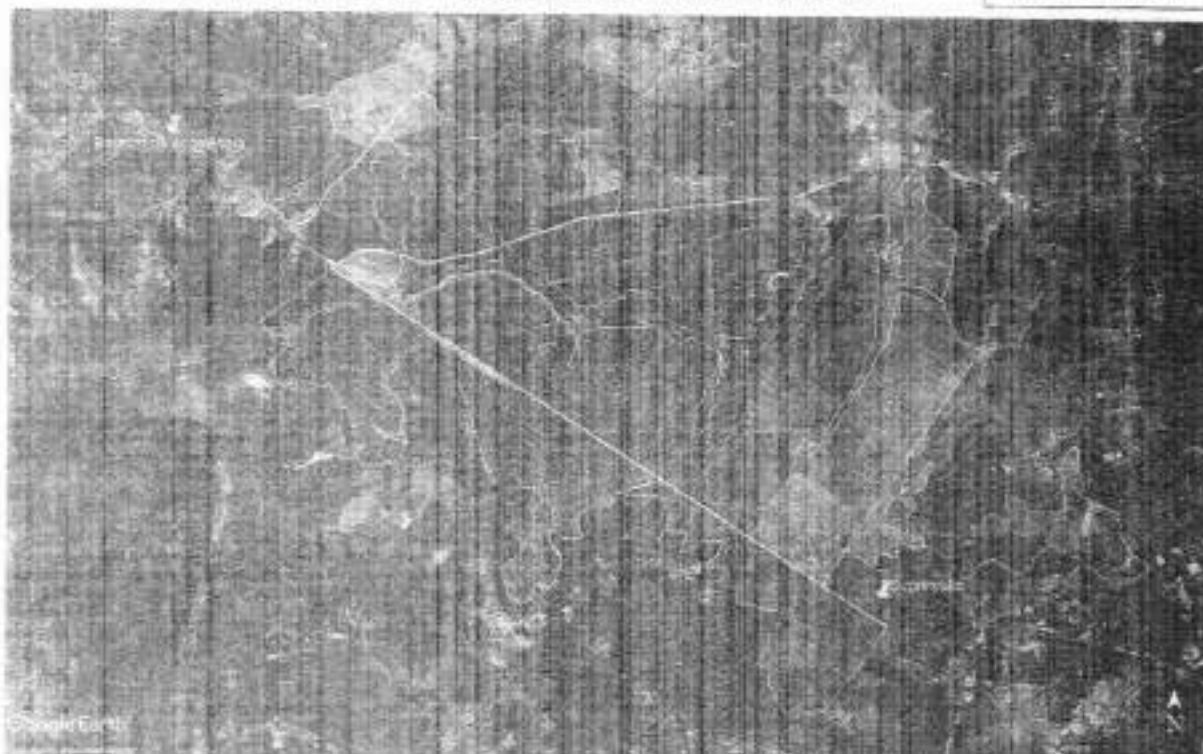


Imagem 07 – Visão geral da fazenda Vale das Embaúbas e distância entre a coordenada da supressão verificada em vistoria e a coordenada especificada no boletim de ocorrência número M7104-2018-00001232 de 05/09/2018 fornecido pelo empreendedor (13 km).



WILLIAM FREIRE
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Doc 7 - Ofício nº 3221/2018 – Supram NM



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiental do Norte de Minas

OFÍCIO Nº 3221/2018 – SUPRAM NM

REFERÊNCIA: SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.

Montes Claros, 19 de outubro de 2018.

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que, com objetivo de dar continuidade à análise dos Processos de Licenciamento nº 3621/2005/007/2015 – Fazenda Riacho dos Porcos e Vale das Embaúbas I e II do empreendedor Gerdau Aços Longos S.A., deverão ser apresentadas à Superintendência Regional de Meio Ambiente do Norte de Minas – SUPRAM NM as informações complementares em anexo.

Na oportunidade esclarecemos que o senhor(a) dispõe de um prazo máximo de **60 dias** a partir do recebimento deste, nos termos do art. 22, da Lei Estadual nº 21.972/16. O não atendimento do prazo acima estipulado acarretará no arquivamento do referido processo e da licença solicitada, tendo em vista a inexistência de elementos essenciais à sua análise.

Cláudia Beatriz Oliveira Araújo Versiani
Diretora Regional de Apoio Técnico –
SUPRAM NM

Márcio Sousa Rocha
Gestor Ambiental – SUPRAM NM

Gerdau Aços Longos S/A

Rua Doutor José Maria Lacerda, 1.340, Cidade Industrial

Contagem/MG – CEP: 32.210-120

E-mails: luciana.andrade1@gerdau.com.br

andre.carneiro1@gerdau.com.br



Anexo-01 – Solicitação de informações complementares
PROCESSOS DE LICENCIAMENTO Nº 3621/2005/007/2015
OFÍCIO SUPRAM-NM Nº. 3221/2018

1. Estudo espeleológico

- a) Apresentar prospecção espeleológica com metodologia, mapa de potencial e caminhamento que recubra toda a ADA do empreendimento e seu entorno de 250, de acordo com a Instrução de Serviço SISEMA 08/2017. O Caminhamento deverá ser enviado plotado em mapa e em formato gpx.
- b) Constatada a presença de cavidade na ADA e/ou no seu entorno de 250 m, o empreendedor deverá apresentar a avaliação dos impactos da atividade ou do empreendimento sobre o patrimônio espeleológico, que deverá considerar todos os impactos reais e potenciais sobre todas as cavidades identificadas na ADA e no seu entorno de 250 m, bem como sobre suas respectivas áreas de influência.
- c) Anotação de responsabilidade técnica (ART) dos profissionais responsáveis pelo estudo;
- d) Cadastro Técnico Federal (CTF) da empresa responsável pela prospecção e dos responsáveis técnicos;

2. Levantamento de espécies exóticas na reserva legal (Eucalipto)

- a) Apresentar um levantamento da presença e densidade de árvores de eucalipto abrangendo todas as áreas de reserva legal do empreendimento, nas fazendas Riacho dos Porcos e Vale das Embaúbas I e II;
- b) O levantamento deverá produzir um relatório com a classificação das áreas de reserva de acordo com a densidade da espécie exótica levantada e sua representação geográfica através de mapas;
- c) Este estudo deverá, também, ser realizado nas áreas de corredores ecológicos existentes no empreendimento;
- d) Anotação de responsabilidade técnica (ART) dos profissionais responsáveis pelo estudo;

3. Programa de controle de eucalipto e monitoramento da qualidade da reserva legal

- a) Deverá ser apresentado um programa envolvendo controle do eucalipto e o monitoramento da qualidade das áreas de reserva legal;



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiental do Norte de Minas

- b) As medidas propostas no escopo do programa deverão ser tecnicamente adequadas à caracterização obtida no levantamento que trata o item 2 desta informação complementar;
- c) Apresentar cronograma de execução das atividades;
- d) Anotação de responsabilidade técnica (ART) dos profissionais responsáveis pelo estudo.

4. Delimitação de bordas de chapada

- a) Considerando a existência de relevo acidentado nas fazendas que compõem o empreendimento, pede-se para que seja feito o levantamento de bordas de chapada e a proposição dos afastamentos de talhões ou adequação dos recuos já existentes, considerando o artigo 9º, incisos V e VI da lei estadual 20.922/2013;
- b) O critério utilizado deverá ser harmonizado entre as duas fazendas;
- c) Apresentar PRAD/PTRF para os pontos em que forem necessários os afastamentos em função de bordas de chapada;
- d) Anotação de responsabilidade técnica (ART) dos profissionais responsáveis pelos estudos e projetos.

5. Barramento

- a) Apresentar regularização para o barramento localizado nas coordenadas UTM 23 K 776808,56 m E e 8276723,72 m S;
- b) Caso o mesmo não seja regularizado e não haja interesse em fazê-lo, deverá ser apresentada proposta de desmobilização do mesmo acompanhado de PRAD/PTRF;
- c) Anotação de responsabilidade técnica (ART) dos profissionais responsáveis pelo estudo.

6. Reserva Legal

- a) Deverá ser apresentada nova proposta de reserva legal contemplando os afastamentos necessários ao atendimento do item 4 e as eventuais sobreposição de áreas de reserva em APPs deverão ser compensadas.

7. Plantas – Considerando as alterações nos mapas decorrentes das propostas e projetos relativos aos itens anteriores, apresentar



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiental do Norte de Minas

- a) Apresentar arquivos digitais e impressos da nova planta. Conforme Art. 30 da Resolução conjunta SEMAD/IEF nº 1905, de 12 de agosto de 2013. Deveram ser entregues no formato SHP ou KML com as camadas em arquivos separados, sendo:
- b) 01 (um) arquivo contendo o polígono da propriedade;
- c) 01 (um) arquivo contendo a área de Reserva Legal (Averbada);
- d) 01 (um) arquivo contendo proposta de averbação de Reserva, e complementação
- e) 01 (um) arquivo contendo as Áreas de Preservação Permanente;
- f) 01 (um) arquivo contendo Cursos d'água, veredas e solo hidromórfico;
- g) 01 (um) arquivo contendo estradas, aceiros;
- h) 01 (um) arquivo contendo áreas de vegetação remanescentes;
- i) 01(um) arquivo contendo polígono da área requerida supressão;
- j) Se houver outros usos e ocupações além dos itens mencionados acima, também deverão ser apresentados em arquivos separados.

8. Efluentes sanitários

- a) Devido à dificuldade de identificação do tipo de fossa (séptica ou negra) associada aos banheiros isolados localizados nas praças de carbonização (Fotos 12 e 13 do relatório), pede-se para que sejam apresentados os projetos ou manuais destas fossas;
- b) Nos casos em que houver fossa negra deverão ser apresentados novos projetos para instalação de fossas sépticas;
- c) Apresentar proposta de destinação dos efluentes sanitários produzidos nas frentes de trabalho moveis da colheita florestal e demais atividades do empreendimento;
- d) Anotação de responsabilidade técnica (ART) dos profissionais responsáveis pelos projetos.

9. Programa de Educação Ambiental (PEA)

Apresentar novo PEA conforme diretrizes da Deliberação Normativa 214 de 26 de abril de 2017, conforme determinado pelo §1º do artigo 14º da referida norma.



10. Boletim de ocorrência da invasão

Tendo em vista a existência de uma área de reserva legal (Coordenadas 23 L 784292.51 m E, 8271628.50 m S) apresentando supressão de vegetação, sobre a qual foi informado pelo empreendedor tratar-se de invasão por terceiros, apresentar o boletim de ocorrência ou outro documento comprobatório do fato.

11. Proposta de cercamento

Considerando o acesso de animais domésticos às áreas de reserva legal em recuperação, identificados em vistoria e nos relatórios de acompanhamento apresentados, pede-se para que seja apresentada uma proposta de cercamento das áreas de reserva e APP, identificando os pontos críticos de acesso de animais.

12. Recuperação de erosão

Apresentar PRAD para recuperação da erosão localizada nas coordenadas 23 L 787167.09 m E, 8273032.45 m S. Caso existam mais erosões no empreendimento, estas deverão ser contempladas pelo projeto.

13. Apresentação das informações

Todas as informações deverão ser apresentadas em mídia impressa e digital, sendo que os mapas conforme descrito no item 7, enquanto que os demais documentos deverão vir nos formatos .doc, .docx, .odt, .pdf, .xls ou .ods.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - SISEMA
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH



feam

IEF

1. AUTO DE FISCALIZAÇÃO: Nº **66414** /20 **18** Folha 1/32. AGENDAS: 01 ☐ FEAM 02 ☒ IEF 03 ☐ IGAM Hora: **10:10** Dia: **18** Mês: **10** Ano: **2018**3. Motivação: ☐ Denúncia ☐ Ministério Público ☐ Poder Judiciário ☐ Operações Especiais do CGFAI ☒ SUPRAM ☐ COPAM/CRH ☐ Rotina

4. Finalidade
FEAM: ☐ Condicionantes ☐ Licenciamento ☐ AAF ☐ Emergência Ambiental ☐ Acompanhamento de projeto ☐ Outros
IEF: ☐ Fauna ☐ Pesca ☐ DAIA ☐ Reserva Legal ☐ DCC ☐ APP ☐ Danos em áreas protegidas ☒ Outros
IGAM: ☐ Outorga ☐ Outros

5. Identificação
01. Atividade: **Trabalho de conservação vegetal de floresta plantada** 02. Código: **G-03-4** 03. Classe: **5** 04. Porte: **6**
05. Processo nº: **3621/2005/007/2015** 06. Órgão: **SEMAD MG** 07. ☐ Não possui processo
08. Nome do Fiscalizado: **Geidas Águas Longas S.A.** 09. ☐ CPF 10. ☒ CNPJ
11. SUF: **07.358.761/0124-18** 12. CEB-UF: **MG** 13. ☐ RGP ☐ Ta. Eleitoral
14. Place do veículo - UF: **MG** 15. RENAVAM: **MG** 16. Nº e tipo do documento ambiental
17. Nome Fantasia (Pessoa Jurídica) 18. Inscrição Estadual - UF
19. Endereço do Fiscalizado - Correspondência: Rua, Avenida, Bairro
Rua Doutor José Maria Lacorda, 1340 20. Nº. / KM 21. Complemento
22. Bairro Logradouro: **Edoardo Industrial** 23. Município: **Contagem / MG** 24. UF: **MG**
25. CEP: **31221-10** 26. Cx. Postal 27. Fone: **11 315 12 11 315 13 16** 28. E-mail: **luciana.andrade@geidas.com.br**

6. Local da Fiscalização
01. Endereço: Rua, Avenida, Rodovia, Favela, etc.
Fazenda dos Riachos das Flores - Vale das Embaúbas I e II
02. Nº. / KM 03. Complemento 04. Bairro/Logradouro/Distrito/Localidade
05. Município: **Contagem do Minas** 06. CEP: **31221-10** 07. Fone: **(11) 315 12 11 315 13 16**

08. Referência do local
Georreferências
SAD 69
Código Algebr
Plano UTM
22 23X 34
Latitude
Grau 15 Minuto 35 Segundo 29,48
Longitude
Grau 42 Minuto 25 Segundo 26,97
Planas UTM
22 23X 34
X= 111111 (6 dígitos) Y= 111111 (7 dígitos)

10. Croqui de acesso

01. Assinatura do Agente Fiscalizador 02. Assinatura do Fiscalizado



2. RELATÓRIO SUCINTO

Em vistoria ao empreendimento constituído pelas fazendas Riacho dos Porcos e Vale das Embaúbas I e II entre os dias 01 a 04 de outubro de 2018 da empresa Gerda Aços Longos S.A., localizadas no município de Rio Pardo de Minas/MG, referente ao processo de licenciamento nº 03621/2005/007/2015, vimos ou fomos informados que:

O empreendimento pleiteia a revalidação da licença de operação para as atividades de silvicultura e carvoejamento que são desenvolvidas nas duas fazendas que o compõe.

Fazenda Vale das Embaúbas I e II

A infraestrutura do empreendimento é composta por estrutura de apoio composto por refeitório, escritório, depósito, quites de coleta seletiva em baias com mureta de proteção, banheiro com lavatório e sistema de tratamento de efluentes tudo está localizada no entorno da área da planta de carvoejamento. Nesta unidade de produção de carvão existem 125 fornos instalados, cada um com capacidade para 9 m³ de lenha e possibilidade de realizar de 3 a 4 ciclos de carvoejamento por mês produzindo 2.000 mdc/mês. Durante a vistoria verificamos que a planta está operando em sistema de rodízio dos fornos. Fomos informados que o barro utilizado no barreamento dos fornos é oriundo do próprio empreendimento retirado de bacias de contenção.

A água utilizada na infraestrutura e na planta de carvoejamento é adquirida da COPASA e é transportada em caminhões-pipa em volume de 5.000 L/semana.

Para atendimento da planta de carbonização a empresa dispõe de 28 funcionários. Que são transportados diariamente para a cidade por meio de ônibus de empresa terceirizada. Esta planta é gerida por empresa terceirizada denominada Águia. O efluente sanitário produzido na planta é tratado através de sistema de fossa séptica (Foto 02). Os resíduos sólidos são destinados a associação dos catadores do município de Taiobeiras.

Fomos informados que não há na fazenda nenhum tipo de manutenção de veículos ou abastecimento sendo tudo realizado quando necessário na cidade de Rio Pardo.

Nas proximidades desta praça (777969 83 m E, 8275425.53 m S) existe uma estrutura desativada onde existia uma outra unidade de produção de carvão com fornos que foram retirados. Entretanto, ainda existe unidade de apoio com refeitório, sanitários, escritórios e sistema de tratamento implantado.

Vale das embaúbas – Imagem: 305 fornos

1. ASSINATURAS	Servidor Credenciado	MASP/Nº PM	Assinatura
	1. Marcio Sousa Rocha	1397842-4	
	2. Waniel Souza Campos	1401724-8	
	3.		
	Fiscalizado/Representante do Fiscalizado		
	Função/Vínculo com o Empreendimento	Assinatura	



Silvicultura

Esta fazenda possui 3.820,43 ha de eucalipto implantado, representando 71,78% da área total da área da fazenda que é de 5322,12 ha, matrículas 4.173 e 4.371.

Há 17 funcionários na colheita, que são atendidos por área de convivência e banheiros químicos móveis. O efluente é deixado em um buraco e coberto com cal após a transferência do banheiro para o ponto seguinte.

Combate a incêndio

A fazenda dispõe de um caminhão e duas caminhonetes destinados ao apoio a combate a incêndios. Fomos informados que há capacitação periódica e treinamento para brigada de incêndio. Não foi verificada torre de observação.

Reserva Legal e Áreas de preservação permanente

A reserva legal apresentada em planta possui área de 1064,65 ha, 20% do total da propriedade. Parte desta área apresenta árvores remanescentes de eucalipto além de tocos com e sem incidência de rebrota. Esta área é resultante da conversão de talhões em reserva. Verificou-se em alguns pontos a existência de sobreposição em áreas de preservação permanente (APP).

Na planta apresentada, muitos dos recuos realizados em áreas de relevo acidentado foram plotados como sendo reserva legal em vez de APP.

Por se tratar de áreas de antigos talhões convertidas em reserva legal podemos observar que a vegetação nativa remanescente, entre as árvores de eucalipto remanescentes, vem se desenvolvendo em estágios de regeneração diferentes, em alguns locais foi verificado que ocorreu incêndios o que dificulta a regeneração. Verificamos que o empreendedor isolou o acesso a alguns corredores de talhões antigos com colocação de caçambas de terra para impedir passagem de carros e motos. Não foi possível verificar nenhuma ação de replantio de espécies nativas. A maior parte destas áreas não estão cercadas.

Existem áreas de recuos realizados nos limites do plantio, plantios associados a quebras de relevos (borda de chapada). Foi possível verificar que há também pontos que não foram plotados como sendo APP de borda de chapada.

Nos pontos listados a seguir foram verificados locais do relevo em que os recuos foram insuficientes, considerados a faixa de APP necessária para bordas de chapada (Coordenadas

3. ASSINATURAS	Servidor Credenciado	MA SP/Nº PM	Assinatura
	1. Márcio Sousa Rocha	1357842-4	
	2. Wanier Souza Campos	1401724-8	
	3.		
	Fiscalizado/Representante do Fiscalizado:		
	Função/Vínculo com o Empreendimento:		Assinatura:



UTM 23 L 782735.43 m E e 8276661.97 m S; 780947.06 m E e 8272696.62 m S; 778772.98 m E e 8271687.12 m S).

Em alguns pontos houve sobreposição de APP de borda de chapada em reserva legal: (Coordenadas UTM 23 L 775481.42 m E e 8279322.66 m S; 785754.48 m E e 8272638.37 m S; 786352.22 m E).

Verificou-se a existência de pontos em que é possível a caracterização como borda de chapada, não então não nem recuo nem delimitação na planta mais recente. (Coordenadas UTM 23 L 785095.91 m E e 8272468.44 m S; 787416.01 m E e 8272832.21 m S; 785754.48 m E e 8272638.37 m S; 786352.22 m E e 8272920.44 m S).

No centro do empreendimento há uma baixada com presença de solo hidromorfo, mas sem presença de água superficial. Esta faixa não faz parte do empreendimento, contudo foi realizado o recuo dos talhões e esta faixa é caracterizada nas plantas como sendo faixa de vegetação nativa (Foto 06).

No momento da vistoria havia a presença de gado em parte da área de reserva legal conforme foto 04 e referida coordenada (Coordenadas UTM 23 L 777236.10 m E 8280070.80 m S).

Foi identificada uma área roçada (desmatada) localizada na reserva do empreendimento (Coordenadas 23 L 784292.51 m E, 8271628.50 m S – Foto 09) que o representante da empresa informou tratar-se de ação de invasores e que foi lavrado boletim de ocorrência junto a Polícia Militar.

Captações e barramentos

Nesta fazenda existe um barramento localizado nas coordenadas UTM 23 K 776808.56 m E e 8276723.72 m S (Foto 07) com área estimada de 0,68 ha. No momento da vistoria não havia água no mesmo e pôde ser identificado que não há estruturas de descarga de fundo, vertedouro ou mesmo equipamentos para captação de água.

No momento da vistoria foi informado que não há captações no empreendimento e, conforme visto no item sobre carvoejamento a demanda de água é suprida através da concessionária COPASA com transporte por meio de caminhão-pipa.

Conservação do solo e água

Em geral o empreendimento apresenta boa condição dos solos ao longo da ADA, sendo que foram observadas apenas algumas erosões pontuais. Dentre elas a mais importante localiza-se

3. ASSINATURAS	Servidor Credenciado	MASP/Nº PM	Assinatura
	1. Márcio Souza Rocha	1387842-4	
	2. Warlei Souza Campos	1401724-8	
	3.		
Fiscalizador/Representante do Fiscalizado: _____			
Função/Vínculo com o Empreendimento: _____ Assinatura: _____			



nas coordenadas UTM 23 K 787162.57 m E e 8273031.62 m S (Foto 08), na qual verifica-se uma erosão de grande porte na lateral da estrada seguindo para fora do limite do empreendimento, contudo a contribuição de água para esta erosão vem da estrada do empreendimento.

Nas coordenadas UTM 23 K 775622.33 m E e 8277662.35 m S existe uma cascalheira cujos representantes do empreendimento informaram que está sendo recuperada (Foto 03). Visualizou-se a aplicação de resíduos (provavelmente casca de madeira) para a recuperação da área de extração.

Fazenda Riacho dos Porcos

Silvicultura

Esta fazenda conta com uma área de 3.508,10 ha de eucalipto implantado representando 73,33% do total de 4.783,69 ha – matrícula 1.670.

Carvoejamento

Esta fazenda apresenta duas plantas de carbonização contíguas, operadas por empresas terceirizadas (Foto 10).

A planta operada pela Florocarv apresenta 150 fornos de 9 m³ com produção de 2000 mdc/mês e 14 funcionários.

A planta operada pela Carvonorte tem 170 fornos e produz 2000 mdc/mês e 17 funcionários.

A água utilizada nas plantas de carvoejamento vem da COPASA através de caminhão-pipa em volumes semanais de 8 m³. O barro utilizado no processo de barrelamento dos fornos é retirado no próprio empreendimento e em bacias de contenção.

Os resíduos sólidos são armazenados em baias temporárias (Foto 17) para posterior destinação à associação de catadores do município de Taiobeiras.

Em ambas as plantas foi verificada a existência de estrutura de alojamento/refeitório e banheiros. Os efluentes líquidos dos mesmos são tratados em fossas sépticas (Foto 14). Algumas das fossas não foi possível verificar se eram fossas sépticas ou fossas negras (Foto 12).

Em cada uma das plantas existe área de estacionamento de máquinas e caminhões. Segundo informado as manutenções não são realizadas no empreendimento. Há depósitos utilizados para armazenamento de produtos oleosos em pequenos volumes, além de embalagens vazias dos

3. ASSINATURAS	Servidor Credenciado	MA SP/Nº PM	Assinatura
	1. Márcio Sousa Rocha	1307642-4	
	2. Wartei Souza Campos	1401726-8	
	3.		
Fiscalizado/Representante do Fiscalizado: _____			
Função/Vínculo com o Empreendimento: _____ Assinatura: _____			



mesmos, apresentando piso impermeável, acesso restrito e canaleta ligada a um sistema de coleta demonstrado nas fotos 15 e 16.

Reserva legal e Áreas de Preservação Permanente

A reserva legal ocupa área de 980,55 ha (20,50% do total). Observa-se grande concentração de eucalipto nestas áreas, sendo que a maior densidade foi verificada porção centro-norte da reserva (Fotos 18 e 19). Apesar de a densidade variar com o local, a ocorrência da espécie exótica é verificada em todas as áreas de reserva desta fazenda.

Foi condicionada a implantação de um corredor ecológico para porções da reserva legal desta fazenda. Durante a vistoria, verificou-se que o corredor está implantado (Coordenadas UTM 23 L 748401.39 m E 8275476.88 m S) e apresenta vegetação em regeneração. Esta faixa certamente demandará ações de acompanhamento e controle e de brotações de eucalipto que virão com o passar do tempo.

O empreendimento localiza-se em região com relevo bem acidentado e verificou-se em campo que os recuos realizados nesta fazenda não ocorreram sob os mesmos critérios observados na fazenda Vale das Embaúbas I e II.

Alguns pontos de relevo acidentado próximo aos plantios foram amostrados conforme pontos a seguir: (Coordenadas UTM 23 L 753349.07 m E e 8282278.50 m S; 750381.90 m E 8283174.98 m S; 753339.00 m E e 8282247.00 m S).

Alguns dos recuos realizados nos talhões apresentam faixa inferior aos 100 metros determinados para APPs de bordas de chapada (Coordenadas UTM 23 L 749623.00 m E 8282990.00 m S; 748904.00 m E e 8281757.00 m S).

Outros pontos existe recuo suficientes, no entanto as APPs não foram discriminadas na planta e constam como Reserva legal (Coordenadas UTM 23 L 749006.00 m E e 8273608.00 m S).

Espeleologia

Durante a vistoria não foi verificada a existência afloramentos rochosos nas duas fazendas, contudo existem muitas áreas de produção próximas a quebra de relevo e áreas com declives acentuados.

3. ASSINATURAS	Servidor Credenciado	MA SP/Nº PM	Assinatura
	1. Marcio Sousa Rocha	1397842-4	
	2. Warlei Souza Campos	1401724-8	
	3.		
	Fiscalizado/Representante do Fiscalizado: _____		
	Função/Vínculo com o Empreendimento: _____	Assinatura: _____	

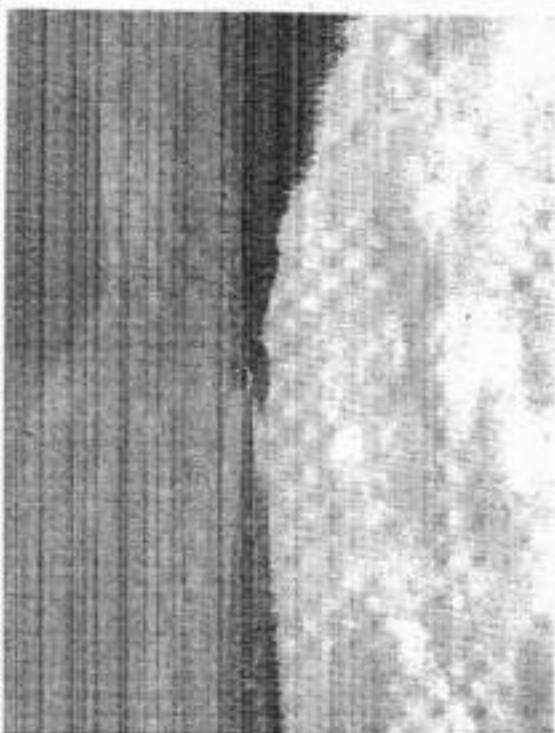


Foto 01. Vista geral da praça de carbonização (776000,97 m E, 8275459,84 m S).

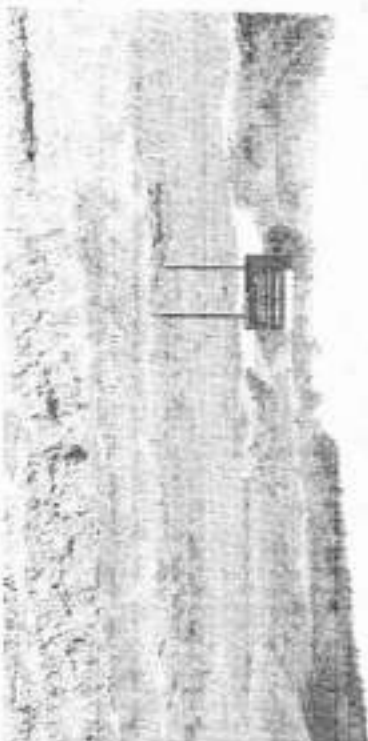


Foto 03. Cascateira em recuperação (775622,33 m E, 8277662,35 m S).

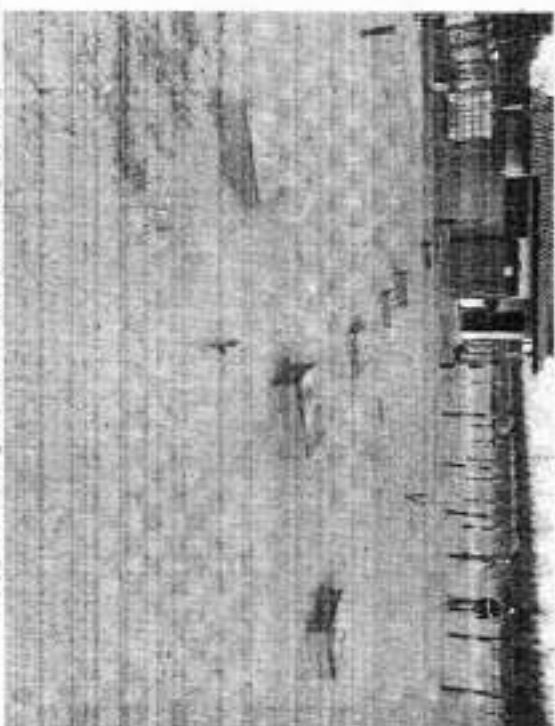


Foto 02. Sistema de tratamento de efluentes sanitários.

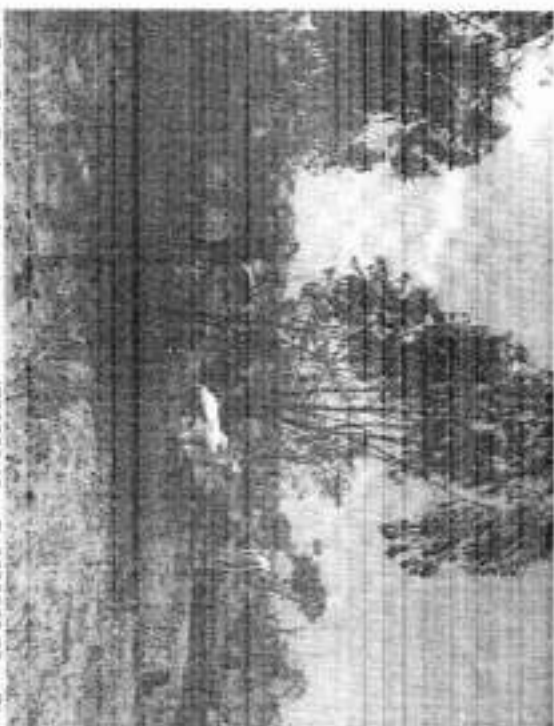


Foto 04. Córrego com área de reserva (777236,10 m E, 8260070,80 m S).



Foto 05. Reserva legal com cerrado fraco na porção noroeste da fazenda (776886,77 m E, 8279969,50 m S).



Foto 06. Carreador antigo em área recuada (782744,94 m E, 8276675,69 m S)



Foto 07. Barramento seco (776702,49 m E, 8276672,87 m S)



Foto 08. Erosão (787167,09 m E, 8273032,45 m S)

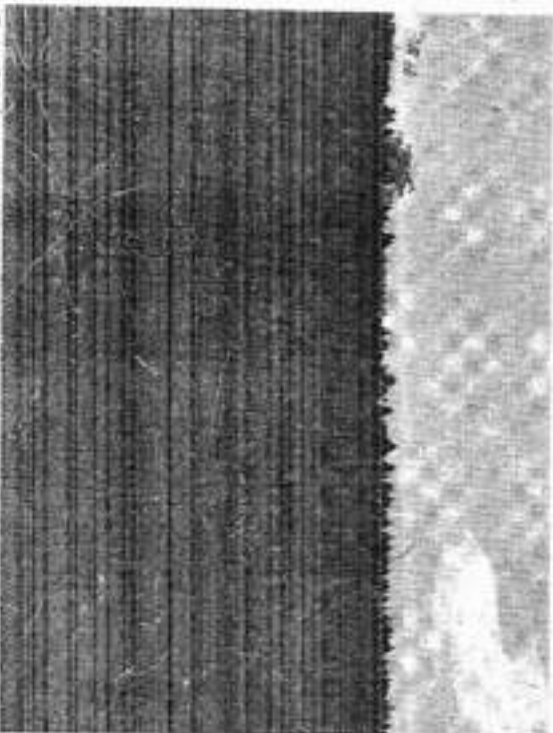


Foto 09. Área de reserva desmatada (784252,51 m E, 8271628,50 m S).

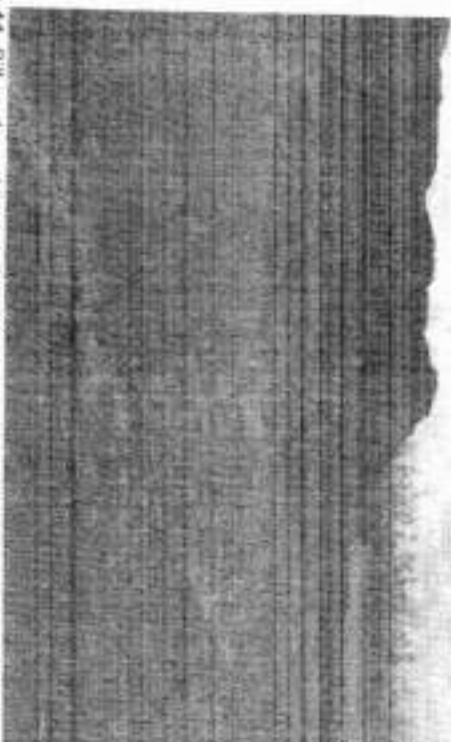


Foto 11. Pilhas de resíduos da limpeza da praia de carvoejamento (753334,73 m E, 8278844,27 m S).

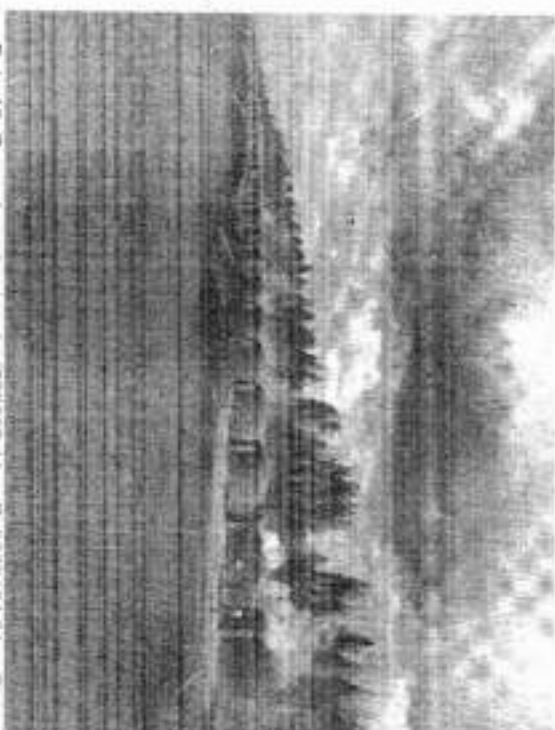


Foto 10. Praia de carvoejamento (752868,11 m E, 8279154,31 m S).

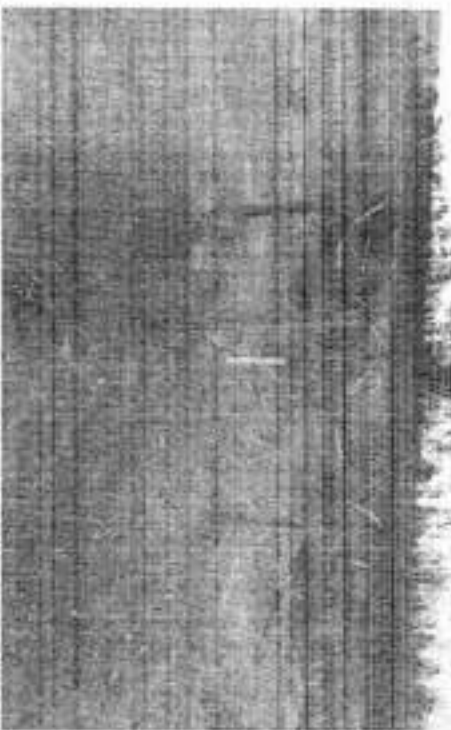


Foto 12. Fossa de banheiro da praia de carvoejamento (753149,74 m E, 8279049,50 m S).

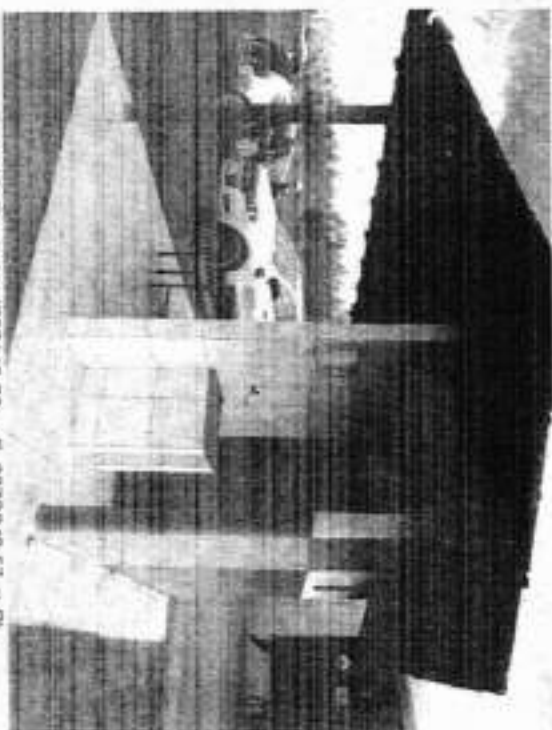


Foto 13. Banheiro (753149.73 m E, 82790049.57 m S)



Foto 15. Depósito de produtos peregrinos (752934.89 m E, 82792723.80 m S).

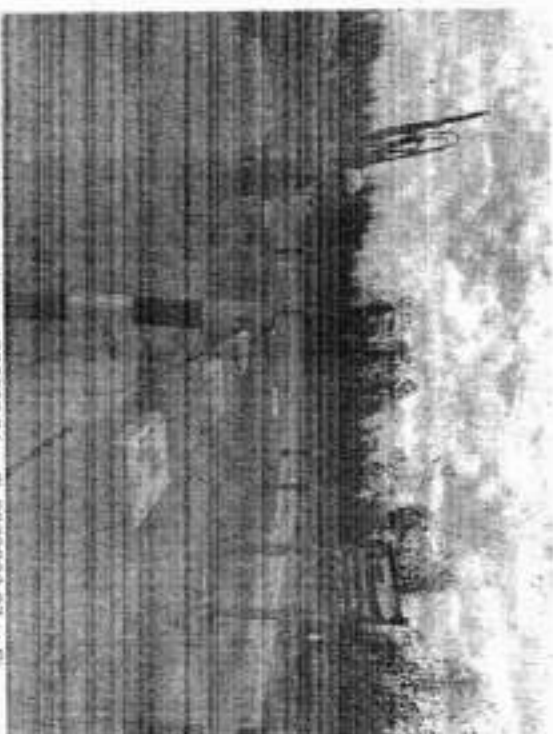


Foto 14. Fossa séptica (752903.74 m E, 8279203.07 m S)

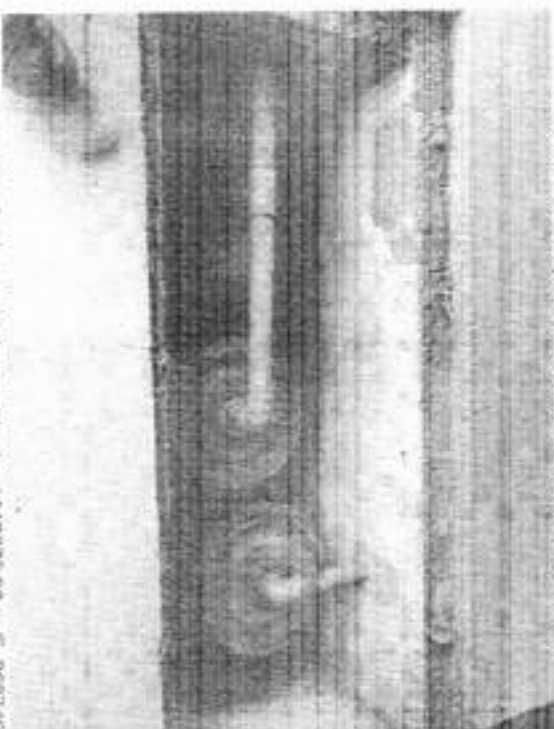


Foto 16. Sistema de contenção de eventuais vazamentos (449270.93 m E, 8567482.04 m S).



Foto 17. Baixa de resíduos sólidos (753474.88 m E, 8087481.76 m S).



Foto 19. Eucalipto em reserva legal (745128.65 m E, 8277050.79 m S).



Foto 18. Eucalipto em reserva legal.



Destinatário:

A/C
Senhora Gerda Aços Longos S/A
Luciana Andrade
Rua José Maria de Lacerda, 1340

32216-120 Contagem/MG

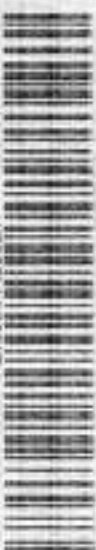
Obs: CLAUDIA- OF N° 3221/2018 BLFFREN: EAO PA
N° 3623/2005/007/2015, AI N° 66414201

AR



Carta de Portagem
18/10/2013

B1585142855BR



GERDAU AÇOS LONGOS S/A
CONTAGEM,

RECEBIDO EM 07/11/18

17:55

Rua Gabriel Passos, 50, Centro, Montes Claros-MG
CEP 39.400-112- Telefone:(38)3224-7500
e-mail: supramm@mcioambiente.mg.gov.br

SUPRAM NORTE DE MINAS



WILLIAM FREIRE
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Doc. 8 – Ato de arquivamento



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

ATO DE ARQUIVAMENTO

O Superintendente Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Norte de Minas, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a apresentação de informações complementares insatisfatórias e a impossibilidade legal de condicionar as correções necessárias no caso do PEA, não há como dar continuidade às análises técnico-jurídicas referentes ao licenciamento ambiental em questão.

Considerando o teor do parecer técnico e parecer jurídico, que recomenda o arquivamento do presente processo pelos fatos e fundamentos legais expostos

Considerando, desta forma, a regra prevista na lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002,

Determino o arquivamento do Processo Administrativo – PA Nº 3621/2005/007/2015 do empreendimento Gerdau Aços Longos S.A - Fazendas Riacho dos Porcos e Vale das Embaúbas I e II, CNPJ 07.358.761/0124-8, localizado no município de Rio Pardo de Minas/MG.

Em caso de necessidade, remeta-se os autos à Assessoria Jurídica da SEMAD para que os encaminhe à Advocacia Geral do Estado para inscrição do débito de natureza ambiental em dívida ativa do Estado.

Encaminhe-se os dados do presente processo à Núcleo das Denúncias Ambientais-NUDEN para fiscalização de praxe e apuração de eventuais infrações ambientais.

Montes Claros, 30 de outubro de 2019.

Clésio Cândido Amêral
Superintendente Regional de Regularização Ambiental do Norte de Minas

SUPRAM/NM – RUA GABRIEL PASSOS, nº 50, CENTRO, MONTES CLAROS/MG
CEP: 39400-102 – Tel: (38) 3224-7500



WILLIAM FREIRE
ADVOGADOS ASSOCIADOS

GRUPO DE PRÉ-
TRIAGEM
OAO46795109BR
DISTRITO

A
301

ORDEM: 13
OPE 84152737 ESTAÇÃO: 102

Recebido por: _____
Documento: _____

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE
NORTE DE MINAS - SUPRAM/NM
Rua Gabriel Passos, nº 50, Centro
Mantendo: Clevonildo - 39400-112

Direito Mineral

Direito Ambiental

Direito Tributário

Direito Penal